

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ESTUDOS DA LINGUAGEM

**O IMIGRANTE HISPANO-AMERICANO NO BRASIL: UM  
LUGAR DISCURSIVO AFETADO PELOS DESLIZES NA  
LÍNGUA E NA HISTÓRIA**

**MARIA ANGÉLICA ZAMORA XAVIER**

Dissertação apresentação para obtenção  
do título de MESTRE EM TEORIAS  
DO TEXTO E DO DISCURSO.

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira**

Porto Alegre, setembro de 2002

*Parece una fábula  
Que yo me aprendí,  
sueño de tomar  
y de desasir.  
Y es mi patria donde  
vivir y morir.*

*Me nació de cosas  
que no son país;  
de patrias y patrias  
que tuve y perdí;  
de las criaturas  
que yo vi morir;  
de lo que era mio  
y se fue de mi.*

*(fragmento da poesia 'Pais  
de la ausencia' de Gabriela  
Mistral)*

A Deus e a seus caminhos tortos.

A minha família chilena e pampina, que me ensinou a persistência e a coragem.

A meus dois grandes amores Eduardo e Aurora.

## AGRADECIMENTOS

O resultado dessa dissertação sem dúvida compreende a valiosa ajuda que obtive das pessoas especiais que passaram pelo meu percurso acadêmico. Destaco meu agradecimento à professora e orientadora Maria Cristina Leandro Ferreira, que com sublime paciência me acompanhou nos deslizes da língua para a construção desse deslize na história. Não poderia deixar de mencionar também os professores que doaram seu conhecimento sempre de maneira qualificada, o que resultou na própria exigência que observei para a construção dessa tese, faço referência às professoras Freda Indursky, Ana Zandwais e professor Valdir Flores.

Deixo expresso também um reconhecimento especial a meus colegas, que propiciaram momentos de rica discussão, que me levaram por caminhos interessantes e inusitados.

Estiveram na base dessa empreitada dois suportes fundamentais que são meu grande companheiro Eduardo e minha filha Aurora, que me incentivaram sempre, mesmo quando estava roubando-lhes um pouco da minha atenção. Tenho certeza que esta conquista não teria o mesmo valor sem eles.

Finalmente não posso esquecer meu pai que como professor e pesquisador me mostrou a porta por onde o mundo gira; que na procura pelo conhecimento saiu do deserto de Atacama, atravessou a cordilheira dos Andes e veio ao país verde em que musgos e flores crescem até nos telhados das casas. Também, agradeço a minha mãe que preocupa-se em juntar a família mesmo nesse gira mundo.

## RESUMEN

El desarrollo del trabajo aquí expuesto trata sobre la construcción discursiva del inmigrante hispanoamericano en Brasil, principalmente en la región sur del país. El marco teórico que orienta este estudio se incluye dentro del Análisis de Discurso de línea francesa.

Se destacan aspectos importantes al considerar el trayecto que estos inmigrantes iniciaron a partir de la década de 1960 hasta 1990, período que coincide con el apareamiento de las dictaduras militares en América Latina. Se demarca con esta referencia un espacio histórico-discursivo específico.

Por otro lado, se resaltan las implicaciones que tal inmigrante realiza cuando se toma en cuenta su inserción en lengua portuguesa, lo que le exigirá una “negociación” con su lengua materna española. Identificamos por esta vía, formas de resistencias recaladas en la enunciación, que así lo indicarán.

Cuando acentuamos estos dos puntos mencionados: inserción histórico-discursivo e inserción en la lengua portuguesa, los apreciamos apoyados en dos conceptos que Pêcheux desarrolla para su teoría discursiva y que son *el real de la historia* y *el real de la lengua*. Ellos indican la naturaleza de un indecifrable tanto para la lengua como para la historia, que al acusar una falla permite oxigenación y movimiento de significaciones.

Finalmente y, de acuerdo con este cuadro, tomamos para indagación los aspectos que identifican *el proceso* por el cual el inmigrante hispanoamericano se proyecta en esta situación migratoria y encuentra elementos para definir *un discurso* que lo represente.

## RESUMO

O desenvolvimento desse trabalho trata da construção discursiva do imigrante hispano-americano no Brasil, principalmente na região sul do país. O marco teórico que orienta esse estudo inclui-se na Análise da Discurso de linha francesa.

Destacam-se aspectos importantes do trajeto discursivo que os imigrantes hispano-americanos produziram a partir da década de 60 e que se estende até a década de 90. Grande parte desse período coincide com o aparecimento das ditaduras militares em América Latina, demarcando, assim, um espaço histórico-discursivo específico.

Da mesma forma, ressaltam-se implicações desse percurso imigrante quando discutimos a inserção na língua portuguesa, o que exige uma “negociação” com a língua materna espanhol. Podemos identificar esse movimento quando encontramos resistências expostas no âmbito enunciativo.

Quando assinalamos esses dois pontos: inserção histórico-discursiva e inserção na língua portuguesa, nos apoiamos em dois conceitos desenvolvidos por Pêcheux em sua teoria discursiva, sendo eles: real da história e real da língua, os quais comportam aspectos de um indecifrável que tanto na história como na língua produzem fendas, que traduzidas enquanto falhas permitem oxigenação e deslocamento de significações.

Finalmente e, conforme o quadro aqui exposto, cabe dizer que o fio que orienta nossa pesquisa procura elucidação sobre o *processo* que o imigrante hispano-americano realiza nesse acontecimento migratório e nele identificar os elementos num discurso que o represente.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>PALAVRAS INICIAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>1. Do lugar do imigrante .....</b>	<b>13</b>
<b>2. O imigrante hispano-americano .....</b>	<b>14</b>
<b>PREÂMBULO TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>METODOLOGIA E DISPOSITIVO ANALÍTICO .....</b>	<b>23</b>
<b>1 ACONTECIMENTO E CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO HISPANO-AMERICANA NO BRASIL .....</b>	<b>28</b>
<b>1.1 Condições de produção .....</b>	<b>30</b>
<b>1.2 Os fluxos migratórios na América Latina nas décadas de 1960 a 1990 .....</b>	<b>35</b>
<b>1.3 As versões do imigrante no Brasil: o sujeito brasileiro em diálogo com o exterior .....</b>	<b>40</b>
<b>1.3.1 O encontro das raças .....</b>	<b>42</b>
<b>1.3.2 Os intelectuais brasileiros .....</b>	<b>45</b>
<b>1.3.3 No contexto das grandes migrações para o Brasil .....</b>	<b>48</b>
<b>1.4 O imigrante hispano-americano no Rio Grande do Sul .....</b>	<b>56</b>
<b>Retomada .....</b>	<b>59</b>

<b>2 A LÍNGUA ENTRE OS DESLIZES DO DISCURSO E OS DESLIZES DO SUJEITO .....</b>	<b>61</b>
2.1 Língua: sendo a mesma não é a mesma? .....	62
2.1.1 O real da língua .....	71
2.1.2 O real da história .....	74
2.1.3 O sujeito .....	77
2.2 O imigrante e sua língua no espaço simbólico .....	82
2.2.1 Língua materna e língua nacional .....	86
2.2.2 O imigrante entre a língua materna e língua nacional brasileira ....	93
2.3 Tipos de resistência .....	98
2.3.1 Na procura da transparência na língua .....	99
2.3.2 Aproximação e distanciamento nas formas de tratamento .....	102
2.3.3 Entre o som e o gênero .....	103
2.3.4 O portunhol .....	105
Retomada .....	106
<b>3 OS SENTIDOS DE IDENTIDADE ENTRE OS DESLIZES DA HISTÓRIA E OS DESLIZES DO SUJEITO .....</b>	<b>108</b>
3.1 Introdução à problemática da identidade .....	110
3.2 O efeito-sujeito entre o interdiscurso e o intradiscurso .....	113
3.3 Identidade no processo discursivo .....	117
3.4 O imigrante hispano-americano e as formas de identidade .....	125
3.4.1 O discurso hispano-americano pela via do alhures: reencontrando as ruptura e os sentidos .....	128
3.4.2 O encontro do imigrante hispano-americano com o sujeito nacional e algumas versões da lei .....	136
3.4.3 A organização político-religiosa no discurso do imigrante hispano- americano .....	144
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>166</b>
---	------------

## INTRODUÇÃO

Tratar sobre as implicações do lugar discursivo que o imigrante hispano-americano propõe representou uma escolha complexa, pois remetia a uma realidade pouco abordada no âmbito da linguagem \_ a não ser alguns estudos desenvolvidos na perspectiva da aquisição em segunda língua, que sem dúvida aparecem como uma contribuição interessante, mas cujo foco recai no processo de aquisição em si. O nosso estudo pretende outro ponto de vista, na medida em que contempla a enunciação desse imigrante considerando tanto a mudança de língua que esse fenômeno migratório integra quanto as referências históricas que marcam essa imigração acontecida para o Brasil. Estabelecemos, assim, uma *relação* entre língua e história, ao menos nos limites do nosso propósito.

Por sua vez, os efeitos dessa imigração não eram desconhecidos para mim, tendo essa marca indelével datada na idade de nove anos, quando vim do Chile, ficando dois anos em Porto Alegre e, posteriormente, tendo voltado, com dezessete anos, para cursar Psicologia na UFRGS. Foi no contexto desse retorno que se deu, definitivamente, a escolha desta segunda pátria brasileira. Durante todo esse tempo, observei muitas coisas; desde o olhar da infância à vida adulta, apreciei o movimento de pessoas que iam e vinham com questões relativas a partir ou ficar, ou seja, com questões daquilo que hoje, a partir deste estudo, denominamos a *escolha da imigração*.

A possibilidade de organizar os discursos que ecoavam a esse respeito, através do curso de Pós-Graduação em Letras, no âmbito das teorias discursivas, significou despertar para questões mais significativas,

que estavam ocultas pela familiaridade da vivência. Representou a construção de um “observatório”<sup>1</sup>, que nos possibilitaria olhar essa imigração em um momento extremamente importante, no amadurecimento das representações que estavam em jogo no contexto brasileiro, assim como a relação simbolizada pelas determinações históricas junto aos países vizinhos de fala hispânica.

A observância dessas representações levou-nos a indagar a respeito do movimento dos significantes, deslocados na enunciação, chegando a uma consideração sobre a imigração constante, ou seja, vimos a imigração sendo realizada pelos sons, pelas imagens, pelos fragmentos de palavras, pelas palavras atravessadas, pelos sem-sentidos e pela apropriação e construção de sentidos novos. Vimos as versões da vida construindo-se a partir das fendas que a *ferramenta imperfeita* imprime e por onde os sujeitos emergem.

A forma que tomaram essas observações, que aqui apresentamos, compreende três momentos, os quais são traduzidos em três capítulos. No primeiro capítulo, trataremos das condições de produção, apontando o contexto da imigração hispano-americana<sup>2</sup>, acontecida significativamente entre os anos de 1970 a 1990. Junto a isso, mostraremos a maneira pela qual o estrangeiro, enquanto paradigma, é assimilado à cultura brasileira. Tomamos esse último ponto como relevante na medida em que o imigrante passa por esse diálogo com as representações que o sujeito brasileiro mobiliza quando do encontro com o diferente.

No segundo capítulo, destacaremos a relação do imigrante hispano-americano com a instância da língua, ou seja, o sujeito imigrante *na* língua. Retrataremos formas de resistências que nos indicam essa negociação entre dois universos lingüísticos, o espanhol e o português, cada um querendo impor suas marcas no momento da enunciação. Para apreciar essa dinâmica,

---

<sup>1</sup> Fazemos menção aos ensinamentos da professora Maria Cristina Leandro Ferreira, orientadora desta tese, que nos indicava em aula o proceder da atitude teórico-metodológica, enquanto construção que requer equipar nosso “laboratório” com os instrumentos necessários ao aprimoramento do olhar crítico.

buscaremos determinar as condições da língua materna, as condições de uma língua nacional e a manifestação do lugar de sujeito em que elas se inscrevem.

No terceiro e último capítulo, tentaremos apresentar as condições em que o sujeito imigrante estabelece formas de identidade produzidas no processo discursivo realizado no Brasil. E veremos o modo de organização que esse imigrante encontrou junto a várias manifestações refletidas na composição de uma produção discursiva. Entre essas manifestações, veremos o reencontro das *rupturas* necessárias para o deslocamento enunciativo, o encontro com as *representações do sujeito nacional brasileiro* e, finalmente, distinguiremos o *discurso político-religioso*, que se articula enquanto via de acesso ao diálogo com as representações do sujeito brasileiro nacionalista vigente na época.

Conforme este quadro, passamos à exposição do nosso trabalho.

---

<sup>2</sup> Optamos por empregar o termo imigrante hispano-americano, em vez de latino-americano ou sul-americano pois este termo indica com melhor precisão o imigrante vindo da América do Sul espanhola para o Brasil. Já os termos Latino-americano e sul-americano incluem o sujeito brasileiro, tornando indistinto o sujeito que aqui destacamos.

## PALAVRAS INICIAIS

### 1. Do lugar do imigrante

Abrir uma janela para olhar por ela o efeito de imigração significa arriscar o que temos como estável, como certo. Implica deslizar pela relatividade e colocar à prova o nosso EU. É fazer um contato com o diferente de nós e, por sua vez, com o diferente que nos habita. Isso ocorre porque aquele que surge nesse cenário, o imigrante, resulta em uma entidade “estranha”, que não faz parte das nossas relações, com as quais já estamos acostumados e com as quais temos a idéia de que está tudo em seu lugar.

O olhar desse imigrante/estrangeiro parece perguntar: como é você? como é o seu lugar?, pois ele mesmo terá de falar, também, de onde veio. Ele se manifesta, então, como o próprio agente da questão. Tudo se tramita a partir dessa situação, de quem está dentro e de quem está fora. As fronteiras representam-se em várias instâncias começando, pelas geográficas e chegando às fronteiras do ser.

Essa situação talvez seja um deparar-se com a experiência de Narciso derramando as primeiras lágrimas sobre o lago, encontrando nisso a prova cabal de que o amor ao idêntico é mortífero.

Nos dicionários, o vocábulo *Imigrante* indica: *adj. e s. 2 gén. (lat.immigrante). Que ou a pessoa que vem estabelecer-se num país que não é o seu.* Portanto, o que está em pauta é esse alguém que efetua um deslocamento de um lugar conhecido para um desconhecido, um processo que se realiza nesse deslocar. Disso pensamos que o que se realça não é o sair de um ponto e chegar a outro, mas justamente o *processo* que se

desencadeia nessa troca de lugar. Trata-se de um *acontecimento* que estará sempre se atualizando.

A imigração hoje é uma grande questão para o mundo globalizado. Cada vez mais acontecem reuniões, congressos e jornadas para discutir o assunto, já que o tema ultrapassa questões meramente econômicas, abrangendo questões que tratam de políticas sociais de forma mais premente. E, quem sabe, represente uma discussão profunda a respeito da ética no mundo atual.

A ética que se desvenda nessa questão da imigração representa justamente um questionamento com relação aos lugares de identificação, os quais, por essa sistemática da imigração no mundo, movimentam-se incessantemente. Ou seja, hoje as fronteiras entre países não significam mais uma garantia de pertença, de tal modo que as filiações precisam de outro tipo de afirmações ou sustentação. Talvez dessa realidade se originem as inúmeras manifestações de xenofobia, assim como movimentos fundamentalistas cada vez mais exacerbados.

Contudo, este trabalho não pretende uma explicação para o fenômeno migratório, e sim situá-lo no contexto do Cone Sul, focalizando particularmente a imigração hispano-americana para o Brasil. Tal procedimento justifica-se porque acreditamos que nesses fluxos migratórios destaca-se um marco histórico relevante, o qual permite pensar também os fluxos discursivos, que mostram o encontro de dois universos: o regional e o lingüístico. Desta vez, é o colonizado luso-brasileiro e o colonizado hispânico, falando de sua constituição e de sua historicidade atual.

## 2. O imigrante hispano-americano no Brasil

Os imigrantes hispano-americanos no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, envolvem um número significativo de pessoas. E, em se tratando de pessoas, a observância que cabe é que elas são agentes de

discurso, trazendo sua cultura e filhos junto com a língua espanhola e fazendo circular um registro de memória que sem dúvida tem seus efeitos.

Nessa direção, temos também que esses imigrantes, por representarem uma imigração entre países limítrofes, compartilham uma característica interessante, principalmente se pensarmos que a história do nosso continente sul-americano está traçada desde a conquista pela divisão proposta pelo Tratado de Tordesilhas, o qual dividia o lado português e o lado espanhol, tornando a comunicação entre esses países uma questão litigiosa. Nesse sentido, as barreiras da língua instigaram outras barreiras, de modo que se impôs o desconhecimento de uns pelos outros e, da mesma forma, o desconhecimento de uma história correlacionada. História esta que veio encontrar uma inscrição um tanto radical, nas décadas de 60 e 70, com o surgimento das ditaduras militares, as quais propiciaram o deslocamento de milhares de pessoas pelo Cone Sul, espalhando notícias dos vizinhos.

Acreditamos que o trabalho que se desenha dessas linhas históricas, fala dessa história correlacionada, contada sem querer por esses imigrantes, nos limites das concepções de lugar, língua e história. Limites estes que também se reconhecem pelo deslocamento que o sujeito imigrante empreende.

## PREÂMBULO TEÓRICO

Quando surgiu o assunto de nosso interesse, que se materializou na reflexão do presente trabalho, relativo às implicações do imigrante hispano-americano no contexto brasileiro, muitas questões precipitaram-se. Como encontrar essa relação, na qual se põem em cena duas línguas? Como é manifestada a visão de mundo desse imigrante hispano-americano no Brasil? Como ele conta a sua história? A significação das coisas ganha versões diferenciadas dependendo do lugar de origem desse imigrante? Enfim, tudo levou a pensar a respeito da *produção dos sentidos* nessa realidade imigrante.

Foi assim que optamos por desenvolver este estudo no âmbito do referencial teórico da Análise de Discurso (de agora em diante AD), dentro da linha francesa, inaugurada por Michel Pêcheux, filósofo e lingüista que se preocupa justamente com os efeitos de sentidos, a partir de uma perspectiva crítica no campo da linguagem, na medida em que introduziu a dimensão *ideológica* que considera inserida nas práticas discursivas.

A definição desse campo ideológico levou-o a reconfigurar conceitos essenciais quando do estabelecimento de sentidos na enunciação, assim, foram destacados os conceitos de língua, referência histórica e sujeito. Ainda, na configuração desses preceitos, *o discurso*, enquanto ponto organizador no qual os elementos presentes na enunciação relacionam-se, abriu espaço próprio.

É nessa linha que vamos encontrar subsídios para o desenvolvimento do nosso trabalho com o sujeito imigrante que tem sua expressão no contexto migratório. Contemplaremos sua produção discursiva afetada pela definição

de uma língua, pelo contexto sócio-histórico e pelas ideologias que ali participam. Fundamentando melhor essa escolha, exporemos a seguir algumas coordenadas que norteiam a teoria discursiva.

Quando se fala em *discurso*, ou ainda em *processo discursivo*, passamos a fazer um recorte diferenciado no movimento da linguagem.

Esse ponto de vista começa por estabelecer uma crítica feita ao tratamento dado à língua no campo da lingüística, sobretudo, porque nele se caracterizou o estritamente lingüístico como um campo de saber paralelo e com uma natureza descrita somente nas propriedades da própria língua. Isso fez, por exemplo, com que os efeitos de sentidos ficassem restritos à organização interna de uma frase ou de um texto e fossem explicados à luz dessa organização, deixando-se de fora o exterior a esse texto, que muitas vezes determinava os sentidos nele refletidos.

Tal visão está fundamentada na tradição filosófica, que se direcionou em grande parte para a constituição de uma linguagem relativa ao campo das ciências, sustentada nas bases de uma lógica veritativa, que estivesse nos conformes de uma concepção de língua transparente e que permitisse trabalhar com a descrição de maneira tranqüila. Podemos dizer que se trabalha, desse ponto de vista, para a descrição de um mundo “real”, creditado no domínio da linguagem.

Também o nascimento da lingüística como ciência, definida a partir dos trabalhos de Saussure, compilados no *Curso de Lingüística Geral (CLG)*, publicado em 1916, ao postular o estudo da língua como um estudo sincrônico, condensara uma formulação da língua como sistema interno sem exterior<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Esta crítica será melhor discutida no capítulo em que trataremos do lugar da língua e suas conseqüências no discurso do imigrante.

Nessas duas principais formas de abordagem, temos os efeitos de duas conseqüências imediatas: por um lado, desconsidera-se o *contexto* em que a enunciação é proposta e, por outro, o *sujeito* dessa enunciação apagassem na temática interna ao sistema da língua ou do texto.

Tais conseqüências preocupam Michel Pêcheux, que propõe deslocar essa “língua pura” das ciências para pensá-la afetada pelas condições externas. Postula-se, assim, o estudo dos *processos discursivos*, enquanto língua sempre prestes a receber alterações e, portanto, capaz de produzir constantemente sentidos diferentes. Dessa forma, a condição da língua amplia-se ao considerar o diálogo com seu *contexto*. Concomitantemente, entende-se que os campos social e histórico incidem no sistema da língua.

Além disso, o *sujeito* é retomado como um elemento importante na apropriação da enunciação que possibilita essa dinâmica entre língua e campo histórico-social. Volta-se a pensar a perspectiva das práticas da linguagem. Refletindo a esse respeito, Eni Orlandi (1999, p. 15) propõe:

Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Sabe-se que, na abertura para pensar o discursivo, Pêcheux estabeleceu um diálogo aprofundado com diversas posturas teóricas que o ajudaram a amadurecer as suas próprias. É assim que esse autor em seu artigo “A Análise de Discurso: três épocas” (in Gadet. e Hak., 1983), desenvolve a modo de uma certa retrospectiva essas filiações que participaram na construção de seu pensamento. Será nesse recorte que nos

apoiaremos para deixar mais clara a sustentação de alguns pressupostos, assim como os dispositivos que eles criam nessa abordagem.

A primeira época caracteriza-se por uma dimensão “estruturalista”, fortemente influenciada por Saussure, que notadamente imprimiu essa marca registrada, levando suas conseqüências à maior parte das ciências humanas, convertendo, assim, a lingüística em ciência piloto para todas essas tendências. Pêcheux não ficou alheio a esse pensamento, tratando-o como apoio ao pensar o funcionamento de *máquinas discursivas* que agiriam de forma autodeterminadas, ou seja, fechadas dentro do sistema que as faz funcionar em si. Nessa perspectiva, a língua é concebida enquanto língua natural, que constitui uma base invariante a partir da qual funciona uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos, encontrando nisso justaposições.

Como conseqüência dessa primeira fase, tem-se um *sujeito* extremamente determinado pelo funcionamento desta máquina discursiva. Também a análise encontrava-se restrita a um *corpus* fechado, em condições de produção estáveis e homogêneas.

A AD-1, como Pêcheux a denomina, rapidamente é superada por uma versão nova, a AD-2, que introduz o conceito de *formação discursiva (FD)*, desenvolvido inicialmente por M. Foucault. Esse conceito com a leitura proposta na teoria discursivista, ganha novo enfoque.

A FD., na perspectiva foucoulitiana, distingue-se por um conjunto de enunciados organizados dentro de um campo de saber. Quando transferido para a AD, tal pressuposto abala o conceito de máquina discursiva no qual Pêcheux trabalhava, principalmente ao constatar que: “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD)” (1983, p. 314), por tanto, a estrutura homogênea proposta na concepção de máquina discursiva, perde o seu valor.

A partir dessa modificação, outros conceitos vão sendo incorporados tais como o de *interdiscurso*, utilizado para designar “o exterior específico”

de uma FD. Com isso, interroga-se a respeito do próprio funcionamento e deslocamento dentro das FD, constatando-se o entrelaçamento desigual que está no cerne da relação da FD com o exterior.

Agrega-se a isso a leitura althusseriana, que ajuda Pêcheux a incrementar o conceito de *sujeito*, inscrito nessa teoria enquanto elemento que se manifesta através de apropriações de *lugares discursivos* determinados dentro da luta de classe. Nessa constelação, aparece o modo pelo qual se confere a propriedade de assujeitamento a que esse sujeito é impelido no jogo de forças das produções ideológicas. Depuram-se, assim, os fundamentos de *uma teoria não subjetiva da subjetividade*.

Acrescentando propriedades à dimensão discursiva, também a psicanálise intervém e cria um espaço de instigação ao trabalhar com as produções do inconsciente inscritos na linguagem, acompanhando as idéias desenvolvidas por Lacan na época. Essa é outra influência que possibilita tratar de uma língua que não é fechada, com um sujeito que não tem completo o domínio do seu dizer.

O período da AD-2 foi bastante prolífero, uma vez que é nele que se mobilizam os conceitos fundamentais que sustentarão, mais adequadamente, a matriz desta teoria.

Assim, chegamos ao desenvolvimento de uma AD-3, que se ativa pelo incremento da preocupação com o heterogêneo na construção discursiva, das incidências do outro no mesmo e do mesmo no outro. Nela se reposiciona o lugar do *sujeito*, que toma para si o trabalho com a enunciação, de modo a determinar no formulável, ou ainda no que Pêcheux vai especificar como *intradiscurso*, determinantes essenciais para a organização do discursivo. Trata-se aqui de *sítios* de identidade operando no discurso, ou “formas linguístico-discursivas do discurso-outro” (1983, p. 316). O autor expressa a tematização das formas desse discurso-outro quando aparece no fio do discurso:

- O discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito que se coloca em cena como um outro.
- A incidência de um “além” interdiscursivo que vem, independentemente de todo autocontrole funcional do “ego-eu”. O ego-eu apresenta-se enquanto enunciador estratégico que coloca em cena “sua” seqüência ao *estruturar* essa encenação (nos pontos de identidade nos quais se instala esse “ego-eu”) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que um sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso escapa-lhe).

Portanto, estamos na relação da unidade imaginária com o processo histórico-social que a determina. Trata-se do encontro do imaginário com o simbólico, tendo como real<sup>4</sup> (ponto de contradição) específico a materialidade discursiva que os reúne.

Observando esses três momentos (AD-1, AD-2 e AD-3) que o próprio autor destaca, podemos ter a noção da dinâmica que esta teoria vai ganhando. Cabe destacar que essa dinâmica em que os conceitos foram integrados à teoria discursiva foi definida com mais precisão em 1975, ano em que Pêcheux, juntamente com Catherine Fuchs, publica um artigo no qual expõe o *quadro epistemológico* da disciplina. Resultou disso uma abordagem que propiciou, a partir de conceitos contemplados em outros campos de saber, um ponto de vista integrador, que permite dimensionar o processo discursivo.

Esse quadro abrange três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

---

<sup>4</sup> O real que aqui mencionamos refere-se a um não-todo particular do fato histórico que movimentava os sentidos. Esse item será melhor abordado no corpo do nosso trabalho, quando trataremos do Real da língua e do real da história na teoria pecheutiana.

3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Essas três regiões são ainda atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Estamos, assim, tratando de um cruzamento complexo, que requer um cuidado específico ao equilibrar essas condições. E é nesse equilíbrio proposto que Análise de Discurso postula sua especificidade e é entendida como uma *disciplina de entremeio*.

Formularemos os pressupostos do nosso trabalho tratando e aprofundando constantemente os conceitos da teoria exposta, agregando-os ao material de análise. Sendo assim, a perspectiva que aqui apresentamos nesse preâmbulo teórico ganhará uma dinâmica própria no desenvolvimento do *corpus*.

## METODOLOGIA E DISPOSITIVO ANALÍTICO

Os procedimentos metodológicos que a disciplina da AD considera constituem um ponto controverso, uma vez que definem-se os passos conforme a própria construção do *corpus* que o analista escolhe para análise.

A AD surge, sobretudo, como uma disciplina que se articula como um dispositivo de interpretação, procurando definir os objetos discursivos. Esse procedimento de interpretação, contudo, merece cuidados especiais, já que os efeitos do imaginário sempre estão presentes em todas as instâncias do discurso, que como sabemos se organizam no funcionamento do ideológico. Por esse motivo, entende-se que o analista, por estar inserido nessa dinâmica, não ocupa um lugar neutro no seu fazer. Ao se orientar por tal premissa, ele recorre aos pressupostos teóricos fornecidos pela AD, com o propósito de criar um observatório qualificado para proceder diante de seu objeto de estudo. Nessa linha, Orlandi (1999, p. 61) destaca:

A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse sentido ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação.

A autora ainda nos lembra que existem dois momentos nessa interpretação. O primeiro corresponde à interpretação proveniente do objeto

de análise, isto é, do lugar do sujeito que fala e que se encontra instituindo sentidos. O segundo ocorre quando o analista intervém com sua interpretação. Acontece, assim, o trabalho realizado no entremeio do resultado da descrição dos processos discursivos e do gesto de interpretação do analista. Através desse procedimento, procura-se a compreensão dos fenômenos enunciativos.

Dando seguimento à constituição do efeito interpretativo (por parte do analista), vê-se que compreende ainda três momentos no seu desenvolvimento: 1) inicialmente, existe o trabalho da chamada des-superficialização, que consiste em um apanhado dos elementos que aparecem na superfície lingüística, enquanto materialidade lingüística, e que remete ao domínio da enunciação<sup>5</sup>. 2) um segundo momento implica o trabalho propriamente do analista, que realiza a passagem dessa superfície lingüística para a constituição de um objeto teórico; 3) e, finalmente, no último momento, realiza-se a própria análise, pela configuração do *corpus*, delineando seus limites e seus recortes.

Encontramos por esse percurso o movimento dos *processos discursivos*, compreendidos e analisados no âmbito dos mecanismos em que se formula o objeto de estudo; integram-se, dessa forma, a relação das formações discursivas, os procedimentos ideológicos, o acontecimento histórico e o sujeito. Por levar em conta esses elementos, inclui-se a dinâmica da relação do dito ao não-dito e o do não-dito ao dito.

Como podemos acompanhar até aqui, esses momentos importam em mapear movimentos complexos do discurso, os quais não são de fácil acesso para o analista, pois requerem capacidade e disposição para navegar por essas águas inquietas.

Conforme essa configuração, a construção de um *corpus* implica a definição do objeto de estudo. E, conseqüentemente, estamos diante da própria pesquisa, que tem um objeto de estudo a definir nesse processo, *a*

---

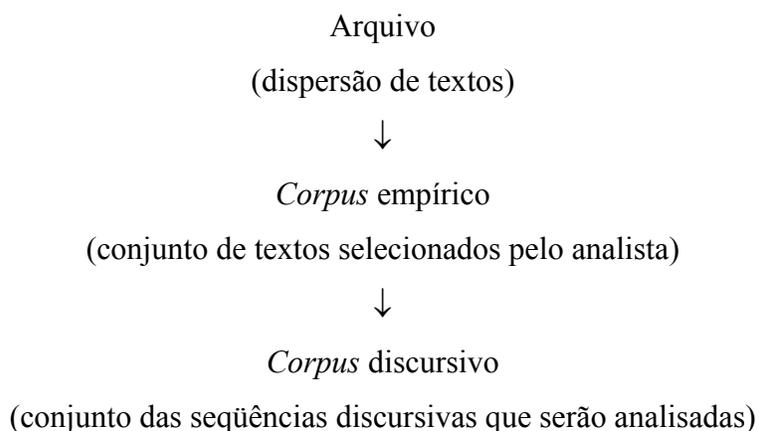
<sup>5</sup> Enunciação que se realiza considerando o âmbito do esquecimento n.º 2, que Pêcheux define dentro das retomadas do discurso, em que se repete de diversas maneiras, isto é, estamos no campo da paráfrase.

*posteriori*, e não como um pressuposto considerado desde o início, como acontece nas ciências naturais.

Refletindo mais uma vez a esse respeito, Orlandi (1999, p. 27), acrescenta:

Face ao dispositivo teórico da interpretação, há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e o alcance teórico da Análise de Discurso. O que é de sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise.

Dando prosseguimento aos dispositivos de análise que a AD propõe, diferenciam-se dois tipos de *corpus*: um *corpus* empírico e um *corpus* discursivo. O *corpus* empírico abrange o conjunto de textos que o analista recorta do arquivo. O *corpus* discursivo resulta do *corpus* empírico e considera as seqüências discursivas que serão posteriormente trabalhadas. Assim, temos:



Configurados os procedimentos analíticos ao nosso estudo, procuraremos identificar a maneira pela qual se concebe no Brasil a posição discursiva do imigrante hispano-americano, compreendendo sua produção enunciativa conforme as condições histórico-discursivas do período de 1970 a 1990, no qual temos representativamente a presença desse imigrante.

Levando em conta tal fato, realizaremos os recortes necessários para encontrar as pistas do movimento discursivo que identificam esse sujeito. Para tanto, comporemos o *corpus* empírico, a partir de dois modos de recolhimento do material de análise. O primeiro modo constitui-se pela pesquisa de arquivo contida nos Informativos CIBAI-Migrações, aos quais tivemos acesso nos arquivos guardados da Igreja da Pompéia, que trabalha com imigrantes e que reuniu esse grupo de imigrantes hispano-americanos por quase duas décadas (de 1980 a 2000). Nesses informativos, estão registrados momentos importantes na trajetória dessa reunião de imigrantes. Já como dado a considerar, destacamos que foi pela organização desses imigrantes que se deu vida ao informativo em questão.

Embora o material de arquivo reúna uma vasta área da trajetória desse grupo de imigrantes, sentimos a necessidade de aprofundar as formas de expressão na língua em que o hispano-americano se inserira. Dessa maneira, constituímos o segundo modo de nosso *corpus* empírico. Então, procuramos escutar, a partir de entrevistas individuais, os imigrantes que já tivessem feito a opção de permanecer no Brasil. Assim, fez-se o convite para as entrevistas aos diversos imigrantes nessas condições, através de uma rede de imigrantes conhecidos, porém sem nenhuma relação direta de familiaridade. Conforme essas precauções, escolhemos dez entrevistas para análise. Delas, retiramos trechos para a composição dos capítulos, principalmente o segundo capítulo, que observa a instância da língua na vida desse imigrante.

Para a realização das entrevistas, baseamo-nos no modelo de roteiro proposto por Silvana Serrani Infante, a fim de observar o *modo de acontecimento em segunda língua* utilizado pela AREDA (in Indursky e Ferreira, 1999, p.289). Disso resultou o seguinte roteiro para o nosso trabalho:

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1. Em quais circunstâncias você veio para o Brasil?**
- 2. Como chegou ao Rio Grande do Sul?**
- 3. Na sua família, existe alguma experiência de imigração? Alguém da sua família imigrou alguma vez?**
- 4. Como você aprendeu o português?**
- 5. Que sentimentos a língua brasileira desperta?**
- 6. Que sentimentos a língua espanhola desperta?**

A entrevista, dirigida por essas perguntas, tem o objetivo de fazer o sujeito falar de uma forma *ampla* a respeito da experiência migratória, assim como do lugar da língua em que se desenvolve essa vivência.

A maioria dos imigrantes entrevistados demorou em torno de uma hora no desenvolvimento das respostas, e muitos consideraram poucas as perguntas, tendo em vista que teriam ainda mais coisas a falar. Com isso, entendemos que a questão da imigração constitui um espaço ainda a ser reformulado constantemente para esses sujeitos.

## **1 ACONTECIMENTO E CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO HISPANO-AMERICANA NO BRASIL**

As imigrações acontecidas na América Latina, que envolvem os países do Cone Sul (Brasil, Chile, Peru, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) começaram por volta de 1950 e intensificaram-se nas décadas de 60, 70 e 80. Elas representam parte significativa de uma política traçada em um âmbito histórico amplo, propriamente em uma política internacional pós-Segunda Guerra Mundial, período em que o mundo era chamado a definir posições a partir de dois pólos: um, no qual os norte-americanos tentavam preservar um modelo econômico capitalista; outro, no qual os soviéticos propunham uma econômica socialista. Ambas as posições estavam polarizadas e resguardadas por uma ameaça de catástrofe atômica: a conhecida Guerra Fria.

As definições que a política internacional realizou passaram por uma “certa partilha”, que os países desenvolvidos promoveram com os países em desenvolvimento. A América Latina teve sua aliança estabelecida com os Estados Unidos por meio de convênios e formas de “ajuda mútua” em várias áreas, como militar, educacional, econômica, etc. Entretanto, foi a área militar que determinou sobremaneira uma política mais global. Definiu-se uma estratégia a partir da Junta Interamericana de Defesa, que compreendia um tratado de assistência recíproca para defesa intercontinental contra agressores extracontinentais, o qual foi assinado no Rio de Janeiro em 1947 (Rouquié, 1984, p.158). Posteriormente a isso, seguiram-se outras

estratégias, como a fundação da Escola das Américas em 1961, no Uruguai. Nela foram criadas linhas de ação dirigidas às escolas militares latino-americanas, que eram estimuladas a articular-se em torno da questão da *Segurança Nacional*, que com o tempo foi definindo-se como um significante privilegiado.

A partir dessa conjuntura histórica, as forças militares latino-americanas organizaram, através de golpes militares, a manutenção de um “equilíbrio” interno propício para uma economia liberal, o que ocasionou uma manifestação concreta na perseguição “anticomunista” que sustentou todo o *modus operandi* desse aparelho político.

Com o surgimento das ditaduras, apareceu, como pano de fundo, um grande fluxo migratório de pessoas que atravessaram fronteiras para garantir condições econômicas, procurando postos de trabalho em outros países, já que o índice de desemprego, nesse período, atingiu patamares nunca antes vistos. E também buscavam preservar a integridade física propriamente dita, tendo em vista que qualquer suspeita de não aceitação das propostas políticas da época significava “oposição comunista”, ficando-se, assim, ficava-se exposto a alguma medida de força própria dos regimes totalitários (ameaças, prisão, perseguições, tortura). Com esse panorama, uma “oposição comunista” carregava significações para além de uma posição partidária; ela implicava, antes de mais nada, uma postura subversiva, isto é, com possibilidade de subverter o estabelecido.

Dessa maneira, o imigrante sul-americano emerge nesse contexto como resultado de um jogo de forças em nível internacional e, ao mesmo tempo, como efeito de um choque ideológico na construção das identidades nacionais que começavam a vigorar naquele tempo e que já adquiriam características singulares em cada lugar, como o veremos mais adiante.

O panorama histórico desse imigrante leva-o a definir-se, inicialmente, de forma negativa, porque se representa como um sujeito não desejado pelo sistema vigente daquele momento; ele sai porque é um mau elemento. Como o sistema era padronizado em toda a América Latina, sem

dúvida esse indivíduo “não desejado” carregava tal marca para qualquer um desses países em questão e o Brasil não fugira a isso.

Posteriormente, com a retomada das democracias nas décadas de 80 e 90, o fluxo migratório decresceu bastante, o que caracterizou o período anterior como marco da imigração hispano-americana.

De acordo com esse contexto, focalizaremos a imigração ao Brasil, que foi um dos maiores receptores de imigrantes durante esses anos. A chamada imigração hispano-americana, que reuniu em sua grande maioria pessoas originárias de países de fala hispana, em situação limítrofe ou de proximidade com o Brasil, foi considerada a segunda grande migração que o país sofreu após a imigração europeia no início do século passado.

Hoje, após todas essas mudanças históricas, há uma resignificação dos lugares sociais e, por conseguinte, também do imigrante, ganhando outro tipo de alcance, pois essa opção fundamenta-se em outras bases, principalmente porque ela requer o esclarecimento de uma escolha que em outro momento, não é mais simplificada por uma escolha forçada. Ainda que muitas leituras tentem conduzir a questão em termos meramente econômicos, sabemos que ela também acompanha outros tipos de movimentos que se mostram no âmbito discursivo. Trata-se da construção de uma história em que se pratica a exposição à heterogeneidade e, no caso específico do imigrante hispano-americano vindo ao Brasil, a exposição pela mudança da língua. Por isso, acreditamos em um diálogo com diversos tipos de fronteiras culturais, sociais e lingüísticas.

## **1.1 Condições de Produção**

Procurando estabelecer uma primeira abordagem com relação ao discurso que representa a imigração hispano-americana, nós nos deteremos

nas *condições de produção* que permitem mapear as maneiras pelas quais esse fato discursivo aparece no recorte que aqui escolhemos.

Tais condições constam como conceito definido na AD que permite o estudo da linguagem, conforme a dinâmica expressa pelo uso. Essa dinâmica é recriada através do olhar a respeito do que se vem definir enquanto *Discurso*.

Para entender melhor esse conceito, destacamos que Pêcheux utilizou-o pela primeira vez em 1969, com a finalidade de explicar o contexto do discurso. Ele toma o exemplo, inicialmente, do esquema interacional da comunicação proposta por Jakobson, o qual, ao colocar os protagonistas de um discurso em relação ao seu “referente”, possibilita entender as condições (históricas) que determinam tal discurso. A modificação que Pêcheux propõe nesse esquema é a de não reconhecer nesse lugar de protagonistas do discurso pessoas físicas, e sim *lugares* determinados em uma estrutura social, impondo-se, assim, características que identificam lugares discursivos.

O plano discursivo, contudo, define-se como um *processo* que leva em conta alguns pontos essenciais, como o próprio da língua, as considerações a respeito das determinantes históricas e uma concepção de sujeito que em sua enunciação expressa essa dinâmica língua/história. A partir dessa relação, entende-se que o *contexto* amplia-se para incluir as especificidades dessas relações em jogo. Assim, esse contexto torna-se de suma importância, pois é através dele que podemos observar a dinâmica no processo discursivo.

Como consequência disso, torna-se possível o gesto de interpretação. O contexto chama à interpretação, ou melhor, é o discernimento de que há um contexto, que um sujeito tende à interpretação. Cremos que é nessa direção que se dirige Orlandi (2001, p.22) quando manifesta: “*No funcionamento da linguagem, como veremos, o seu sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem a sua posição. O sujeito é a interpretação. Fazendo significar, ele significa.*”

Entendemos que tal operação leva-nos a conjugar uma relação em que o sujeito integra na enunciação o contexto para encontrar o efeito interpretativo. Este, por sua vez, retorna indicando um lugar possível de sujeito para quem enuncia.

A partir disso, temos indícios de que esse contexto é reconhecido pelo momento em que se produz um enunciado, porém não é um momento propriamente cronológico, é sim discursivo. A temporalidade aqui se define pelo movimento dos enunciados traçados pelos sujeitos de discurso. É nesse tipo de temporalidade que surgem as *condições de produção*. Considerar esse fato significa operar com a incidência dos elementos que participam no plano da linguagem. Pêcheux salienta a participação das produções imaginárias que cada sujeito recria ao movimentar, na enunciação, a especulação que gira em torno do lugar atribuído a si e ao outro.

Essa especulação, em sua trajetória, mobiliza também os enunciados, pois eles não aparecem sozinhos, e sim relacionados aos “já ditos” que definem a produção dos sentidos, conforme seu aparecimento. Esses “já ditos” estão postos na memória discursiva, que, por sua vez, está associada ao “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído” (Orlandi, 1999, p.31.).

É dentro dos dizeres dispostos no pré-construído que se entrecruzam a ideologia e os efeitos do inconsciente, propiciando condições para que os sujeitos possam sustentar e dispor de enunciados para significar na presença do evento discursivo.

Temos aqui a presença dos trabalhos de P. Henry, que cria propriamente este conceito. O pré-construído apóia-se nas preocupações com o *referente*, que por sua vez remete a uma longa elaboração que esse autor propôs ao recolocar as condições da *pressuposição* no campo discursivo. Ele nos indica, sobretudo, que a pressuposição ficou sempre como uma questão a ser resolvida, já que não há condições de explicá-la

pelas leis da gramática, que sempre se baseia nas denominadas tendências formalistas logicistas para resolver essa relação. Importa distinguir que essas tendências não apontam para uma explicação satisfatória da multiplicidade da linguagem, ficando evidente que essa expressão lógica significava *uma* entre as tantas alternativas possíveis no seu trânsito.

Compreendendo tal desafio, P. Henry considera que a pressuposição não obteve suficiente alcance no campo da lingüística, pois não se levam em conta os efeitos de sentidos. Por isso, aponta para uma impossibilidade específica a esse respeito, que observamos na seguinte passagem (Henry, 1992, p. 136):

A questão do sentido, aquela da semântica, tornou-se o núcleo das dificuldades teóricas e práticas com que se depara hoje a lingüística. Essa questão do sentido, as teorias lingüísticas tentarão evacuar por todos os meios, mas sem nunca conseguir; como mostra a questão da pressuposição na medida em que esta demonstra de maneira sintomática a impossibilidade de se construir uma sintaxe eliminando toda referencia ao sentido.

Aqui temos as implicações de um referente que se situa num exterior à língua, induzindo o movimento dos sentidos. Com essa constatação, o contexto enunciativo é recolocado como ponto essencial, pois estará situando o valor do enunciado.

Complementando, Orlandi distingue dois contextos: um imediato e outro amplo. O imediato contempla as circunstâncias da enunciação, enquanto o contexto amplo contempla o aspecto sócio-histórico, ideológico. O contexto imediato define-se, então, pela superfície lingüística mostrada no momento de uma enunciação. Já o contexto amplo solicita a análise das relações produzidas entre os elementos postos na enunciação e os vínculos com o interdiscurso.

Acreditamos ser essa noção de muita utilidade para o nosso trabalho com o imigrante, já que ele se encontra às voltas com essa questão de maneira particular, uma vez que o seu trajeto de imigração implica estabelecer um referente para seu discurso, configurando em seu caminhar a composição do espaço simbólico e o reconhecimento de sua filiação. Além disso esse sujeito convive com uma justaposição constante entre realidades lingüísticas e históricas reconhecidas em dois espaços simbólicos, ou seja, estamos falando em duas formas de filiação?

Ana Maria da Costa promove uma discussão a esse respeito em seu artigo “Exílio e Memória” (2000, p. 14), que nos traz a seguinte reflexão:

A representação do exílio é o que cria dois impossíveis, mantendo seus referentes bem assentados: é tão impossível voltar (reconstruir uma situação originária) quanto separar (dispensar um referente originário, mesmo propalando-se uma pós-modernidade). A condição de exílio em relação a um referente (muitas vezes representado como a casa paterna) é também o que permite, paradoxalmente, fundar este referente. Ou, talvez, possa enunciar-se mais radicalmente: não há referente sem exílio.

Com essa abordagem preliminar, faremos uma passagem pelo contexto amplo posto em causa no período migratório hispano-americano, tentando identificar as pistas que se delineiam na construção de um referente para a posição enunciativa desse sujeito imigrante. Se não há referentes sem exílio, o exílio com relação à terra natal significa já uma posição-sujeito à procura do seu dizer.

Para observar melhor esse movimento imigratório, assim como as características discursivas que ele produz, nós nos preocuparemos neste primeiro capítulo em realizar uma discussão a respeito das condições de produção em que se define a participação desse imigrante no contexto brasileiro. Para isso, consideraremos inicialmente o momento histórico das

décadas de 60 a 80 que marca uma passagem importante no continente sul-americano, contando com um resgate cultural profundo e, ao mesmo tempo, com uma interrupção abrupta desse despertar pelas ditaduras militares. Esse primeiro item mostra o contexto migratório amplo.

Posteriormente, tentaremos dimensionar o imaginário cultivado no Brasil a respeito lugar do imigrante, que nos oferecerá condições de apreciar o movimento do diálogo desse imigrante com as instâncias histórico-sociais aqui relacionadas.

E, por fim, traçaremos algumas características do imigrante hispano-americano especificamente no Rio Grande do Sul.

## **1.2 Os fluxos migratórios na América Latina no período de 1960 a 1990**

Foi a partir da década de 60 que a situação histórico, política e cultural no continente sul-americano começou a tomar rumos inesperados quanto ao pretense sonho evolucionista que o modernismo salientou no ocidente. Nesses, anos emergem no panorama social diversos agentes que contestam hegemonias discursivas e que tentam produzir novos efeitos na esfera cultural. Com isso, avançou-se na tentativa de construir identidades próprias e locais, talvez como um modo de reagir a padrões que se impunham de outros contextos, notadamente europeus e norte-americanos. Por este motivo, o que está em pauta remete-nos a uma reformulação da construção colonialista com que a América do Sul foi inaugurada. Contudo, é a expressão desse movimento que se impõe por si e que consolida suas vertentes no âmbito cultural, ganhando texturas palpáveis no cotidiano.

Acompanhando tal movimento, podemos pensar, junto com Gaston Lillo (1995, p. 61) que:

Desde esta perspectiva, resulta impossível pensar a série literária, a série filmica, a série teatral, etc. independente da série social e vice-versa. O discurso artístico é, pois considerado como um discurso no interior de uma interdiscursividade geral e dinâmica.

No Brasil, a música popular brasileira marcava seu estilo com grandes compositores, como Chico Buarque, que compunha seu disco *Construção*; Caetano Veloso e João Gilberto, que traziam à luz a tropicalia e a bossa-nova, isso sem falar em Vinicius de Moraes, Milton Nascimento, Tom Jobin e outros grandes nomes. Da mesma forma, nos esportes, o futebol iluminava uma potência em que Pelé tornou-se o ícone do chamado futebol arte. Na literatura, Guimarães Rosa ganha notoriedade por seu jogo com a língua portuguesa, subvertendo as regras gramaticais em *Grande Sertão Veredas*. O cinema imprime um estilo particular com os filmes de Glauber Rocha: *Deus e o diabo na terra do sol* (1964) e *O dragão da maldade contra o Santo Guerreiro* (1968). Orquestrava-se, assim, uma série de movimentos culturais em diferentes áreas de expressão humana que atingiam a qualquer cidadão.

Esses ventos também sopravam nos outros países vizinhos, como o Chile, anunciando um estilo de governo com idéias esquerdistas próprias, que mais tarde seria representado com a chegada ao governo de Salvador Allende, eleito pela Unidad Popular. Neruda torna-se o poeta que ocupa lugar destacado mundialmente quando ganha prêmio Nobel de literatura. Violeta Parra, por sua vez, abre um canal de expressão musical chilena nunca antes visto pela vertente folclórica nacionalista - descobre-se para o mundo e para os sentimentos humanos.

Na Argentina, o tango encantava o mundo todo com suas insinuações, e Piazzolla mostrava surpreendentes harmonias musicais. No

Uruguai Mário Benedetti e Eduardo Galeano ensaiavam seu olhar crítico e percurso literário. Da mesma forma no Peru despontava Vargas Llosa e na Bolívia acontecia um despertar político da população sob a influência de Che Guevara e da revolução cubana.

Também o Paraguai fortalecia-se como nação e mostrava na sua condição de país bilíngüe a convivência do espanhol e do guarani, uma resolução interessante na dicotomia índio/europeu, que faz dialogar esses dois universos simbólicos, estabelecendo, assim, uma posição na questão de identidade nacional.

Paralelamente a esses florescimentos locais, construía-se uma noção de conjunto da América Latina na qual, segundo Lillo (1995, p. 63) , dois termos contribuíram para caracterizá-la, *mestiçagem* e *transculturação*. Vejamos:

Os termos mestiçagem e transculturação aparecem então como critérios para dar conta da heterogeneidade do continente, em oposição ao modelo dominante de modernidade que, ao estar construído sobre a díade Sujeito/Objeto e sobre identidade e reprodução do mesmo, se vê na impossibilidade de reconhecer o Outro enquanto sujeito e, sobretudo, enquanto sujeito distinto. O conceito de mestiçagem postula-se como interpenetração de estratos culturais diversos e como capacidade receptiva-assimilativa do continente em diferentes níveis (racial, artístico, econômico, lingüístico, mítico-religioso, etc.)

É aqui, sem dúvida, que a possibilidade de refletir a respeito da condição do Outro, do diferente, estimula a perspectiva de organizar um lugar de enunciação diferenciado. Nesse caso, parece que a procura dos mitos locais parte da iniciativa de propor novos mitos fundadores que dêem conta de uma nova ordem simbólica, deixando para trás um modelo colonialista de pensamento.

Temos, então, nesse panorama latino-americano uma grande modificação e desestabilização dos lugares sociais que mantinham uma ordem anterior. A reação a esse grito de independência (com relação à mentalidade colonialista) não demorou a chegar.

Parece que um apelo interno dessas nações, por parte daqueles que se sentiam atingidos por essa situação, encontrou ecos na política internacional interessada em manter o descompasso de evoluções, de sorte que logo se realizaram alianças para estagnar esse burburinho. A partir daí a participação dos Estados Unidos, como se encontra amplamente documentado, fez-se presente e logo começou, uma a uma, a instauração das ditaduras militares na América do Sul. Foi entre as décadas de 60 e 70 que essa situação definiu-se. Lembremos que os primeiros golpes militares aconteceram no Paraguai em 1954 e no Brasil em 1964; e, após a visita à América Latina do embaixador americano Nelson Rockefeller, o qual elaborou relatório sobre os espaços nacionais que não haviam sido ainda atingidos pela “política” americana, sucederam os golpes na Bolívia em 1972 no Chile e no Uruguai em 1973. Instalou-se a ideologia da perseguição e do terror, o qual atingiu todas essas nações. Muitos foram os que tiveram de sair de seus países de origem à procura de segurança ou de melhores condições de vida. Também o desemprego, uma das conseqüências dessas políticas que não apresentavam nenhuma proposta social, tomou grandes proporções.

Em decorrência desse momento histórico, Padrós (1996, p.82) nos lança a seguinte afirmação:

‘Somente uma repressão tão intensa como esta, onde a repressão física, a censura e o terror psicológico fazem parte da realidade cotidiana, explica o fato do exílio de milhões de latino-americanos’ e ainda ‘inicia-se um processo de acentuado declínio cultural. Cada país da região tem sua trágica cota de artistas, intelectuais, jornalistas, professores e estudantes, censurados,

perseguidos, exilados, autocensurados, eliminados e até desaparecidos.’

Essa passagem incita-nos a considerar os efeitos que carregam o processo de imigração no continente sul-americano, sendo ele portador de um vínculo social que, a partir desse momento, começou a ser regido pelo silenciamento e pela agressão. A saída para um “outro lugar”, posto nessa imigração, talvez traga consigo a tentativa de poder criar um distanciamento necessário para assimilar e falar desse corte abrupto.

Entretanto, levando adiante nossa reflexão, acreditamos ser necessário considerar alguns dados específicos dessa imigração com relação ao Brasil. Ela aparece como a segunda grande migração, após a européia, acontecida entre os anos de 1880 a 1950. A imigração hispano-americana, como já foi mencionado acima, acontece representativamente nas décadas de 60, 70 e 80. Em 1980 mais de um milhão de imigrantes transita por toda a América Latina, sendo que uma parcela significativa estabeleceu-se no Brasil (Bonassi, 2000, p.35).

Esses índices ficam relativizados devido ao grande número de imigrantes ilegais, como será discutido com mais propriedade adiante. De qualquer modo, destacamos que a quantidade de imigrantes ilegais é uma característica dessa imigração.

Chegamos, assim, ao final dos anos 80 e início dos anos 90 com o declínio dessa imigração, devido principalmente à retomada das democracias no continente. Porém, essa volta às condições democráticas não desvencilhou esse legado histórico que se movimentou nos preceitos da “língua de ferro” - que Pêcheux destaca como sendo aquela que não aceita o metafórico, restringindo sentidos e tentando dominar os desejos do pensamento humano - porque tal empreendimento tem como condição um novo amadurecimento da aceitabilidade e da diversidade nos processos discursivos.

Essa redemocratização, por sua vez, caminha ao lado de um contexto de globalização, no qual as fronteiras, os muros e as ideologias “caem” para dar lugar a um novo conceito de *mercado mundial*. Cabe perguntar: que fronteiras se levantaram nesse processo? Após esse empreendimento globalizante, os problemas locais não significam nada frente a um objetivo maior. Trata-se da tentativa de retomar o mundo em um só conceito: *mercado*. Vale destacar que, a partir dessa política mundial assim definida, os processos migratórios em escala mundial tornaram-se uma constante, e não mais uma exceção. Registros de tal realidade podem ser encontrados nos trabalhos de Sebastião Salgado, em especial no seu trabalho intitulado *Êxodo*, que nos mostra, a partir de suas imagens, os efeitos dessa política que se traduz em fluxos migratórios sem horizontes. A imigração impõe-se para muitos.

Quando nos colocamos frente a esses sucessos, o que mais salta à vista são os vazios que se situam entre esses fatos, os quais parecem interrogar, no seu próprio real histórico, exposto nas múltiplas possibilidades da linguagem (dessa linguagem que falha, que esquece, que silencia e que explode), os seus efeitos.

É a partir desse quadro significativo que pretendemos começar a apresentar algumas considerações a respeito do imigrante hispano-americano que hoje reside no Brasil. Destacamos esses fatos porque é nesse mapa que as significações vão sendo produzidas, relançadas pelos fatos que marcam essa história e pelo lugar que os sujeitos de discursos irão propor.

### 1.3 As versões da imigração no Brasil: o sujeito brasileiro em diálogo com o exterior

Pode-se dizer que o Brasil é um país de imigrantes, e talvez não poderia ser diferente pela extensão do território o delimita. Porém esse dado geográfico não significa muito sem a história que o circunscreve. A história

que aqui surge não diz respeito à história cronológica, de datas propriamente ditas, e sim àquela que se situa na perspectiva discursiva, na produção dos sentidos que circundam esse olhar que refere ao lugar do imigrante no território brasileiro.

Como se fala o Brasil a partir das diversas nacionalidades dentro do seu território? Proporemos aqui um pequeno trajeto pelas significações que na história do Brasil marcam a presença do imigrante para posteriormente, considerá-la especificamente no Rio Grande do Sul.

Muitos campos das ciências sociais e humanas detiveram-se nas particularidades que sustentam a constituição da identificação do sujeito brasileiro relacionada à presença do imigrante. Contando com isso, recolheremos algumas das leituras que essas disciplinas oferecem, permitindo situar sentidos produzidos em torno desse *sujeito de discurso imigrante*. Tomamos esse material enquanto textos produzidos no âmbito discursivo, ou seja, não reclusos somente às suas respectivas áreas. Assim nos relacionamos com interpretações vigentes no assunto.

A partir disso, compreende-se que as formulações interpretativas passarão por um diálogo em diversas instâncias do saber e, portanto, por vários textos, tecendo uma via interdiscursiva, que é o modo pelo qual o sentido manifesta-se, recria-se e brinca.

Por essa via, poderemos encontrar os fios que destacam essa imagem que se desenha a respeito do imigrante, do estrangeiro, desse outro. Sem dúvida, ela não importará em uma leitura acabada, em função da abrangência de todos os referenciais postos em jogo, mas o nosso propósito está em colocar em cena tal reflexão, destacando os eixos, presentes nela. Logo, não estamos tentando um fechamento da questão da identidade do imigrante e sim uma abertura às significações que aí se fazem presentes.

Para realizar esse propósito, estabelecemos quatro momentos: o primeiro momento apresentará um percurso situado no período do descobrimento, proposto por Eni Orlandi no seu livro *Terra à Vista*. O segundo momento contará com a leitura proposta por Roland Chemama, que

discute algumas concepções expostas por intelectuais da época modernista sobre o imaginário brasileiro a respeito da convivência do branco, do negro e do índio. O terceiro momento abordará a situação das imigrações mais recentes, contando com a leitura que Maria Onice Payer propõe sobre as grandes migrações realizadas por italianos e alemães a partir do século XIX. E, por fim, o quarto momento apresentará alguns aspectos relativos ao imigrante no Rio Grande do Sul.

Acreditamos que tal procedimento oferecerá subsídios para tecermos as considerações que nos parecem importantes com relação ao espaço de imigração e ao lugar do imigrante no Brasil.

### *1.3.1 O encontro das raças*

Em nosso primeiro momento, podemos encontrar em Eni Orlandi, no seu livro *Terra à Vista* (1990), referência principalmente à época do descobrimento e de seus reflexos na atualidade. Destaca-se, desse período, o encontro em terras brasileiras de posições discursivas *radicalmente* diferentes, produzidas pelo colonizador e pelo índio, nativo do lugar. Isso sem falar no lugar do negro escravizado, que poderia ser pensado como o imigrante forçado. Mas deixemos em suspenso, por enquanto, essa última questão.

Na discussão a respeito do colonizador e do índio, Orlandi apresenta aspectos muito relevantes, centrados, no processo de exclusão a que foi submetido o nativo. O colonizador não veio predisposto para um encontro; ele pretendia um domínio e uma exploração das riquezas do lugar para serem mostradas e apreciadas na Europa o que já nos coloca diante do fato de que as significações que marcam o valor dos objetos no discurso são reconhecidos em outro lugar (Europa). A América “não” contava com o mapeamento dessas significações. Esse fenômeno evidencia-se em dois níveis: de um lado, pela violência praticada contra os nativos, explicitamente

com intenções de extermínio, como demonstra Orlandi com base em documentação; de outro lado, pela atitude dos missionários, que, na suposta tentativa de catequizar, cumpriram função importantíssima no domínio do território através da apropriação e da reformulação da língua Tupi.

Do primeiro nível, o que pode ser considerado é uma afirmação com relação ao lugar simbólico, que se quer garantir por via da força, isto é, pela aniquilação do *outro*, talvez propiciando a seguinte fórmula: “eu sou à medida que o outro não é”. Quem sabe, trata-se aqui da manutenção de um lugar frente ao horror que produz, o lugar e as referências simbólicas de um outro.

No segundo nível, destaca-se a presença dos missionários, que parece cobrar importância quando a pura violência inicial já não satisfaz como método de conquista, pois não oferece condições de uma ocupação efetiva no domínio dessas terras.

O clero, com a colaboração dos missionários, funciona como um braço eficiente da colonização. Sua eficiência radica em utilização de métodos mais intelectualizados, principalmente na apropriação e na invenção de formas da linguagem, começando, assim, a construção de dicionários tupi que possibilitariam o trabalho de catequização. Sem dúvida, essa catequese tinha sentidos mais amplos que os meramente religiosos, sendo um lugar-pivô para tratar do lugar de dominação/dominado entre a Europa e a América; por esse motivo se configurou de fato como lugar de muita valia.

Então, a língua tupi organizada e desenvolvida nesse contexto, adquire esse valor de troca negociada com uma instância maior, como bem é exposto por Orlandi (1999, p.76):

Quando os missionários falavam a língua do índio ou quando eles falavam dos índios, eles não falavam com eles nem os tomavam como interlocutores reais. O destinatário efetivo era o governo português ou ainda os outros organismos do poder europeu de Estado ou religioso, ou simplesmente os europeus.

Por outro lado, observa-se que a alteração sofrida pelas referências locais devido a essa modificação na maneira de significar, pela nova forma de utilização do tupi, é bastante significativa, pois, nisso reflete-se a carga histórica trazida da Europa fazendo com que o peso da língua portuguesa, recrie novas formas de referências. Na dupla mão de tal operação, o europeu, por sua vez, não pode fechar os olhos à nova ordem social que se mostra à sua frente, apesar das discussões acaloradas a respeito da humanidade ou não dos nativos. Com isso, ninguém fica impune, nem colonizador nem colonizado, não havendo mais espaços para o desconhecimento das diferenças. Assim, na medida do possível, costura-se uma nova ordem simbólica que permite conviver com esses dois universos simbólicos, mesmo que isso se reflita no amparo de uma violência simbólica.

Consideramos importante e damos destaque a passagem recém-citada porque ali se apresenta uma clivagem na língua em que o *estrangeiro* se faz presente, tanto para o colonizador quanto para o colonizado. Desse encontro e desse choque levantam-se os alicerces da condição do sujeito brasileiro. A partir desse momento, aqueles que nascem no Brasil não ficam alheios a tal problemática.

No compasso dessas reflexões, Orlandi (1999, p.20) propõe o seguinte ao falar em sujeito brasileiro:

Fazemos falar os outros. O brasileiro se cria pelo fato de fazer falar os outros. E não é por assimilação mas, ao contrario, pela distância, pela instauração de um espaço de diferença, de separação, que construímos nosso lugar mais “próprio”. Nós não temos o lugar do centro preenchido, em um movimento de assimilações. Em nosso imaginário, não nos identificamos ao índio, mas também não reivindicamos o português como igual.

Daqui encontramos a representação do lugar de enunciação do sujeito brasileiro, na dinâmica de dirigir sua interlocução a um outro constitutivo, presente no interdiscurso, que não se caracteriza por requerer uma igualdade, mas por marcar um espaço singular, que dialoga com as diversas posições identitárias postas em cena. Pode-se pensar que esta não é uma propriedade particular ao sujeito brasileiro, já que todo processo enunciativo comporta marcar um espaço de singularidade que está referenciado a diversas posições postas no discurso. Porém, o que aqui pretendemos destacar é fundamentalmente o *compromisso* que se coloca esse sujeito brasileiro, como qualidade operante, de reconhecer as diferenças em pauta. Este não é propriamente um requisito da constituição do imaginário em outros países, como recentemente provou a guerra étnica da antiga Iugoslávia e o conflito do Meio Oriente.

### *1.3.2 Os intelectuais brasileiros*

Um segundo ponto que nos interessa destacar são as leituras apoiadas nos textos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, os quais se situam na chamada geração modernista. Roland Chemama, na trilha desses autores, ressalta a maneira como eles se viram compelidos a definir a identidade social do brasileiro.

Tais intelectuais tomam como tarefa realizar uma leitura do universo multicultural e multirracial em que o brasileiro propõe sua identidade. Esse propósito levou a considerar as propriedades da *miscigenação*, que a princípio se toma da antropologia como um conceito mais abrangente. Resguardadas as diferenças de cada autor, apresenta-se neste conceito a idealização de uma raça brasileira que aos poucos vai atenuando traços característicos de cada origem, seja ela indígena, africana ou branca, de tal maneira a ressaltar um ideal pacífico de integração das diferenças. Com isso,

na verdade essa miscigenação importaria numa convivência multirracial pacífica entre o branco, o negro e o índio.

Ao refletir sobre o propósito que se coloca por parte desses autores brasileiros e do ideal posto em cena, Chemama não desconhece o aspecto denegatório que essa proposta pode conter, na medida em que recobre as diferenças sociais com as quais o Brasil sempre conviveu. E até se pode falar no recobrimento de uma realidade histórica extremamente marcada pelas diferenças entre colonizador e colonizado, como vínhamos tratando em um momento anterior, também pela exclusão que a política escravista cultivava até pouco tempo e que ainda tem suas marcas sociais acentuadas. Entretanto, Chemama destaca que essa idéia de miscigenação opera no imaginário brasileiro, enquanto qualidade específica, adquirindo uma dimensão particular. E ainda diz (Chemama, 2000, p. 25-26):

Deve-se sublinhar que esse tema vai bem além do que se poderia acreditar inicialmente. A miscigenação é igualmente a coexistência, em uma mesma cultura de palavras, de objetos, de costumes provenientes dos índios, dos africanos, dos europeus. A idéia é, precisamente, de que as crenças e os costumes se misturam intimamente. Isso poderia nos levar aqui a tentar falar do sincretismo religioso.

Desse modo perfila-se um espaço de integração de todos os elementos da cultura, como um conjunto absoluto, sendo que a partir dessa dimensão tenta-se sair das dicotomias dos lugares sociais históricos, como seria o lugar do negro frente ao branco, o lugar do branco frente ao índio, o lugar do índio frente ao negro, etc., abre-se um espaço de convivência das diferenças.

Por outro lado, encontramos também no movimento antropofágico dos anos 20 uma ressonância relativa a isso quando se observa a metáfora do canibalismo, propondo uma assimilação das diferenças, via incorporação do outro. Convém ressaltar no que refere aos próprios canibais estudados pela

antropologia, que eles só comem o adversário digno de uma qualidade que justifique essa assimilação; às vezes, trata-se de partes específicas do corpo, como, por exemplo, se a vítima fosse um bom arqueiro, seu braço seria o “privilegiado” para o banquete. Assim, temos que a oralidade encerra critérios complexos, conforme Lillo (1995, p.63) destaca: “*Em lugar de postular o rechaço do Outro, do estrangeiro dominante, o movimento antropófago propõe sua ‘devoração’, sua ‘apropriação’*”.

Como podemos observar, essas leituras sugerem uma nova proposta ou tentativa de construção histórica no Brasil, e isso acontece à medida que os intelectuais brasileiros realizam uma discussão crítica desse espaço de identidade nacional, reintroduzindo os valores dos três universos fundadores do ser brasileiro: o branco, o negro e o índio. Não é por acaso que a ditadura militar que se sucedeu a esse período produtivo empenhou-se explicitamente no silenciamento dos intelectuais.

Nessa perspectiva, pensamos encontrar a figura do sujeito brasileiro, contando novamente com o espaço heterogêneo que o constitui, porém produzindo uma resolução pela possibilidade de miscigenação. O que acreditamos ir além desse fato, é que o *estrangeiro* ou o *diferente*, expressasse por tal fórmula como constitutivo. Mais uma vez, o que pode estar ao nível do estranho, do estrangeiro, tem a necessidade de ser abarcado.

### *1.3.3 No contexto das grandes migrações para o Brasil*

Abordaremos agora a imigração européia acontecida para o Brasil no final do século XIX e início do século XX, especificamente entre os anos de 1880 a 1930. A partir dessa imigração, nós nos deslocaremos até a imigração hispano-americana, ocorrida significativamente entre os anos de 1950 até 1980. Com isso destacaremos uma nova dimensão do sujeito imigrante.

Para melhor situar essa questão, começaremos por destacar o trabalho de Maria Onice Payer, junto aos dados que nos traz a esse respeito.

A autora esclarece que a imigração européia realizou-se no contexto da chamada *grande migração*, produto do início da Revolução Industrial nesse continente. Segundo dados recolhidos, as estatísticas apontam para 57 milhões de imigrantes, pessoas que se deslocaram de seu habitat à procura de melhores condições de vida e, acreditamos, também tentando reconstruir seu patrimônio subjetivo. No Brasil, só de imigrantes italianos ingressados no país, estima-se em mais de um milhão de pessoas. Nesse contexto histórico, havia interesse por parte do governo federal em propiciar o povoamento de regiões que se encontravam desabitadas e dos lugares de fronteira. Sem dúvida, por esses motivos, o Rio Grande do Sul representava um lugar estratégico para a concretização de tais objetivos. Há, ainda, a tentativa de incrementar as economias locais. Por tudo isso, o estabelecimento dos imigrantes nessas regiões era um procedimento conveniente. Foi assim que essas comunidades estabeleceram-se no Brasil, desbravando terras enigmáticas para eles. Este foi o período que testemunhou o maior fluxo migratório conhecido na história do Brasil, segundo consta para os historiadores brasileiros no contexto republicano.

Foi no governo Getúlio Vargas, em que as políticas nacionalistas exacerbaram-se, que se deu uma nova condição para esses imigrantes, principalmente ao fazer uma reconsideração a respeito da língua nacional, tentando uma unificação do *sujeito nacional brasileiro* através de uma língua brasileira padrão e única para todo o território, de modo que na década de 30 propiciou-se a “interdição jurídica explícita” das línguas estrangeiras.

Maria Onice Payer ainda nos especifica que esse procedimento de efetivar uma política explícita da prática das migrações congrega dois tipos de políticas do silêncio: por um lado, estabelece a proibição da língua do imigrante, considerando tanto sua forma escrita quanto sua forma oral; e, por outro, a fiscalização do cumprimento dessa determinação.

Essa intervenção do Estado na nomeação do sujeito brasileiro passa por justapor a ele um sujeito nacional, o que certamente contém o propósito de anular as particularidades. Esse objetivo pretende, antes de mais nada, a idéia de unidade, a idéia de Nação, em que efetivamente o território e suas delimitações geopolíticas adquiriram um valor maior. Quanto a esse aspecto vale a pena destacar o desenvolvimento que Payer realiza quando aborda o conceito de *Nação*. Ele surge na passagem à época da República, na qual ideólogos e políticos acalentam idéias trazidas da Revolução Francesa, que se destacou por levar na sua bandeira o empenho de construir o estado da França como uma unidade forte. Esse interesse ainda teve amparo de todas as instâncias sociais presentes naquele momento, permitindo, assim, a coesão necessária para tal propósito.

No Brasil, essa unidade para a construção do Estado-Nação, enquanto idéia a ser consolidada, não se manifestou de maneira tão significativa na sociedade, devido às condições históricas em que o país se encontrava. As diferenças sociais eram muito marcantes, agravadas pelo legado do escravismo ainda por resolver. Não acontecia, nesse momento, nenhuma crítica consistente, que afetasse de maneira mais abrangente o âmbito social geral. Isso seria um determinante importante para uma consolidação realista dessa condição de Estado. Sem um suporte efetivo, o Brasil inaugura sua tentativa de nação, mas com um descompasso histórico. É esse descompasso que Payer identifica como comportando uma *falha* inaugural no sentido de Nação que o Brasil recriou. Não havia uma “coesão simbólica” (*Payer, 1999, p. 56*) para que o sentimento nacionalista pudesse manifestar-se.

Tal vez seja por esse motivo que o Estado se viu na necessidade desse tipo de caracterização do cidadão brasileiro via procedimentos jurídicos. Contudo, é a partir de tal falha que “parece ter possibilitado que Nação viesse significar de um modo particular nos discursos do Estado Novo” (*Payer, 1999, p. 56*) e, posteriormente, durante o período da ditadura militar.

Esses acontecimentos históricos conduzem a um divisor de águas, pois a partir desse instante todas as políticas realizaram-se sob o pano de fundo de uma autonomia do Estado brasileiro. Este, então, criou suas condições para a manutenção de tal autonomia, e foi assim que os elementos que ameaçassem tal representação passaram a não ser bem recebidos.

Alguns antecedentes para esse tipo de reação já eram encontrados no início do século XIX, quando as primeiras organizações da política operária começaram a manifestar-se, sendo elas organizadas pelos imigrantes italianos e espanhóis, especificamente no âmbito do movimento anarquista. Assim, em 1907, surge um decreto por meio do qual se institui a “expulsão de estrangeiros que por qualquer motivo possam comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública” (Bonassi, 2000, p. 52). E, em 1921, na legislação brasileira consta a “lei dos indesejáveis”, que regulamenta a proibição e a expulsão de estrangeiros. Por outro lado, começam as preocupações com o contingente de trabalhadores, fazendo com que Getúlio Vargas apresente em 1930 a “legislação dos dois terços”, segundo o qual, dois terços da população industrial deveriam ser “trabalhadores nacionais”. (Payer, 1999, p. 57)

Essa preocupação com a área trabalhista, na realidade, expressa uma preocupação da classe patronal com os operários, vale dizer, manifesta uma preocupação efetiva com a luta ideológica e de classe que se passava no palco social. Conforme esse andamento, o estrangeiro é lido como um desestabilizador da ordem da nação e, com isso, demarca um interno e um externo a ela. Por sua vez, esse estrangeiro aparece como um catalisador das diferenças sociais que até então permaneciam um tanto recalcadas ou, pelo menos, sem possibilidade de serem abordadas.

Temos, então, que o Estado Novo comandado por Getúlio Vargas, entra em ação com esse ideal de unidade, que cria uma série de mecanismos jurídicos para esse propósito, tais como interdição da língua estrangeira e determinações trabalhistas que inibissem a ação do estrangeiro na Nação,

fazendo com que ele se posicione em um lugar exterior a essa unidade, e represente a própria resistência à constituição da cidadania do brasileiro.

Foi nessa conjuntura, em que se convocava um sujeito brasileiro nacionalista, que se entrou no período histórico do que aqui denominamos a segunda grande imigração, protagonizada pelos imigrantes hispano-americanos ou imigrantes fronteiriços, na conturbada década de 60.

Esse imigrante surge quando as políticas ditatoriais na América Latina estão vigentes. Elas são, inclusive, uma das causadoras do evento migratório, pois provocam a perseguição de muitos devido a fatores políticos. É assim que a grande maioria de imigrantes nessa situação sente geralmente, tanto a saída do seu país de origem quanto a chegada ao Brasil, como um acontecimento abrupto e pouco refletido. Isso marca uma diferença importante com relação à imigração européia, que de alguma forma carrega uma reflexão mais depurada das condições do lugar de origem e a perspectiva de uma realização mais promissora em terras brasileiras. Constatamos esse fato quando observamos que a imigração européia realizou-se em deslocamento de grupos, dando-lhes a possibilidade de manter o suporte social representativo do lugar natal, assim como a possibilidade de manter a comunidade de língua. A imigração hispano-americana, ao contrário, realiza-se como um empreendimento abrupto, isolado e sem comunidade de língua.

Acrescentando mais uma particularidade, observamos que o panorama jurídico-político da época havia modificado ainda em um ponto sutil, porém significativo, nas determinações globais do Estado com relação ao imigrante. Trata-se das considerações sobre segurança nacional, que exigia formas de proteção contra efeitos desestabilizadores da Nação. Sabe-se que tal dimensão fundamentava-se nas políticas traçadas pelos Estados Unidos para a América Latina, que propõe uma doutrina de *Segurança Nacional*, que passou a funcionar quase como uma mística. Nesse sentido Comblin (1980, p.105), argumenta o seguinte:

Ninguém pode contestar que a segurança nacional, interpretada com realismo, não seja uma necessidade evidente. Porém, devido à Guerra Fria, uma mística de Segurança Nacional – que assumia cada vez mais a forma de operações militares a curto prazo – Surgiu como critério infalível para distinguir o bem do mal.

Pela leitura maniqueísta aqui definida, o imigrante toma a figura de um suspeito. Ele poderia ser membro de alguma guerrilha ou ainda um conspirador. A carga ideológica era muito mais radical, à medida que habitavam essas duas polaridades, o bem e o mal. Não havia nesse plano uma heterogeneidade que desse conta das diversas posições sujeitos na imigração hispano-americana.

Contudo, existem outros fatores no bojo dessa imigração, como as determinações trabalhistas e econômicas. Muitos imigrantes hispano-americanos eram trabalhadores que ficaram sem fonte de renda devido às grandes demissões acontecidas na época, atreladas a essa política sem pretensões sociais ou ainda sem clareza do papel que estava assumindo.

Foi assim que muitas pessoas vieram com preparação ou ainda algum tipo de graduação universitária. O Brasil, pelas condições de crescimento econômico (notícias do milagre econômico), pela grandeza de seu território e pela forma como a população brasileira era mostrada (sempre “feliz” no Carnaval) compunha um imaginário bastante favorável para esse empreendimento.

Margherita Bonassi, autora que estudou a fundo o fenômeno migratório dos hispano-americanos, lembra que essa situação já vinha se definido durante os anos 50, devido ao emergente processo de industrialização que o Brasil atravessava. Observa-se, na época, que a conta era de 50 mil imigrante limítrofes. Entretanto, esse número aumenta de maneira considerável após a década de 60; porém, desse intervalo de tempo até a década de 80, fica incerto o número de imigrantes ingressados, devido ao fato que na sua maioria são ilegais. Entretanto, “nos primeiros anos de

1980, estimativas extra-oficiais apontam a existência de aproximadamente 100 mil imigrantes ilegais” (Bonassi, 2000, p. 32-33).

Aqui gostaríamos de fazer um intervalo para analisar como o Brasil relaciona-se com os outros países do Cone Sul, nas condições de uma política internacional, o que possibilita entender o motivo pelo qual esse imigrante torna-se clandestino.

Muitos dos sociólogos descrevem o Brasil como um ponto estratégico nesta parte sul do continente, devido à sua localização e ao seu tamanho, e também porque isso possibilita que tenha fronteiras com a maioria dos países aqui localizados.

Esse dado foi definidor para a política vigente nesse momento. O governo brasileiro, na época representado por Médici, adere à causa e alia-se aos Estados Unidos, colocando-se como um centro importante na organização das ditaduras militares que estavam para acontecer em toda a América do Sul.

Assim , segundo Bonassi (2000, p. 29), surge:

O papel dirigente das forças armadas brasileiras na coordenação de ações repressivas no Cone Sul, sendo que os Estados Unidos no fim dos anos 60, lançaram sobre o país a responsabilidade da luta contra-revolucionária na região, permitindo-lhe em troca tornar-se o polo a partir do qual o imperialismo organizaria seu plano de integração econômica e de exploração do continente.

Essa proposta possibilitou um incremento na expansão econômica do país até meados da década de 70. Em meio a tais acontecimentos históricos, em 13 de outubro de 1969, é criada a lei que define o Estatuto do Estrangeiro no Brasil. Nela a permanência por parte de estrangeiros no Brasil é definida segundo “exigências extralegais, as quais são avaliadas conforme caráter especial, previstas nas normas disciplinadoras da seleção de imigrantes, estabelecida pelos órgãos federais competentes.” (Bonassi, 2000, p. 57).

Isso significava que a solicitação de permanência dos estrangeiros ficaria condicionada à aprovação de um conselho de Segurança Nacional, o que implicava passar por todas as instâncias das Forças Armadas do Brasil. Completando ainda tal disposição, vige juntamente até 1989 o Estatuto do Refugiado, que manteve a cláusula da “reserva geográfica”, a qual aceitava somente refugiados do continente europeu. Com isso, os refugiados latino-americanos não poderiam ter amparo no Brasil. Em decorrência desse dispositivo, a lei do estrangeiro não oferecia nenhum subsídio, imputando a deportação imediata quando algum imigrante hispano-americano fosse encontrado em situação irregular.

Configurando melhor esse terceiro ponto, relativo ao imigrante no Brasil, percebemos um *contraste* com as primeiras abordagens em que o diferente ou o estrangeiro era quase que festejado, na própria condição do sujeito brasileiro. Já nesse último contexto, são criados mecanismos jurídicos para estabelecer uma alteridade radical para o imigrante. Sob essas condições, o mecanismo mais utilizado passou a ser a *censura*, um dos vários estatutos do silêncio. Lembremos que o silêncio também é significativo, podendo representar várias possibilidades de interpretação, conforme nos indica Orlandi (1999, p. 83):

(O silêncio) “pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode ser sempre outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam.” E ainda: “o silenciamento ou a política do silêncio que, por sua vez, se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras..., e silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido de dizer em certa conjuntura”.

Refletindo sobre o que aqui nos interessa, notamos a interdição da língua do imigrante junto à condição de interdição do lugar de imigrante, especificamente referido ao hispano-americano, produzindo um exílio duplo da posição de sujeito. Como consequência disso, o silêncio fundador e o silêncio constitutivo não encontram os intervalos necessários para respirar e produzir novas significações, com o isso o universo discursivo sofre um empobrecimento. Acreditamos que foi por esse motivo que o diálogo operado entre o sujeito imigrante hispano-americano e a posição de Estado brasileiro empobreceu o diálogo entre sujeito hispano-americano e sujeito brasileiro.

Neste novo século, há uma nova face desse diálogo, incentivado tanto por novas propostas no mercado mundial quanto pela importância que vem sendo dada ao ensino da língua espanhola na década de 90. Mas este ponto o deixaremos para uma outra oportunidade, pois ele escapa ao recorte que aqui estamos propondo.

#### **1.4 O imigrante no Rio Grande do Sul.**

A situação do imigrante no Rio Grande do Sul retrata, em grande parte, o fenômeno migratório no Brasil como um todo. Entretanto, uma especificidade produz um efeito a mais, que é o fato de o Rio Grande do Sul localizar-se geograficamente em um lugar de fronteiras, especificamente com a Argentina e o Uruguai, denominados pelo linguajar popular de “os castelhanos”.

Essa localização entre fronteiras coloca a região como lugar de litígio, sendo que uma tentativa de invasão pudesse ocorrer, tendo como consequência a eventualidade de uma guerra. A guerra tramada entre Espanha e Portugal tem uma efetiva manifestação aqui.

Porém essa situação define-se contemplando a história definida a partir do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, no qual se dividia

o continente, traçando uma linha de pólo a pólo: 370 léguas da Ilha de Cabo Verde, sendo que para o Oeste seria espanhol e para o leste português. Por esse tratado, no Brasil, até Laguna em Santa Catarina era de domínio de Portugal. Já o Rio Grande do Sul tinha seu território localizado na sua totalidade ao Oeste da linha de Tordesilhas e portanto, era de domínio espanhol.

Portugal, inicialmente, não demonstrava interesse por essas terras, de modo, que houve, a princípio, um povoamento pacífico por parte dos jesuítas vindos do Paraguai, localizando-se na parte oriental do rio Uruguai, no período de 1626 a 1637. A apropriação jesuítica espanhola e o seu trabalho junto ao índio introduziram um incremento das condições de civilização do local, assim como uma mobilização da economia pela criação de gado. A partir desse fenômeno, a coroa portuguesa começou a se interessar pelo sul, mas fundamentalmente pelas vantagens que via em contar com as transações econômicas pela criação de gado, assim como pela mão-de-obra do índio. Foi então que em 1636, a comando de Antônio Raposo Tavares, destruíram-se catorze reduções guaranis.

Falando dessa invasão em seu artigo “*História de São Gabriel*”, Silvia Carcuchinski Teixeira (1997, p. 24) destaca: “Tomados pelo pânico, os jesuítas e os índios que sobraram mudaram-se para a outra margem do Rio Uruguai (Rio dos Caracóis) ficando sob a proteção dos espanhóis.”

E, ainda retratando a situação após estes combates em que foi arrancada a harmonia do lugar, e sem a autoridade que definia tal harmonia, a autora nos diz: “Nessa região ficou o gado proliferando pelos campos. O gado vacum, assim como o ovino e o eqüino tornou-se “chimarrão” que quer dizer “isento de qualquer titulo de propriedade”.(ibid, p. 24)

Daqui destacamos a presença dessa *margem*, colocada pelo confronto, na construção de limites territoriais, enquanto espaço necessário para a construção da história no Rio Grande do Sul. Verificamos o conflito

entre dois universos ou visões de mundo a espanhola e a portuguesa, mediada junto à presença do índio.

Entendemos a importância desse fato quando o imigrante hispano-americano, ao se dispor como filho da língua espanhola, mobiliza justamente o imaginário que aqui se relaciona na fundação do sujeito brasileiro gaúcho, isto é, mobiliza a relação de lugar, de língua e de filiação nas rodas de chimarrão. Talvez desse fato provenha a valorização do gesto de independência por parte do povo gaúcho.

Outro momento que vem tecer essa relação com o universo hispânico, sempre na observância de estabelecer sua delimitação, isto é, tendo que se lhe colocar ou traçar a fronteira, acontece quando as famílias de açorianos são trazidos por El Rei, entre os anos de 1752 e 1753, para ocupar esse território limítrofe, com promessa de melhoras de vida, jogando-se em uma aventura com o incerto. A respeito desse acontecimento histórico, Ângela Lângaro Becker (in Chemama, 2000, p. 47) diz o seguinte:

A promessa do rei de Portugal a quem empreendesse esta viagem era de dar a cada família um quarto de légua em quadro para que pudesse estabelecer-se, isto é, ganhariam, enfim, o pedaço de chão que não puderam ter na terra natal. Mas, à medida que iam chegando, descobriam que havia uma condição para isso: lutar para defender as Missões da posse dos espanhóis. No futuro, então, ganhariam o que havia sido prometido. Pode-se dizer que, mal se transplantou para as nossas terras, o emigrante europeu já perdia sua realidade histórica: deixava de ter passado e convertia-se no braço armado do colonizador.

Como consequência disso, o diálogo hostil com o espanhol relança-se de uma maneira fantasmática, já que somente na medida em que se garante sua expulsão é que a promessa de um pai português (o rei) valida-se, ao mesmo tempo, que fica condicionada a isso, a possibilidade de ter um pai. A

perda de realidade histórica refere-se a um acirramento radical dessa condição de expulsão, sem a qual não se teria nada, nenhuma lembrança para reviver ou para inventar.

Estamos aqui nos referindo tanto ao plano simbólico, que dá um lugar para os sujeitos portadores de fala, quanto ao plano imaginário, que representa os lugares inscritos socialmente, e que organiza a tensão dos dizeres pelas próprias formações imaginárias que produzem projeções, permitindo a emergência dos sentidos. Assim, “são essas projeções que permitem passar das situações empíricas –os lugares dos sujeitos– para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.” (Orlandi, 1999, p.40).

É importante fazer essa ressalva porque justamente estamos expondo não a história empírica ocorrida no Rio Grande do Sul, mas sim a trilha das *posições* construídas no discurso, que situa em um primeiro momento o espanhol e a forma pela qual pode estar relacionado ao imigrante hispano-americano.

À medida que nos deparamos com essa parte de elaboração do nosso trabalho discursivo, observamos a necessidade de estabelecer uma diferenciação entre *estrangeiro-imigrante* e *estrangeiro*. Por um lado, o estrangeiro-imigrante representaria aquele que vem de fora, mas que tem como propósito estabelecer-se no lugar, trabalhar, criar os filhos e resolver de alguma forma sua situação social. Por outro lado, o estrangeiro aparece como aquele que vem também de fora, porém suas intenções não são claras, podendo comportar intenções de invasão. Entendemos que aqui estaríamos diferenciando, nesse momento histórico, as posições dos imigrantes que vieram estabelecer-se com a promessa de construir um novo lugar para viver e os espanhóis que efetivamente representaram, outra relação, sendo ela de instigação e atrito com o português, ou seja, há os estrangeiros-imigrantes e os espanhóis, na categoria de possíveis estrangeiros-invasores. As ressonâncias a isso se farão sentir no desenvolvimento dos próximos capítulos.

## Retomada

Considerando as reflexões desenvolvidas nesse capítulo a respeito do lugar do imigrante, somos levados a reconhecer um trajeto no qual o olhar sobre ele é recriado dependendo do momento histórico-discursivo em que é contemporizado. Vimos no início que a presença do estrangeiro é incorporada na constituição do sujeito brasileiro. Posteriormente, com o surgimento da concepção nacionalista de Estado brasileiro, essa mesma figura de estrangeiro, já na forma mais definida de imigrante, modifica-se substancialmente devido ao estatuto jurídico em que se tenta enquadrá-lo, regulamentando sua presença em território nacional. Isso significou demarcar-lhe uma exterioridade radical.

Especificamente no que se refere ao imigrante hispano-americano, observamos a predominância dessa última leitura, ou seja, aquela que privilegia o *estranhamento*, que se exacerba pela situação de ditadura militar entre as décadas de 70 e 80, propondo, nesse período, uma condição de exílio não reconhecido em território brasileiro.

No caso do imigrante hispano-americano no Rio Grande do Sul, observamos que seu trânsito, embora passe por levar em conta a acolhida que a sociedade permite, também passa por um estranhamento imposto pela instituição jurídica. Entretanto aqui se destacam outras características pela situação de fronteiras que esta parte do Brasil tem. Vimos que a delimitação dos territórios entre Espanha e Portugal, presentes na inauguração da história desse lugar, retorna exigindo delimitações a serem estabelecidas. Com isso, existe uma ressonância discursiva dessas delimitações quando se apresenta a necessidade de definir a condição desse sujeito enquanto *imigrante* ou *estrangeiro*. Considera-se imigrante o sujeito que vindo de outro lugar está vinculado à vida cívica e às leis do lugar, ao passo que se considera estrangeiro o sujeito que transita sem reconhecer sua inserção na vida social.

Partindo, então, dessa premissa em que se define o imigrante relativo a um processo que o expõe ao diferente e as diversas leituras do diferente,

podemos entender que há diversas pontes que se constróem para tal sucesso. Uma das pontes principais passa pela *mudança de língua*. Assim, chegamos nessa outra perspectiva que nos ajudará ampliar nosso campo de visão e que a trataremos no próximo capítulo, abordando a instância da língua. Procuraremos observar como esse deslocamento, de uma língua para outra, imprime marcas específicas tanto no imigrante na sua dimensão sujeito, quanto na constituição de sua *posição discursiva* no contexto brasileiro.

## 2 A LÍNGUA ENTRE OS DESLIZES DO DISCURSO E OS DESLIZES DO SUJEITO

No texto *O teatro da identidade – paródia como traço de mistura lingüística (italiano/Português)*, Eni Orlandi (1996) abre com a seguinte questão: “são duas línguas no mesmo (?) sujeito”. Essa interrogação também instiga o presente capítulo, com a diferença de que aqui nos propomos tratar do sujeito que lida com as línguas espanhola e portuguesa.

Tal inquietação provoca em seu horizonte uma tentativa de elucidação. Trata-se de observar a presença ou a convivência de duas dimensões simbólicas, articuladas nessas línguas, que podem estar no cerne de uma ambivalência do sujeito enquanto questão de *lugar*, lugar que ele ocupa e que aparece na enunciação.<sup>6</sup> Fazemos referência aqui ao fato de o imigrante operar uma indefinição quando canta as lembranças de uma terra, como acontece na imigração italiana, em que não se define se se trata da terra Itália dos avós ou da terra Brasil da infância.

Pensar a partir dessa perspectiva permite-nos traçar uma noção de língua que dimensione o enlace que ela realiza com o espaço simbólico. No presente trabalho, significa entender que esses dois universos lingüísticos, o português e o espanhol, apresentam cada um particularidades específicas e não podem ser compreendidos como puro sistema de códigos, que possibilitaria uma substituição termo a termo de um idioma para outro. Na análise de nosso *corpus* observamos a presença dessa questão ao

---

<sup>6</sup> A partir de três poemas, *Canção do exílio* de Gonçalves Dias, *Migna terra* de J. Bananère e *Canto de regresso à pátria* de O. de Andrade, Eni Orlandi analisa os indícios de misturas de línguas, equívocos,

encontrarmos nos discursos dos imigrantes sinais de resistências nessa passagem para a apropriação do português. A resistência aparece tanto no domínio da língua quanto na posição do sujeito.

Para acompanhar melhor essa problemática, veremos no presente capítulo as formas de resistência que encontramos na dimensão da língua e deixaremos para o terceiro capítulo as resistências na instância do sujeito.

Atendo-nos, então, aos efeitos encontrados no próprio da língua, teremos de tecer os efeitos do enlace da língua com o universo simbólico, assim, somos conduzidos por esse fio a realizar um percurso, que o faremos, como o assinalamos anteriormente, dentro do referencial da AD que permite identificar melhor essa relação.

A pauta que aqui se desenha demanda uma compreensão e especificação do conceito de *língua* com o qual iremos trabalhar, portanto, será necessário fazer um pequeno percurso teórico por algumas concepções de língua que encontramos dentro do campo da lingüística. Tal percurso resulta indispensável para especificar a dimensão discursivista que esse conceito assimila ao tratar no seu paradigma do *próprio da língua*. Tratamos isso como necessário, pois tal noção nesse quadro teórico representam uma tomada de posição em relação a diversas perspectivas existentes.

## **2.1 Língua: sendo a mesma não é a mesma?**

Como sempre, é bom lembrar que o *objeto de estudo língua* surge com Saussure, em especial a partir do seu ensino contido no *Curso de Lingüística Geral* (CLG), no início do século XX, que inaugura o campo da lingüística propriamente dita. A língua é definida enquanto sistema de signos que obedece às leis internas do próprio sistema, tendo como princípio a

---

apagamentos e indistinção que produzem esse efeito de atravessamento dos dois universos lingüísticos simbólicos em questão.

classificação. Assim sendo, o estudo da língua comporta estabelecer uma dicotomia funcional para levar a fim esse objetivo de particularizá-la, ou seja, a dicotomia língua/fala. Essa dicotomia realiza uma distinção entre um interno da língua e um externo representado pelas falas.

A partir dessa proposta teórica marca-se um ponto de referência para os estudos da linguagem no qual será possível uma série de abordagens. Juntamente a isso se abrirá espaço para uma discussão a respeito da noção de *estrutura* na língua e, por outro lado, a observância de uma *semântica* que possa dimensionar esse efeito de estrutura. Sem dúvida, a articulação assim estabelecida tem como pano de fundo a existência ou não de uma natureza específica da língua, na qual se coloca em questão a referência ao mundo exterior. Toma novo rumo a longa discussão com relação ao *referente*.

Esse acontecimento teórico no campo dos estudos da língua, e talvez nos estudos das ciências humanas, abre para uma certa polarização entre duas posturas. Por um lado, distingue os que tentam preservar o sistema da língua como uma natureza própria e independente e, por outro lado, temos a consideração de que o sistema de língua, sem a intervenção do mundo exterior, não tem como sustentar sua representação nem a condição de fazer *sentido*. Assinalamos com isso mais a condição dos efeitos que provocou essa lingüística, do que fazer uma discussão acabada do CLG, o que merece uma abordagem específica.

Ater-se ao primeiro pólo, que compreende a língua como sistema fechado, implica uma visão mais estruturalista, representada por alguns pressupostos da Gramática tradicional, a qual tenta manter um princípio de literalidade e transparência da língua, garantindo em si o funcionamento do sistema de língua. Encontramos nela uma forma abstrata que se baseia no ideal das ciências exatas, colocando em funcionamento a dupla consistência/completude, e pretendendo conduzir a língua de modo a não encontrar contradições. É a organização da frase que sustenta a eficácia desse postulado. Nesse mesmo sentido, mas com um primado mais complexo, inscreve-se a produção teórica de Chomsky na chamada

Gramática Gerativa, entendida como uma Gramática universal, que vai à procura dos princípios que caracterizam esse próprio da língua e que a fazem operar. Nessa teoria, o sistema é tomado como imanente, aderindo a um fundamento biologista em que a linguagem funcionaria como um dispositivo que se desenvolve acompanhando as etapas do crescimento humano, que nesse caso implica o desenvolvimento do cérebro, órgão que contém toda a codificação do exercício dessa função da linguagem. O princípio explicativo desta forma de abordagem é herdeiro dos fundamentos lógico-matemáticos, nos quais o espírito científico nasceu para o ocidente. É a lógica que está como senhora e legisladora da língua, porque nesse modelo procura-se um sentido definitivo para as palavras. Lembremos que o ideal científico passa pela construção de uma linguagem para o conhecimento, o que equivale a contrapor-la a uma linguagem do homem comum. Essa linguagem para a construção do conhecimento propõe como ideal justamente a não-ambigüidade, pois a ambigüidade torna-se catastrófica para a tarefa de descrição do mundo, da “realidade”.

Essa articulação, contrapondo o ponto de vista das ciências ao ponto de vista da linguagem cotidiana, aponta para a distinção que P. Henry (Henry, P. 1992) reproduz a respeito da distinção entre o *sujeito da ciência* e o *sujeito da verdade*. Aqui temos que o sujeito da lógica cartesiana do *cogito* remete a esse *sujeito da ciência*, na medida em que ele se manifesta no campo da certeza. Já o *sujeito da verdade* mostra-se enquanto assujeitado à sua verdade, o que corresponde a entendê-lo como operador nas práticas da linguagem. Levam-se em conta, nessa forma de entendimento, as manifestações do inconsciente (nas falhas, nos lapsos, nos sonhos, etc.), pois ali onde a linguagem tropeça fala-se de uma verdade na qual o sujeito está implicado.

Avançando em nossa formulação, deparamo-nos com outra perspectiva que reconduzirá uma discussão sobre as condições em que a língua exerce sua interação com o mundo. Por essa via apreciam-se as

condições nas quais se inscreve a língua e, com isso, retoma-se o ponto de vista no qual destaca-se a relação a um(uns) referente(s) localizado em um exterior ao sistema de signos. Há representantes dessa abordagem nas teorias da pragmática, nos atos de fala, nos estudos da enunciação e nas abordagens discursivistas. Para os nossos propósitos, escolhemos desenvolver o ponto de vista discursivista, que nos oferecerá subsídios importantes para desenvolver sobretudo o fundamento da língua no espaço simbólico, que é o nosso interesse.

Como vínhamos argumentando, essa abordagem focaliza a problemática do referente, que considera a relação da língua com “algo” exterior a partir do qual os sentidos organizam-se. Reflete, assim, a língua e o seu funcionamento. A *língua* aqui sofre um deslocamento: ela não é uma entidade isolada, mas insere-se no *plano discursivo*. Podemos entender, ao considerar essa inserção, que a língua movimenta-se com relação aos referentes sinalizados pelo próprio plano discursivo, como veremos a seguir.

O *discurso* é entendido enquanto linguagem marcada pela historicidade, que implica expressá-lo como um *todo complexo* que se circunscreve vinculando a língua ao campo social. Esse vínculo sustenta-se considerando o embate ideológico que toda enunciação comporta, já que sempre que se põe em cena uma enunciação ela responde por uma posição no jogo de forças no espaço social. Este fato impõe-se, ainda que tal situação seja afetada por instâncias do inconsciente que produzem o efeito de desconhecimento do jogo em questão.

Para encontrar os fundamentos desse *discursivo*, Pêcheux recorre à contribuição teórica de Michel Foucault, que desenvolve a noção de discurso concebida a partir de Formações Discursivas (FD), as quais têm seu registro organizado a partir de enunciados que encontram uma coerência e uma organização nos *domínios de saber*. , Pêcheux vai deslocar essas FDs para a AD, considerando um tipo de organização do processo discursivo e integrando sua relação ao ideológico, sendo esse o espaço de atrito que organiza os enunciadores. Ou seja, para Pêcheux, o movimento do discurso e

das FDs ocorre nesse intervalo das práticas sociais; já para Foucault o discurso está no fundamento da prática histórica atrelada ao enunciado.

Distinguindo melhor esse conceito no referencial foucaultiano, podemos dizer que ele nasce no instante em que esse autor rompe, na área da história com os métodos de *descrição* que essa disciplina vinha desenvolvendo. Deve-se isso principalmente a que em tal disciplina a descrição era tratada enquanto acontecimentos projetados em uma linearidade, produzindo assim um efeito de continuidade nos acontecimentos. Foucault entende que essa linearidade não passa de um efeito de superfície e que esses acontecimentos não comportam assim uma sucessão de acontecimentos tão regular. Pelo contrário, eles estariam projetados em uma *dispersão*, a qual, em determinado momento, pela conjugação dos elementos em questão, permite reconhecer uma *organização*. Dessa forma, é a *dispersão*, ou melhor, são os *sistemas de dispersão* que permitem inferir as FDs. Por sua vez, é esse mesmo princípio o motor que movimenta o discurso.

A organização que essas dispersões manifestam no plano discursivo mostram-se a partir de *regras de formação*, que são: “as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos modalidades de enunciados, conceitos, escolhas temáticas).” (Foucault, 2000, p. 43). Compreendendo isso como “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.” (ibid, p. 43-44), temos como consequência desse postulado o movimento que vai da dispersão à organização.

Pêcheux transfere esse postulado das FDs para dentro do plano *das ideologias*, propondo ali a participação de um *sujeito* que assume posições com relação a essas organizações de enunciados. Nesse ponto, distancia-se profundamente de Foucault que ao falar em domínios de saber, não considera necessariamente a perspectiva ideológica, e também o sujeito não observa a relação entre a enunciação e suas derivações. Foucault observa, antes de mais nada, “a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para

ser seu sujeito”, ou seja, “ser sujeito para Foucault é ser enunciador” (Henry, in Gadet e Hak (orgs.) 1997, p. 33), conseqüentemente, o lugar de sujeito passa a ser um espaço vazio que qualquer indivíduo pode ocupar, dependendo da relação ao *enunciado*. Os descompassos ideológicos do campo social ficam, assim, excluídos.

Pêcheux, por sua vez, ao retomar a noção de sujeito, a especifica no campo histórico e social. Ele inscreve o sujeito nas práticas sociais, de sorte a compreendê-lo enquanto assujeitado a elas. Esse assujeitamento define-se no campo ideológico. São as ideologias que convocam o sujeito a uma atuação nas relações humanas de modo a encontrar um lugar de reconhecimento e, portanto, um lugar de existência. Temos aí a dialética indivíduo/sociedade, em que o indivíduo só é reconhecido quando se diferencia em um contexto social, e a sociedade só se compõe a partir de um agrupamento de indivíduos. No caso da AD, a dialética em questão remete ao par sujeito/sociedade. Considerando, então, que o sujeito é a representação de lugares discursivos, e não de sujeito-indivíduo com propriedades psicológicas particularizadas, estamos lidando com uma *teoria não subjetiva da subjetividade*. A noção de sujeito terá uma elaboração mais completa no capítulo seguinte quando trataremos das questões relativas ao sujeito e à identidade com mais atenção.

Seguindo a trilha do movimento da língua no plano discursivo, a articulação com a ideologia torna-se indispensável. Particularizando o conceito de *ideologia*, podemos situa-lo nas contribuições feitas por Althusser, em *Aparelhos ideológicos do Estado* (1970), livro que introduz o termo “formação ideológica” (FI), que se tornará caro para a AD, considerando que tal elaboração produz um entendimento sobre o funcionamento da ideologia de forma geral, saindo da compreensão reduzida de “ideologia dominante” produzida pelo referencial marxista. Dessa maneira Pêcheux vai destacar as propriedades que lhe pareceram essenciais desse conceito, e que são as seguintes:

1. a ideologia vai representar a relação imaginária que os homens têm com suas reais condições de existência;
2. a ideologia tem uma existência material na medida em que ela se realiza por práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos;
3. a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos.

Então, acompanhando até aqui as apropriações que Pêcheux e os analistas de discurso fizeram desses dois conceitos FDs e FIs, podemos considerar que as *formações discursivas* e as *formações ideológicas* passam a indicar tanto a organização no discurso quanto a definição de lugares a partir do quais o sujeito se insere criando sentidos. Ainda, somos levados a constatar que o resultado dessa meticulosa apropriação está na construção de uma outra perspectiva e configura-se de fato em um novo ponto de vista teórico.

Amadurecidos esses conceitos teóricos, vão cobrando todo o seu valor à medida que a AD se propõe como objetivo principal, procurar os *efeitos de sentido* que são produzidos, levando-se em conta o momento histórico, a conjuntura social e o sujeito que tem o seu dizer afetado pela interpelação ideológica com a qual se identifica. E essa conjugação ainda sustentada no próprio funcionamento da língua através do discursivo. Dessa maneira, não se tem mais a característica de neutralidade e absolutismo que a lingüística moderna persegue, e sim se entende que a língua contém falhas, espessura e opacidade. Pêcheux (1988, p. 160), desenvolvendo ainda mais essa articulação, acrescenta que a *formação discursiva* se define como aquilo que numa *formação ideológica* dada, “*determina o que pode e deve ser dito.*”

Orlandi (1999, p. 43-44), por sua vez, reconhece aqui dois pontos, a serem considerados:

1. *O discurso constitui-se no seu sentido*, sendo que as palavras extrairão seu sentido dependendo da formação discursiva em que se

encontram, carregando no discurso as marcas das formações ideológicas em que estão inscritas. Com isso, as palavras significarão uma coisa e não outra dependendo da FD na qual se inscrevem. Contudo, nesse referencial, as FDs não são consideradas homogêneas, e sim contendo contradições e heterogeneidade nelas mesmas.

2. *É pela referência à formação discursiva que podemos compreender no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos.* Para tanto, importa estabelecer as relações que uma FD realiza no interdiscurso com outras FDs, indicando os diferentes sentidos que pode carregar uma palavra, dependendo da historicidade e das condições de produção que com ela se imprime no discurso, sendo que muitas vezes não é evidente devido aos efeitos do imaginário. Esse ponto comporta a própria tarefa com a qual o analista do discurso depara-se.

Como podemos observar, as modificações acontecidas no conceito de ideologia primam por um entendimento *discursivo* de ideologia, porque compreendem juntamente o funcionamento da linguagem no seu interior, e não só o processo de fatos sociais.

Toda essa discussão toma nova perspectiva no quadro epistemológico que Pêcheux apresenta em 1975, que se destaca<sup>7</sup> quando trata dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, que são, notadamente, o lugar em que a língua circunscreve-se com uma materialidade específica.

Esse autor a expressa assim: *“A perspectiva de conjunto é a seguinte: estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentidos, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentidos”* (in Gadet e Hak, 1997, p. 172).

Para caracterizar melhor essa materialidade da língua, Pêcheux demonstra um interesse pelos processos semânticos que se apóiem em uma “des-linearização” da sintaxe, o que corresponde a reconhecer o *“funcionamento material da língua em sua relação consigo própria, isto é,*

---

<sup>7</sup> Ao destacar a perspectiva de orientar nossa discussão pelo viés da língua, permitimo-nos deslizar pela possibilidade de considerar com melhor atenção esta ponta fundamental da articulação teórica e a partir dela costurar as pontas restantes.

*uma sistematicidade que não se opõe ao não-sistemático (língua/fala), mas que se articula em processos” (199, p. 173).* Podemos depreender disso que a língua integra um funcionamento próprio que, contudo, não cria necessariamente o estabelecimento de uma oposição com o universo afetado pela historicidade; ao contrário, ela encontra nessa não-sistematicidade o espaço onde se relança a possibilidade de novas significações que venham a povoar as propriedades da língua.

Esse atravessamento do não-sistemático, por sua vez, relaciona-se ao sistemático levando em conta que a língua apresenta uma natureza específica, a qual compreende características fonológicas, morfológicas e sintáticas. É deste ponto de vista que P. Henry e Pêcheux destacam uma autonomia relativa do sistema. Essa distinção esclarece uma expressão fundamental na composição dos processos discursivos.

Contando com essa materialidade da língua, a materialidade do discurso impõe-se, porém já considerando a dinâmica língua-fala ou ainda estrutura e conteúdo. Essa dinâmica representa-se principalmente quando estamos diante do formulável<sup>8</sup>. Nessa passagem para o discurso, retira-se a neutralidade do sistema lingüístico, havendo uma afetação pelas diferentes maneiras em que o enunciado é posto em cena: estamos diante das diversas interpretações possíveis. Nesses desníveis interpretativos, vemo-nos diante de falhas e tropeços produzidos no diálogo entre essas diferentes posições enunciativas. Dessa maneira, compreender o formulável representa assumir a inserção no jogo social, o que significa inclusive, considerar o não-dito no dito. Lembramos, com isso, as formas do silêncio, que Orlandi trata enquanto formas de significação; portanto, o formulável está para além do simplesmente falado.

Ao entender que nessa dinâmica a base lingüística não dá conta de todo o dizer, deparamo-nos com outra dimensão em que se projeta o processo discursivo. Observa-se que na língua, mesmo operando efeitos

---

<sup>8</sup> Ao destacarmos o formulável, estamos tratando com a expressão do texto discursivo, pois o texto discursivo representa tanto os ditos, os escritos, o desenhado, etc. é a expressão na linguagem que mostra algo na relação entre sujeitos.

concretos no campo discursivo, há “algo”<sup>9</sup> dela que sempre retorna e que se torna inapreensível, fugidia, deixando os sentidos desestabilizados. São esses restos, metades de palavras, palavras trocadas, palavras silenciadas, palavras torcidas, etc. , que dão margem à especulação entre o tudo e o nada.

Pêcheux trata disso quando em “*la lengua de nunca acabar*” (Gadet e Pecheux, 1984) entende que a natureza da linguagem, que marca o homem de forma indelével, conduz a interrogações constantes, pois nem tudo pode ser formulado de forma cabal. Nem tudo se completa, sempre falta algo no dizer. Ao mesmo tempo em que somos expostos a essa incompletude em que a língua esbarra, somos levados a refletir, a nossa própria incompletude, pois a sua natureza toca de maneira indivisível. Pensamos que, se não fosse assim, a natureza humana não teria condições de se definir enquanto tal.

Pêcheux manifesta essa fuga, essas interrogações constantes que tal natureza incita, enquanto “Real” da língua, que representa o ponto em que se manifesta o indizível, algo fica sem formulação possível, pois é um impossível. Diríamos, talvez, o ponto cego que dinamiza as falas, assim como aquele que ignora, fala do que ignora, pois não tem a dimensão dessa ignorância.

*O real* surge confrontando seus efeitos nas diversas abordagens dos estudos da linguagem, de modo que alguns tentam anulá-lo enquanto preocupação teórica, ao passo que outros tentam assimilá-lo. Pêcheux escolhe deslizar por esse real.

Para encontrar o fio dessa preocupação, faremos uma passagem pela trama teórica do *Real da língua*.

### 2.1.1 *O Real da Língua*

---

<sup>9</sup> Que também acaba tendo uma concretude pela incorporação de uma falta ou desse algo que não se define propriamente.

Jean Claude Milner, autor que se interessa por abordar as questões referentes ao funcionamento da língua considerando o entrecruzamento da lingüística com a psicanálise, propõe inicialmente em uma relação entre língua e linguagem<sup>10</sup>, especificando que numa determinada comunidade podemos identificar numerosas “línguas”, de tal maneira que essas línguas podem encontrar-se na linguagem. Descrevendo essa perspectiva, o autor (1987, p. 12) sugere:

(...) nós dizemos ainda mais dizendo as línguas: certamente nós a supomos várias e reunidas, mas também que é sempre possível distingui-las. Pois este plural é, na verdade, uma coleção de singulares, ao mesmo tempo parecidas e discerníveis. Dito de outra forma, nós sustentamos que há sempre sentido em dizer uma língua, de sorte que se possa sempre, por um segmento qualquer, decidir se ele lhe pertence ou não. Ora nada é menos seguro; mesmo admitindo que nós saibamos sempre decidir se um segmento de realidade é de língua ou não, isto não implica em que se possa sempre atribuí-lo a uma tal língua melhor que a uma tal outra. Ao lado de casos comuns em que a distinção é trivial, existem aquelas onde identidade e diferença se embaralham: que pensar dos diferentes tipos de sintaxe entre os quais um mesmo tipo de sujeito poderá ocasionalmente escolher segundo o humor ou as circunstâncias? Que pensar de dois sujeitos, convencidos de falar a mesma língua, e dos quais, no entanto, pode-se testemunhar que seus julgamentos de gramaticalidade divergem constantemente? Que pensar dos dialetos, dos “níveis de língua”?

Partindo desse fato, Milner reconhece haver sempre nesse conjunto de línguas *uma* que, para o sujeito da enunciação ou para o sujeito que toma a palavra, torna-se da ordem do impossível; “impossível de dizer, impossível de não dizer de certa maneira.” (Ibidem. p.18) Essa língua será nomeada como *alíngua*, que designa uma partição na sua própria constituição. Essa

---

<sup>10</sup> Tentando uma leitura em que a lingüística veja-se afetada pela possibilidade da psicanálise.

partição é a que fará com que ela não se compreenda como completa, tornando-se *não-toda*. Essa língua está exposta à falha, porque algo devido a essa partição falta, nem tudo pode ser dito. Contudo, é em relação a esse não dito que as palavras adquirem valor.

É a partir dessa proposição que Milner (1987, p.19) nos diz: “*a tese que a língua suporta a alíngua enquanto não-toda pode ser traduzida diretamente em: a língua suporta o real da alíngua*”. Temos, então, que o real da língua encontra-se expresso por algo que pertence à ordem do impossível de formular. E isso tangerá a cada enunciador de maneira específica dependendo do modo que apareça para cada um a fissura na língua.

Pêcheux, por sua vez, explora esse *real da língua* para contemplar a perspectiva da língua no discurso, em que ela se representa por algo que indica uma deriva a partir da qual os enunciados organizam-se na língua, produzindo os deslizamentos de sentidos possíveis. Tal característica é tomada na AD como *constitutiva* da língua e é marcada pela espessura da sua natureza particular, produzindo opacidade e falhas que permitem as variadas formas de interpretação. Assim, os sentidos abrem-se em perspectivas diversas.

Como consequência disso, a materialidade da língua é contemplada como incontestavelmente, exposta aos tropeços. Seguindo nessa direção, Orlandi (1999, p. 52) propõe:

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação da Falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível.

É por esse viés que podemos entender que as falhas e os tropeços na língua encontram seu lugar de interpretação na dimensão histórica, indicando igualmente uma espessura contida no fato histórico que afeta a língua. Pensar essa via de mão dupla conduziu à formulação também de um *Real da história*, que expomos a seguir.

### 2.1.2 O Real da História

O conceito de *real da história* é forjado por Pêcheux e Gadet no livro *La lengua de nunca acabar*, com edição francesa de 1981. Essa noção cobra notoriedade quando é dirigida uma crítica a Milner, por desconsiderar o efeito da ordem do histórico nos processos da linguagem, tratando-o como “simple efeito do imaginário” (in Gadet, 1984, p. 32).

Para Pêcheux, a história é fundamentada no campo social; é ali que encontra sua inscrição, mas ela não se define por uma cronologia de acontecimentos, e sim por uma “complexidade contraditória”, sendo esse *contraditório* que especifica o real da história.

O real da história resulta em reconhecer o próprio funcionamento das formações ideológicas, que sempre se conflagram no campo social enquanto articulações e práticas que em muitos momentos estão expostas a impasses, os quais se manifestam no espaço discursivo.

Para aprofundar esse conceito, Pêcheux remete à relação entre as ideologias do direito e as ideologias da vida<sup>11</sup>, analisados por Foucault enquanto manifestações que se impõem pela repetição de um “ideal” que toma várias facetas, fazendo com que a repetição encontre seus próprios impasses ou resistências, movimentando-se, assim, nesse contraditório. A

---

<sup>11</sup> Com relação às ideologias do direito e as ideologias da vida, são referidas a inserção da ordem jurídica que se apóia nas formas lógicas, e as formas do funcionamento das características biológicas diferenciais presentes na relação de origem do homem. Ambas as ideologias correspondem à preocupação e ao esforço com que a ordem burguesa incorpora-se ao espaço social, abrindo caminhos antes inexistentes entre monarquia e sociedade. A partir desse empenho as considerações relacionadas ao papel da língua tornaram-se mais

materialidade da história, então, também considera algo da ordem do impossível de se apresentar de outra maneira, ou na insistência de um não-tudo específico.

No cerne desses dois reais da língua e da história, está uma nova perspectiva do *sujeito* do discurso. Esse agente discursivo representa-se pelo fato de incidirem sobre ele os efeitos do inconsciente, tanto de um registro quanto do outro.

Vimos, no caso da língua, o corte que a *alíngua* produz sobre o funcionamento da língua. Significa que esse sujeito está, desde o princípio, lidando com uma partição inaugural, em que as palavras impõem-se em uma organização para além do que conscientemente o sujeito se propõe ou imagina do domínio do seu dizer. Mais do que falar, o sujeito é falado. Aqui encontramos o Saussure da noite, dos anagramas. As palavras ecoam para além do que se pensa que se diz, seja por uma homofonia, seja por uma organização diferenciada dos sintagmas.

No real da história, o inconsciente manifesta-se pelos já ditos e esquecidos que os discursos ideológicos carregam, de como eles vão imigrando. Lembramos, com isso, o desenvolvimento que Courtine (1999) propõe ao pensar a *memória discursiva*, tratando a relação que memória e discurso encontram no momento em que os enunciados deslocam-se pelas formações discursivas através de esquecimentos e retomadas no funcionamento do discurso.

Ao linearizar os enunciados localizados na memória discursiva pelo intradiscurso, o sujeito atualiza-os em uma significação no contexto social. Isso ocorre de tal forma, que o sujeito torna-se agente, como os pássaros que levam o pólen para germinar em diversas terras, sem ter a noção de que esse trabalho está sendo difundido por eles. Esses pássaros usufruem, posteriormente, de um reflorestamento, que é encontrado como *efeito*, mas

---

prementes, chegando ao postulado de línguas nacionais, necessárias a mudança proposta pela ordem burguesa.

que está longe de ser traduzido como o resultado de uma ação mais abrangente.

Nesse sentido, cabe ainda considerar a dimensão que o *sujeito* adquire enquanto efeito que emerge entre esses dois reais. Isso significa pensar os reflexos nas produções imaginárias que assinalam lugares possíveis para esse real, trabalhando sempre em um espaço metafórico.

Contudo, deixar o sujeito à mercê da maré das produções do inconsciente, em ambos os registros, sem bússola, poderia ser entendido como efeitos sem rumo e então desarticulados, o que não corresponderia à manifestação da amarração necessária do sujeito com o discursivo, como estamos propondo, pois, como vimos, o discursivo compreende uma organização, mesmo implicando os “sem sentidos” ou enunciados à deriva que podem vir a significar de forma diferente em outros giros das FDs. O sujeito que assim se destaca organiza sua representação a partir do espaço discursivo, implicando uma escolha -mesmo que inconsciente- de participar do campo social através do historicizado ou, ainda, afirmando sua filiação simbólica. Pertencer a uma filiação significa “aceitar” a base que sustenta o sujeito no simbólico.

Podemos pensar que há nessa passagem um desejo que sustenta essa amarração sujeito-simbólico. Desejo que emerge a partir da própria condição de sujeito que procura reconhecimento. É a irrupção desse desejo que mobiliza e convoca o sujeito na palavra. Melhor ainda, é o sujeito portador de desejo que é compelido a tomar a palavra. Por essa via, o desejo pode ser entendido como manifestação do impulso vital (não-biológico) que permite o trânsito desse sujeito nos tecidos do universo simbólico, o impulso que demanda *representação*. E aqui podemos pensar o Sujeito Universal, aquele que se define pela forma dominante em uma FD e que Pêcheux identifica como sendo aquela instância com o qual o sujeito da enunciação estabelece formas de identificação no discurso, ou seja, esse desejo medeia o encontro entre Sujeito e sujeito na procura de representações. É importante destacar que esse Sujeito Universal, embora esteja como uma instância dominante,

não se define por uma via restrita, pois a organização do seu domínio passa por vários caminhos e ainda pela relação sempre móvel das FDs<sup>12</sup>. Nesse sentido, entendemos que o caminho dessa identificação não compreende um via única, contando com a polissemia de significações que podem ser produzidas cada vez que o sujeito apela para esse traço com relação ao Sujeito.<sup>13</sup>

É nessa dimensão do que pode emergir como metaforizável que o *equivoco* adquire seu valor. Os enunciados sempre podem vir a se tornar outros. Pêcheux manifesta essa questão na seguinte passagem (in Gadet, 1984, p.63) :

lo que afecta y corrompe el principio de univocidad en la lengua no es en ella localizable; el equivoco aparece entonces como el punto en que lo imposible (lingüístico) llega a unirse con la contradicción (histórica) ; el punto en que la lengua toca a la historia.

Nesse ponto, pretendemos particularizar o sujeito na AD enquanto elemento pivô a partir do qual a língua e a história encontram-se pelo equivoco. O sujeito é o suporte que produz, através de sua sintaxe, o reconhecimento da espessura da língua e da espessura da história.

### **2.1.3 O SUJEITO**

Como vinha sendo tratado, a noção de sujeito na AD aparece como um elemento essencial para a dimensão do discursivo. É esse sujeito que movimenta os discursos e, portanto, é o responsável pela viabilização dos

---

<sup>12</sup> Contamos aqui com a leitura mais amadurecida que Pêcheux utiliza no seu referencial teórico, observando os efeitos do heterogêneo nas FDs, pois, como se sabe, houve um momento em que a instância dominante das FDs mostrava-se mais rígida, havendo só três possibilidades: a primeira era a possibilidade de uma identificação plena, mostrando um bom sujeito; a segunda era a possibilidade de uma identificação que contestasse essa unidade dominante, correspondente a um mau sujeito; e a terceira era a postura dissidente que rompe com a FD.

<sup>13</sup> Lembramos aqui os trabalhos elaborados por Jacqueline Authier, assinalando a heterogeneidade constitutiva e mostrada na constituição do sujeito da enunciação, na qual está presente justamente a presença do Outro nas retomadas da palavra.

sentidos. Língua e história não encontram seu real ou impossível senão através de um sujeito que os reúna.

Assim temos que o sujeito fundamenta-se enquanto um *efeito*, e esse efeito toca na realização de uma representação que incide no campo social e histórico. Pêcheux entende que a representação à qual nos referimos encontra sua organização nas formações ideológicas (FI), as quais instigam esse sujeito a uma “tomada de posição”, ou melhor, convocam a um assujeitamento. Esse assujeitamento implica encontrar-se assujeitado a um ponto a partir do qual a enunciação apóia-se. Entende-se como a própria possibilidade da constituição de um sujeito na enunciação.

Tanto Pêcheux quanto Paul Henry lembram a necessidade de compreender esse sujeito diversificando-se dentro da articulação linguagem-ideologia. Pois essa articulação é construção permanente na medida em que não existe uma passagem simplificada da ideologia para a linguagem e vice-versa. Há ali uma relação desigual, sendo que a natureza de cada uma delas é composta de elementos muitas vezes intraduzíveis de uma para outra. Nesse sentido, podemos constatar que não existe uma superestrutura que medeie esse movimento; ele vai acontecendo.

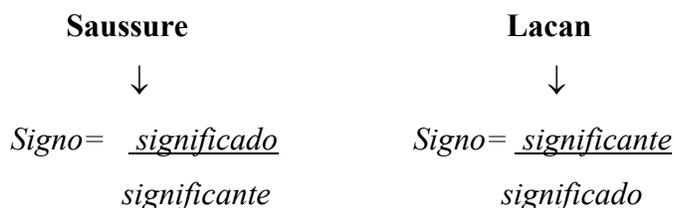
É nessa perspectiva que relacionar o sujeito à linguagem significa concebê-lo múltiplo, com inúmeras e inesperadas possibilidades de realização. Ao contemplar esse múltiplo, a AD propõe-se abordá-lo também em seu quadro epistemológico, que vinculará a emergência do sujeito no discurso especificando três instâncias: uma vinculada às relações sociais e ideológicas; outra vinculada às relações dentro dos mecanismos da língua e enunciação; e a última vinculada às determinações históricas. Todas elas são atravessadas por uma subjetividade de natureza psicanalítica<sup>14</sup>.

Continuaremos o eixo relativo ao *sujeito* destacando aqui o prisma que a leitura da psicanálise costura enquanto subjetividade, pois essa subjetividade fica como um ponto obscuro quando se propõe que a AD

trabalhe com uma teoria não subjetiva da subjetividade. Cabe perguntar: que sujeito é esse que a psicanálise trabalha para ter um lugar nesse referencial? Consideramos importante destacar esse ponto, observando a relação que ele representa para os efeitos da linguagem.

A primeira consideração a fazer leva-nos a diferenciar profundamente a psicanálise da psicologia<sup>15</sup>. Seria necessário uma discussão específica quanto a isso, mas traçaremos aqui uma linha geral, apenas para realizar tal distinção. A psicologia trata do comportamento segundo o ponto de vista do indivíduo e da consciência; por isso, pensa um sujeito soberano do seu pensamento e das suas atitudes. Já a psicanálise rompe com essa soberania, integrando ao sujeito todas aquelas manifestações que fogem ao seu controle, denominadas manifestações do inconsciente (lapsos, sonhos, chistes) que se realizam na linguagem. Expande-se, com isso, tanto a concepção de sujeito quanto a de linguagem.

Com Lacan, os vínculos do sujeito com a língua tornam-se mais estreitos, pois ele toma como ponto de partida a inversão do signo saussureano:



Subverter o signo lingüístico de Saussure, colocando o significante acima da barra e o significado abaixo da barra, implica entender como fundamentais as determinações que marcam o sujeito *na linguagem*, e não mais o *conceito* que determina os lugares de enunciação na linguagem. Estamos assinalando a relação entre sujeito e significante. Lacan, assim,

---

<sup>14</sup> No próximo cap., trataremos especificamente das instâncias sociais e históricas inscritas no quadro epistemológico da AD.

<sup>15</sup> Convém, no entanto, assinalar que há setores da psicologia sensíveis às possibilidades diferenciadas que esse sujeito excêntrico da psicanálise vem abrir. Acreditamos todavia que essas honrosas exceções não retiram o interesse da diferenciação indicada acima.

define essa relação: *um significante representa um sujeito para outro significante*. Nesse sentido, há uma ressonância ao que possa ser entendido na AD como discurso, já que Pêcheux define-o justamente como *efeito de sentido entre os interlocutores*. O que prevalece nessas duas leituras é o efeito de sentido dimensionado como condição para a representação de um sujeito. Contudo, cabe diferenciar tanto a lógica própria do discurso quanto a lógica que a psicanálise reconhece no sujeito<sup>16</sup>.

Também acreditamos que, quando a AD toma essa dimensão da subjetividade na psicanálise, ela remete à concepção de *objeto* que se presentifica no discurso na medida em que algo se materializa na produção dos sentidos.

Nos pressupostos da psicanálise, toda essa realização do discursivo passa por determinações inconscientes, em que o sujeito diz além do que pensa que diz, o que corresponde a percebê-lo dividido. Há uma parte inacessível que o inaugura e que não tem como ser incorporado totalmente pelo EU ou pela consciência. Entretanto, essas determinantes inconscientes só encontram um lugar quando se passa pela linguagem; é no tropeço, nos atos falhos, nos lapsos, nos sonhos que isso se manifesta. O “erro” precisa ser materializado na linguagem para que se perceba que “algo” fala em outro lugar. Esse lugar, a princípio inacessível, corresponde a um espaço vital, já que diz respeito a *algo* que funda esse sujeito, e principalmente que é origem do desejo que impulsiona o ser humano para o mundo. Desejo que faz o sujeito tomar a palavra e tentar descobrir sua verdade, assim como seu lugar no mundo.

Observamos, a partir desses preceitos, que a AD toma da subjetividade de natureza psicanalítica a noção do inconsciente, operando nos processos discursivos. Com isso, seguiremos o desenvolvimento que P. Henry oferece a respeito dessa questão.

O autor, apoiado na leitura de Lacan, lembra que o desejo em psicanálise relaciona-se a elementos que se mobilizam em um momento

---

<sup>16</sup> Destacamos que a psicanálise situa seu desenvolvimento teórico em relação aos efeitos *transferenciais*

inaugural da subjetividade do ser humano. Na leitura psicanalítica, esse desejo investe-se de um tempo praticamente mítico, no qual há um exato encontro entre aquilo que é demandado e aquilo que sacia tal demanda. Metaforicamente, isso se representa pela acolhida que a mãe faz da necessidade de seu bebê: ela oferece “exatamente” aquilo de que ele precisa. A partir dessa experiência mítica, mobiliza-se a pulsão<sup>17</sup>, que pretende repetir esse evento, de tal maneira que é ela que conduz à demanda de algum objeto que possa propiciar essa satisfação experimentada como primeva. Essa satisfação não se reconhece simplesmente pelo suporte corporal orgânico, embora o corpo não seja desconhecido, mas está articulada no aparelho psíquico, no cerne da subjetividade humana.

O objeto da pulsão é sempre mutante, porque o tempo mítico, assim como o objeto mítico, está para sempre perdido. Não há objeto que venha a fechar a ferida narcísica. Nunca mais o *Eu e o Outro* encontram uma harmonia perfeita, sem palavras, se é que alguma vez existiu. É o objeto que medeia esse descompasso entre o eu e o outro.

Contudo, a pulsão faz um trajeto na procura desse objeto, e o trajeto configura-se na insistência; portanto, estamos na repetição. Repete-se a tentativa de encontro com o objeto da pulsão, que sempre implica, por isso mesmo, um encontro com o diferente, pois o objeto é sempre um substituto.

Quando nos deparamos com essa realidade do objeto mutante, observamos que o que se repete, na verdade, é um tipo de *relação*. Nesse âmbito, somos levados a considerar a linguagem enquanto língua e fala integradas. Essa relação não é pura forma, porque ela se impõe pela prática do dizer, e também não é somente pura substância, porque ela reconhece uma organização para além do dito. Acreditamos que é nessa via que Henry assinala o seguinte: “A relação entre língua e linguagem em Saussure não é uma simples oposição: é uma relação definida” (1992, p. 165 ).

---

entre psicanalista e paciente, no qual se desenvolverá um tipo específico de prática discursiva.

<sup>17</sup> Existe uma diferença discutida no campo da psicanálise entre pulsão e instinto. As traduções de James Strachey da obra freudiana levaram esses termos a uma indistinção traduzindo pulsão como instinto. O instinto experimenta uma realidade orgânica, já a pulsão está determinada por uma realidade psíquica.

Pensamos que esse funcionamento é traduzido pela AD na relação que o interdiscurso mantém com a língua. Estamos diante do funcionamento do simbólico enquanto registro que permite o trânsito do sujeito na linguagem. A especificação de Henry é esta: “o simbólico é aquilo que na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito.” (1992, p. 165).

Discutidos esses pressupostos teóricos no âmbito da AD, podemos entender a língua com sua materialidade específica vinculada ao universo simbólico no qual as filiações organizam-se dispostas por FDs. Pensamos, então, que o simbólico está marcado na língua por um conjunto de ideologias que interdita ou permitem o dizer, assim como pelo sujeito representado em sua enunciação e, portanto, no deslizamento do imaginário.

Chegamos por esse percurso a relacionar o funcionamento de um real na língua que desliza como repetição e ruptura, reconhecendo o modo de organização do simbólico e imaginário, através dos quais provoca a emergência de um sujeito ou efeito sujeito.

Tendo esses conceitos expostos, podemos começar a destacar o prisma a partir do qual exporemos as manifestações do sujeito imigrante hispano-americano e sua relação na língua.

## **2.2 O imigrante e sua língua no espaço simbólico**

Introduzindo aqui, especificamente, a relação entre língua e universo simbólico que o imigrante hispano-americano apresenta, alguns aspectos tornam-se essenciais. Em primeiro lugar, o sujeito imigrante depara-se com marcas que ele carrega em sua língua materna. Digamos que o vínculo entre língua e espaço simbólico já está estabelecido com suas particularidades. Esse sujeito reconhece-se nessas filiações e na materialidade lingüística em que elas foram incorporadas.

Além disso, temos a passagem dessa organização de língua para uma outra quando se impõe a imigração. Falamos aqui da passagem do espanhol para o português, bem como de uma outra organização no espaço social. Nesse deslocamento a primeira inscrição, relativa ao lugar de origem, fica desestabilizada. E estamos, então, na ordem do *acontecimento*, que dará andamento a uma nova relação na língua. Levando essa particularidade em conta, daremos prosseguimento ao acontecimento sentido na ressonância da língua.

No primeiro capítulo, quando tratamos a respeito da imigração acontecida entre as décadas de 60, 70 e 80, primava um vínculo na ordem social da época que visava à perseguição política contra a guerrilha. Por esse aspecto, o imigrante hispano-americano teve a sua condição jurídica problematizada pela lei do imigrante que lhe interditava o asilo político. Como um grande contingente de pessoas imigraram por motivos vinculados a essa ordem, o caminho da sua preservação foi condicionada ao anonimato, tornando-se, assim, um clandestino ou, ainda, um presente-ausente.

Tal condição fez com que a marca lingüística do espanhol se tornasse, de alguma forma, uma espécie de *shibboleth*<sup>18</sup>, ou seja, uma marca na língua falada que faz *distintivo*, conforme o discutido por Jacob Mey (2001). O sotaque da língua espanhola era um distintivo forte, pois ele demarca não só a pertença a outro lugar, como também o possível vínculo desse imigrante a produções ideológicas não-aceitas pela política nacional na época e. Portanto, estava implícita a condição de agente “perigoso”.

Encontramos alguns indicativos desse momento imigratório a partir dos boletins da Igreja Família da Pompéia, que pertence à Congregação Scalabriana e que se ocupa da problemática da imigração. Essa igreja é de origem italiana e começa suas atividades quando a imigração italiana, em

---

<sup>18</sup> Está relacionado à história bíblica narrada no antigo testamento, no qual os gileaditas derrotaram os eframitas impedindo-os de retornar ao seu lugar nativo. Para impedir essa volta, foram colocadas guardas nas passagens de acesso do rio Jordão que ordenavam a todos os que atravessassem o rio que dissessem a palavra *shbboleth*. Os que agissem diferentemente pronunciando *sibboleth* eram executados, pois indicava por esse distintivo tratar-se de um eframita.

meados do século XX, trouxe imigrantes italianos fugidos na Segunda Guerra Mundial. A preocupação principal dos religiosos que fazem parte dela centraliza-se na questão da acolhida ao imigrante, visando à sua *integração*, observando a condição de cidadania e trabalho, binômio que é abordado como complementar. A instituição também conta com um assessoramento jurídico composto na maioria das vezes por membros religiosos formados em Direito, alguns deles com atividade direta em Brasília acompanhado os processos de solicitação de visto de permanência ou naturalização.

Foi essa instituição que agrupou e sustentou uma possibilidade de organização do imigrante hispano-americano no período migratório inicial, e os boletins da Família da Pompéia dão testemunho dessa organização. Sua edição começou no início da década de 80, por iniciativa da comunidade hispana que agenciava comunicativos aos interessados, principalmente relacionados às conquistas de direitos. Por sua vez, lançava com empenho a idéia de construir uma integração dos povos da América Latina<sup>19</sup>

Ainda retornando a esse momento migratório, observamos através desses boletins que essa integração passa pela apropriação da língua portuguesa, e é por esse motivo que são criados cursos de português para hispano-hablantes. Essa concepção de integração que aponta para a problemática da língua surge, com mais propriedade, no boletim recém mencionado, conhecido como boletim CIBAI-Migrações. No boletim de junho/julho de 1991, encontramos a seguinte reflexão a respeito de linguagem e cultura:

*“La misma dinámica que hay entre el lenguaje y el acontecer social, existe entre el lenguaje y la cultura. El lenguaje refleja la cultura que lo rodea y en él se percibe la condición social del que habla. Las costumbres, valores, creencias e idiosincrasias, así como la manera como estos elementos culturales son*

---

<sup>19</sup> Esses aspectos serão melhor discutidos no capítulo seguinte quando contemplaremos os aspectos históricos envolvidos nos procedimentos discursivos destes imigrantes.

vividos por un país o una región, encuentran en el lenguaje el médío más preciso para su transmisión, expresión y comunicación.

*Estas sucintas ideas nos permiten concluir que para estar inseridos plenamente en la vida cultural y social del país o región en que nos encontramos es necesario usar su lenguaje y conocer el significado cultural que posee. No hacerlo significa excluirnos del acontecer social, significa no hacernos entender y no posibilitar que nos entiendan". (assina Alejandro)*

Nesse trecho há uma chamada à *integração* a partir da apropriação da língua portuguesa, entendendo-se que as palavras estão marcadas pela cultura que a pratica. Isso significa que o chamado à apropriação da língua conclama a um vínculo com a cultura brasileira.

É interessante observar que essa leitura surge a partir da década de 90, ou seja, no declínio das ditaduras e início da retomada das democracias. Consideramos que essa reflexão a respeito da língua aparece como uma forma de interpretação do *componente narcísico* da imigração que chama o imigrante a considerar o seu lugar um estado de exceção acima dos outros estados. Com esse momento interpretativo o sujeito permite uma dimensão não só das suas diferenças como também das diferenças presentes no sujeito brasileiro.

Acreditamos que a abertura política faz aparecer essa questão com mais força, fazendo uma interpelação específica, a qual se refere à definição que esse sujeito imigrante tem de produzir: para definir nele mesmo a opção da imigração, e de fato tornar-se *sujeito imigrante*, ou a opção pela estrangeiridade, ficando *estrangeiro* de forma permanente, digamos que na posição de Narciso antes das lágrimas, preservando sua figura inalterada.

A instituição *língua* emerge, então, para definir lugares, isto é, ela entra como um real particular para a vida do imigrante, pois retira de alguma forma a identidade da migração forçada e assinala a possibilidade de escolher a relação de imigração, que, como vimos no capítulo anterior, é entendida como uma tomada de posição com relação ao lugar de migração,

tentando reconstruir uma vida, ou como muitos falam, “criar raízes”, segurar-se a essa nova terra, imbricar-se às suas propriedades e, por sua vez, criar o ecossistema que permita a organização das trocas.

Nesse intervalo, em que o imigrante vê-se às voltas com a escolha de realizar essa passagem e reconhecer a interpelação na língua portuguesa, interessa-nos destacar alguns aspectos importantes relacionados à questão língua-lugar. Para observar essa relação, analisaremos alguns trechos de entrevistas realizadas com imigrantes hispano-americanos que decidiram ficar no Brasil. Ao todo, conta-se com dez entrevistas, nas quais escolhemos alguns recortes em que melhor explicitam essas questões relativas à língua, que é o eixo do presente capítulo.<sup>20</sup>

Assim, voltamos à nossa questão inicial referente ao imigrante hispano-americano e à sua relação com o universo simbólico. Contudo, aqui nos deteremos especificamente na passagem que esse imigrante realiza entre a língua e os processos discursivos, distinguindo o desdobramento do *próprio da língua* ou ainda o *real da língua* que se particulariza nesse momento da apropriação do português, considerando que se trata de uma apropriação com imersão na cultura brasileira. Para isso, faremos uma discussão preliminar, observando dois pontos que se destacam nesse processo: o primeiro relaciona-se aos pressupostos de uma *língua materna*, e o segundo refere-se aos pressupostos de uma *língua nacional*. Após essa discussão, analisaremos os mecanismos de *resistência* na língua que o imigrante produz na passagem do espanhol para o português, em que se mobilizam essas duas realidades de língua, a materna e a nacional.

### 2.2.1 Língua Materna e Língua Nacional

Quando o imigrante hispano-americano vê-se impelido a fazer a passagem da língua materna para uma outra língua, notadamente a passagem

---

<sup>20</sup> Observar nas preliminares os procedimentos metodológicos e roteiro de entrevista.

do espanhol para o português, podemos dizer que acontece um assujeitamento a uma outra língua. Esse assujeitamento é vivido de maneira singular e problemática a qual afeta as condições da subjetividade.

Podemos perceber essas determinações no espaço subjetivo quando, por exemplo, B., uma imigrante uruguaia, relata-nos o seu sentimento quanto à mudança de língua:

*“sim, isso representou uma mudança grande (...) eu sentí un choque, tu na tua língua já tem uma história (...) e falando em português se começa<sup>21</sup> tudo de novo, é como voltar a ser criança, aprender a se expressar de novo, se fazer entender.”*

Essa mudança, esse corte, aponta justamente a mudança para outra forma de expressão que faça *sentido*, ou seja, começar a identificar os espaços onde a língua e a história produzam em conjunto as condições para organizar os sentidos e a interpretação. No outro contexto, a apropriação dos sentidos resulta em um esforço de deslocar elementos da sua inscrição na língua materna para uma outra realidade de língua.

Considerar essa apropriação significa pensar a respeito de uma certa opção pela evasão dos sentidos, tendo em vista que os sentidos se desligam num lugar para se amarrar num outro lugar. Desse modo, há uma perda, a perda que se sente dos lugares tramados no aconchego da *língua materna* e que corresponde também ao conforto do já simbolizado e, portanto, esquecido. Estamos falando do próprio funcionamento do esquecimento nº1, o qual Pêcheux formula como espaço ilusório em que o sujeito é tomado como fonte dos sentidos. Essa ilusão fica, digamos assim, “desrecalcada”.

---

<sup>21</sup> Aparece aqui uma marca morfossintática na qual há uma transição entre o comienza do espanhol e o começa do português.

Com isso, a sensação de domínio sobre o dizer resta perdida. Disso decorre a irritação que muitos imigrantes expressam com o momento de imigração em que “tem de pensar” sobre o que estão dizendo, ou traduzir mentalmente de uma língua para a outra.

Observando esse atrito, acreditamos necessária a distinção entre língua materna, língua nacional e o resultado de uma língua adquirida como segunda na imigração.

A *língua materna*, em muitas leituras, é compreendida como a língua que se fala no lugar de origem. Significa que é através da língua do lugar onde nascemos que se veiculam os recursos de podermos referir a nós mesmos e aos outros, sendo que, desde que nascemos, encontramos um leque de significações que nos são endereçadas já *a priori* por nossos pais e demais participantes da nossa criação. É essa relação que Andrée Tabouret-Keller (1989, p. 248) diferencia quando nos indica :

Cada um de nós, com o nascimento, encontra (pré)parada para si uma rede de termos que nos inscreve não somente nas relações de filiação e de aliança mas também como “crianças”, por exemplo nos diversos contextos educativos ou morais, entre outros. A relação com a linguagem, e antes de tudo com a língua materna, pode assim se qualificar como sendo uma relação de inscrição e não simplesmente uma relação de aquisição.

A relação de inscrição realmente é o que determina o lugar de enunciação, e portanto, *um lugar*. Isso diferencia a inscrição da aquisição, já que não se trata de uma problemática cognitiva e sim, de marcas que falam de um lugar. Sendo assim, a língua materna indica necessariamente o lugar de inscrição. Quando a questão é formulada dessa maneira, julgamos importante considerarmos uma relação que pode ser estabelecida entre real da língua e língua materna.

Sendo o real da língua aquele “impossível de não dizer de certa maneira” (Milner, 1987, p.12), a língua materna impõe-se nessa proposição

com características semelhantes, já que ela marca o sujeito ao abrir um espaço a partir do qual ele produzirá deslocamentos; contudo, ele nunca conseguirá definir *ao todo* essa marca, pois ela foge à definição, ela surge como um impossível que se mostra, mas não se diz, porque sempre faltam palavras para expressá-la. E, se é verdade que a falta na língua materna impõe-se, ela não se impõe de qualquer maneira.

Por esse viés, reconhecemos a característica desse efeito marcado na sintaxe, que Maria Cristina Leandro Ferreira (2000) nos propõe ao entender, na perspectiva discursiva, que tanto o possível de dizer quanto o impossível de dizer encontram-se marcados na língua pela negociação constante, entre o próprio da estrutura lingüística que comporta “uma autonomia relativa” e a dimensão histórica que determina as formas de sentido que podem ser articuladas em determinado contexto. Nessa mediação, acontecem os efeitos de *fronteira na língua*, os quais não se expressam de maneira estática. Nesse movimento, a fronteira trama seus caminhos de forma heterogênea. Como manifestação disso, temos o *equivoco* conduzindo à abertura dos sentidos, que Ferreira (2000, p. 108) nos representa da seguinte maneira:

A relação com o equivoco afeta toda a língua. Sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, o equivoco se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do absurdo, do nonsense, e por aí se estendem as possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos.

Estamos aqui diante desse efeito de fronteira enquanto constitutivo, pois é por essa condição que podem ser entendidos os deslocamentos que os sentidos podem adquirir, é isso que impede a língua de se fechar dentro do próprio sistema. Podemos dizer que, para o imigrante, essa condição de deslocamento realiza-se primeiro dentro dos parâmetros da língua materna,

comportando, assim, uma matriz para se relacionar com o deslocamento na segunda língua. Mesmo havendo essa matriz, a relação em segunda língua modificará o tipo de fronteira na enunciação.

Tal fato lembra o deslocamento que a velha problemática das crianças pequenas trazem ao tentar fazer hipóteses sobre as suas origens, que por sua vez coloca os adultos a explicá-las. Esses adultos acreditam que é a simples relação sexual que está em questão e, por isso, sentem-se inibidos a falar dela. Existe aqui um giro a fazer se entendermos que, na verdade, a questão aponta para o desejo que gerou os filhos: por que meus pais quiseram meu nascimento?. Sendo assim, algum tipo de resposta só pode ser concebida na linguagem do dia-a-dia, e não na resolução de uma resposta única. Através desse exemplo, entendemos que a fronteira que posiciona o sujeito com seu afazer é refeita continuamente, reconduzindo-se a cada vez na enunciação.

Língua e origem ficam, assim, entranhadas no ser como um enigma que faz falar. E é somente através da linguagem que o sujeito encontra sua inscrição a partir da qual pode expressar-se. Nasce-se pela palavra, mas pela palavra inserida em uma estrutura de língua com desígnios próprios que cada comunidade de língua organiza.

Voltando à nossa discussão e ainda levantando outros aspectos a respeito da língua materna, Anne Ducrosse faz sobre ela uma leitura, ao pensar essa noção como um conceito elaborado a partir da necessidade de um mito para a constituição da noção de lugar ou territorial no surgimento do Estado Moderno. Ela destaca que: “esta noção é uma função, ou ainda um mito, necessária à constituição de fronteiras”(1989. p. 20)

Dessa maneira, o *mito* da língua materna nasce junto com a função de estabelecer fronteiras a serem simbolizadas circunscrevendo uma nação: assim, temos a língua materna como a língua que identifica um país. Ocorre aí uma justaposição entre língua materna e língua nacional. Essa concepção de língua materna, enquanto *conceito* propriamente dito, aparece como um

resultado que se expressa para cada país segundo o que consegue estabelecer para seu território e conforme uma língua oficial que o represente. O processo através do qual isso se concretizou não veio como um desenvolvimento imediato nem natural; trata-se de uma idéia que passou por diversos ajustes, e vale lembrar que esses ajustes são correlatos a mecanismos e aparelhos que direcionaram tal resultado. Recordamos aqui os “aparelhos ideológicos” de Althusser, que determinam os rituais necessários para a manutenção das práticas ideológicas. Nesse caso, a língua está engajada em uma proposta de organização da idéia de Estado. Podemos, então, observar, que a língua não permanece neutra ao jogo de forças nas determinações sociais e, que a aparelhagem utilizada nesse caso compreende o amadurecimento das gramáticas e o sistema de escrita, os quais contribuíram para esse ajuste no cimento de uma língua nacional.

Ducrosse entende que essa constituição passa por uma ambivalência do mitema da língua materna como única, diferenciada das diversas práticas lingüísticas entendidas como múltiplas. Temos por exemplo, a língua materna como falares locais em oposição às línguas da cultura como um todo.

Por sua vez, quando a idéia de nação procede, há um sujeito que se põe em relação à organização que tal idéia provoca no espaço sócio-histórico. Assim, esse sujeito assimila as responsabilidades para que isso aconteça, veiculando-se à noção de sujeito jurídico que se desenvolve pela articulação de direitos e deveres no espaço territorial circunscrito à nação. Observemos melhor este ponto.

Ao desenvolver a discussão sobre língua nacional no seu texto “la lengua de nunca acabar” Pêcheux (Gadet. F. e Pêcheux. M. 1984) situa em um contexto histórico-ideológico muito bem determinado pelo surgimento da ordem burguesa no mundo ocidental. Lembra que a ordem burguesa suplanta a ordem monárquica anterior a ela. E, a partir desse momento, impulsiona-se o ideal de igualdade e liberdade, tentando democratizar os espaços ocupados

anteriormente somente por aqueles vinculados à monarquia. Tal empreendimento comportou um esforço organizativo para construir um Estado forte, regrando as relações sociais dos cidadãos presentes no território. Esse empreendimento passou também pelo empenho de organizar uma língua *única*, que abarcasse a todos, pois a prática da linguagem também reflete as diferenças na estrutura social. Reflexo disso se tinha quando a monarquia e outras instituições fortes na época, como a igreja, faziam uso do Latim para agenciar o sistema de trocas, deixando a população alheia a essas tomadas de decisão costuradas em língua culta. A população, por sua vez, fazia suas trocas através de diversos dialetos ou patoás existentes, considerados línguas incultas, na medida em que eram praticadas por comunidades menores de camponeses, com pouco registro escrito. Em suma, tratava-se de uma língua em desvantagem. É assim que o Estado nasce junto à delimitação de uma língua única que sirva ao propósito democrático de administrar melhor as diferenças sociais.

Contudo, Pêcheux destaca que o ideal sofre transformações substanciais, servindo posteriormente a uma ordem que também tende a excluir com mais perspicácia que a anterior. Por essa via, coexiste, no Estado burguês “a forma logicista de um sistema jurídico concentrado num único núcleo, e a forma sociológica da absorção negociada da diversidade”. (Gadet. e Pêcheux, 1984, p.36, tradução nossa)

A partir dos aspectos levantados, podemos entender que a língua nacional, além da prática que ela comporta no cotidiano de uma nação, traz em seu bojo o ideal de unificação e identidade. Quando se fala em ideal, estão implícitos nisso os mecanismos utilizados para sustentá-lo e, principalmente, os mecanismos consolidados na relação de formações discursivas que se organizam em campos de saberes estabilizados no interdiscurso.

À guisa de conclusão referente às qualidades da língua materna e da língua nacional, acreditamos que a língua materna considera a relação do

sujeito a um lugar de inscrição na relação das filiações, apontando para o social. Já a língua nacional assinala uma construção histórica idealizada, com a qual o sujeito, já inscrito no social, dialoga. Entre ambas as instâncias existe um intercâmbio. A língua materna, ao produzir um sujeito nas redes de filiação, permite a presença desse mesmo sujeito complementando suas possibilidades e reconhecendo novas possibilidades através de novas realizações assinaladas na língua nacional.

Voltando ao nosso imigrante, a aquisição da segunda língua com imersão na cultura, ou seja, do português adquirido no Brasil, tenta encontrar uma ressonância a esse movimento entre língua materna e língua nacional. Contudo, esta é uma tarefa de esforço para o imigrante, porque ele terá de construir, em um segundo momento, essa relação entre língua e história, que não é simples, sobretudo porque o peso das palavras não são construções de semanas; são construções que remetem, no mínimo a algumas centenas de anos.

Esse movimento da apropriação do português por parte do imigrante hispano-americano, pelas particularidades que aqui assinalamos, estará configurado em um campo de resistências, as quais indicarão a passagem de um universo lingüístico-histórico para um outro universo lingüístico-histórico ou, ainda, comportará uma mediação entre esses dois universos lingüísticos.

### *2.2.2 O Imigrante entre a Língua Materna e a Língua Nacional Brasileira*

Ao focalizar como a língua materna e a língua nacional dimensionam-se para o imigrante, encontramos nas entrevistas realizadas e nos boletins da Igreja da Pompéia indícios de que o encontro com a língua portuguesa mostra-se problemático como uma fronteira difícil de transpor

pelas dificuldades que ele encontra para entender e para se fazer entender. Apresentamos alguns recortes:

*“despues de separarme de mi esposo en Argentina vine com mi hija a buscar nuevas condiciones de vida y asi que no fue tan fácil, de principio ni el idioma entendia y las costumbres todas diferentes.”*

*(S.D. imigrante argentina, informativo do CIBAI-Migrações n.º 02 , abril/2000)*

*“soy J. , de nacionalidad peruana. Salí de mi pais llena de ilusiones por un futuro mejor para mis hijos, A e F. Fue muy dificil y triste separarme de ellos, y peor aún, cuando llegué aqui no sabia el idioma y las costumbres todas diferentes.”*

*(J P., imigrante peruana, informativo do CIBAI-Migrações n.º10, dezembro/1999)*

Esse teor nos relatos tende a aparecer freqüentemente, identificando uma dificuldade de ordem pessoal que se exacerba no encontro com a outra língua e com os seus costumes. Sem dúvida, nesses casos, a fronteira da língua carrega os sinais de um diálogo complexo com o Outro. Contudo, identifica-se aqui essa dificuldade como se fosse um problema de comunicação que se tende a superar.

Entretanto, quando nos remetemos ao desenvolvimento estabelecido por nós a respeito da língua materna, entendemos que essa problemática de comunicação não indica somente uma questão de aprendizagem de uma outra língua, mas também a dificuldade que a inscrição da língua materna encontra para se legitimar em um outro lugar nesse caso, o Brasil. Isso se deve ao fato de que no Brasil se legitima em português a inscrição dos seus sujeitos, pois reconhece a partir dessa via a materialidade dos discursos que produzem sentidos no universo simbólico brasileiro. É assim que o discurso do imigrante hispano-americano passa por uma perda que volta, como vimos

anteriormente, em uma falta que se torna dupla: primeiro, na língua materna e, posteriormente, na outra língua, a que se adota. Talvez isso leve a mostrar o discurso desse imigrante um tanto nostálgico.

Por uma outra perspectiva, observamos que a projeção das falhas tanto da língua materna como da segunda língua, se reflete na particularidade e na estrutura dessa migração, que abarca um número amplo de imigrantes vindos de diversos países que fazem fronteira com o Brasil. Falamos, então, de um sujeito bastante *heterogéneo* que mantém como ponto organizador dessa imigração a relação entre distância e proximidade com a terra natal. Assim, a língua também faz esse movimento (de distanciamento e proximidade) que se demonstra quando o que é dito está sempre prestes à bifurcação entre um sentido e outro. Sabe-se que a língua espanhola e a língua portuguesa compartilham palavras que, no entanto, levam por caminhos de significação bastante diferenciados, um exemplo disso é o termo *esquisito* que embora em ambas as línguas remeta a algo *excêntrico* no espanhol se veste de uma qualidade positiva e, no português se veste de uma qualidade negativa.

Por sua vez, os traços em comum na língua que reúne os imigrantes, acaba se diversificando, pois, de acordo com as características que cada país de origem apresenta, vai produzir um tipo de encontro específico com o espaço brasileiro. Isso ocorre porque, embora haja a compreensão do espanhol como um meio de encontro e identificação para esse imigrante, o espanhol também é marcado e determinado de diversas maneiras nos países de origem.

Junto a essa natureza do imigrante, observamos outros aspectos que nortearão a sua relação com o contexto brasileiro. Como vimos no primeiro capítulo, existe um olhar sobre o imigrante no Brasil que manifesta uma projeção que vai de uma postura mais integradora a uma postura mais excludente. Pensamos que essa projeção não é linear, que vários aspectos desse olhar podem conviver juntos. Porém, percebe-se que o imigrante hispano-americano estabeleceu seu primeiro contato com uma visão mais

nacionalista do sujeito brasileiro, que levou-o a se manifestar conforme condições específicas, essencialmente, em atitude a contornar o proceder excludente que o estrangeiro sofreu no contexto dessa migração.

Um dos aspectos que pauta a construção de um sujeito nacionalista brasileiro nas décadas de 70 e 80 tem como ponto de partida a ênfase em uma língua única e na interdição das outras línguas, pois considerava-se essa língua nacional um operador através do qual se caracterizava um tipo ideal de cidadão que reconhece o Estado. Assim, essa proposição coloca o sujeito imigrante em uma dívida permanente, já que o imigrante marca através de seu sotaque a não pertença e, de alguma forma, o desconhecimento da ordem da língua, provocando, assim, um certo “cuidado”, pois a sua presença rompe com o ideal.

Com essa perspectiva presente, para muitos imigrantes, não são os *equivocos* que ganham valor em tal contexto, mas sim as diferenças, porque o equívoco, ao mostrar o contato do real da língua com o real da história, abre para a interpretação, abre as possibilidades para significar. Já o diferente, fecha as significações porque abrange apenas duas categorias – o igual ou o diferente, faz parte ou não faz parte – sendo este o único ponto a considerar. Surge novamente a noção de fronteira na linguagem e, para entendê-la melhor, citamos aqui um trecho da entrevista realizada com H., imigrante argentino, cujos comentários ecoam essas questões:

*“...es muy confuso ver el idioma sin ver la cuestión de la nacionalidad, sin ver la cuestión de la historia personal, entonces lo que yo siento siempre es una revisión constante, es como si estuviera escribiendo todos los días y a veces impulsado por la idea de la denuncia del extranjero, o sea siempre voy a ser extranjero, no quiero convencerme de eso... pero siempre alguien me dice eso.”*

Como podemos perceber, o ser *estrangeiro* adquire uma conotação de exclusão que o deixa sem consistência histórica. É a conotação que prevalece frente ao histórico.

Por outro lado, também entendemos que é reinstaurando a possibilidade do equívoco que o imigrante cria espaços de enunciação, o que significa deparar-se com o esforço contínuo de interpretar as marcas do diálogo da língua materna com as de uma língua nacional. É o que exemplifica outro trecho da entrevista com H.:

*“se que son generalizaciones, pero, por ejemplo, yo quiero estar alegre,...no estoy alegre,... yo me voy a esforzar por estar alegre a travez del chiste, no por una aptitud, por una intervención (...) a pesar de que yo siempre veo que soy más chistoso en castellano que en portugues porque no encuentro la misma intención...”*

Com a possibilidade do chiste, abre-se a possibilidade do equívoco, embora com a noção de que, dependendo da língua, os efeitos são diferenciados.

Desse modo, ao observar o movimento das fronteiras na língua, podemos considerá-la como um corpo vivo, mas atravessado por falhas, tal como Gadet (1981) a concebe, produzido através de diversas expressões vínculos. Aqui optamos por reconhecer no seu funcionamento as versões de uma língua materna em interação com as versões de uma língua nacional. E, para levar adiante essas particularidades destacaremos algumas formas de *resistência* que o sujeito imigrante hispano-americano produz ao colocar em questão tais instâncias. Apreciamos o efeito de *resistência*, pois esta é a marca de uma língua que comporta uma materialidade viva e em movimento.

### 2.3 Tipos de Resistência na língua

Tomamos aqui o sentido de *resistência* na língua na perspectiva de que há algo que indica o atravessamento de duas direções que se encontram na palavra. Isso ocorre porque para pensar a resistência, necessitamos pensar em algo que resiste, que procura uma representação que ainda não está dada. Assim, se evocamos nosso desenvolvimento na língua materna e suas implicações em outro sistema lingüístico, podemos considerar que a resistência encontra manifestações nessa passagem, sobretudo se entendemos que são sistemas lingüísticos marcados simbolicamente de modo diferente.

Para que haja resistência, é preciso existir duas forças que se manifestam, cada uma querendo ocupar um lugar de destaque. Essa querela apresenta-se por efeitos nos recursos da fala, ou no que Pêcheux define como intradiscurso, o qual delimita uma seqüência discursiva que o sujeito da enunciação produz. É nesse formulável que residem os sinais dessa resistência, em especial se considerarmos que é por meio dessa materialidade que os “erros” e os tropeços são mostrados.

Por essa via, entendemos que, depois do *dito e escutado*, estamos diante de um fato que não pode mais ser desconhecido. Portanto, convergem nesse fato de fala tanto os ditos quanto os não ditos. Quando isso acontece com o imigrante, ele manifesta nessa relação do dito com o não-dito um item mais complexo, pois aqui se justapõe o dito em língua brasileira que é silenciado em língua materna espanhola. E isso não passa impune na constituição da língua viva, pois essa representação que não se completa na língua materna pede justificação por algum viés.

Atestamos aqui uma elaboração bastante perspicaz de Julia Kristeva que, ao abordar as dificuldades dos imigrantes com a mudança de registro de língua, entende que a língua toma uma dimensão por vezes de um instrumento (1994, p.22):

Não falar a sua língua materna. Habitar sonoridades e lógicas cortadas da memória noturna do corpo, do sono agridoce da infância. Trazer em si, como um jazigo secreto ou como uma criança deficiente – bem quista e inútil –, essa linguagem de outrora, que murcha sem jamais abandoná-lo. Você se aperfeiçoa num outro instrumento, como nós nos expressamos com a álgebra ou o violino pode se tornar um virtuose com este novo artifício que, aliás, proporciona-lhe um novo corpo, igualmente sublimado – alguns dizem sublime.

Esse instrumento novo no qual se desenvolverá o imigrante terá de interpretar e adaptar cantos e timbres de vozes que marcaram seu lugar de infância e, ao mesmo tempo, terá de transpor a outro lugar. Tarefa complexa para essa segunda língua, em que se apostam novas versões.

Será contemplando tais particularidades que poderemos pensar essa resistência como efeito significante na construção do discurso do imigrante hispano-americano, pois, como vimos anteriormente, os tropeços, as falhas e, assim, as resistências postas nesse plano apontam para a construção de sentidos possíveis. Podemos pensar aqui a resistência como um modo rico da expressão do “modo de acontecimento da enunciação em segunda língua” (Serrani, 1998, p. 144).

Para observar melhor esse acontecimento de enunciação, passamos à análise de alguns fatos discursivos, retirados do nosso material de entrevista, em que essa situação de resistência na língua manifestou-se.

### *2.3.1 À procura da transparência da língua*

Considerando a relação entre língua e lugar como consequência que emerge na própria enunciação do sujeito-imigrante, vemos que este se vê às voltas com essa problemática quando tenta definir o seu lugar de origem e “mostrar” para os outros o que o distingue dos demais lugares. Observa-se

que existe nessa tentativa sempre uma sensação de não conseguir transmitir claramente esse elemento distintivo. Como conseqüência, o sujeito atribui isso à falta de recursos que tem na nova língua, nesse caso, a língua portuguesa. O imigrante projeta na falta inaugural da língua materna a falta de assimilação da outra língua. Contudo, corre junto a essa versão uma certa “denúncia”, que diz respeito à falha que a segunda língua apresenta quando sua estrutura não “contém” significações que correspondam mais adequadamente à “realidade”, como faz a língua materna. Dessa forma, a *falha* é apontada para essa nova língua, criando-se a ilusão de que na língua materna tudo pode ser dito e de que ela é transparente. É o que revela o depoimento de S., imigrante chilena, comentando a respeito das formas de apropriação do português:

*“...lo que más me dejaba indignada era por qué se hablaba de una forma y por qué se escribía de otra forma... nunca entendí, claro... ahora entiendo **não é**?!...porque fue creada una lengua diferente a la escrita... en aquella época que yo quería trabajar de periodista yo no entendía porque los brasileños hablan de una forma y al escribir tienen que escribir totalmente diferente a aquello como expresan, aquello me extrañó!...en español existe eso, pero no es tan fuerte como en el portugues.”*

Essa explicação um tanto conturbada, na qual se realiza uma distinção entre uma língua e a outra permite identificar a maneira como se manifesta a ilusão da transparência da língua materna quando se pensa que ela desliza plenamente da fala para a escrita. No português, essa passagem é entendida como obscura, sendo que não corresponde à realidade da verdadeira expressão que o sujeito pretende. Para esse sujeito, impõe-se uma noção da relação entre língua e linguagem na qual parece que no espanhol a intenção do sujeito e as palavras estão em harmonia, ao passo que no português a intenção do sujeito e as palavras não coincidem.

Estamos diante da materialidade da língua nos dois registros: o escrito e o oral. A oralidade responde a uma dinâmica mais maleável, que permite a esse estrangeiro usufruir dos diversos recursos de expressão: falas, gestos, indicações, etc. Porém, o estatuto da escrita formaliza radicalmente a ordem da língua; ela se corporifica como uma entidade soberana.

Aqui podemos pensar o estatuto distinto que a letra escrita representa, principalmente se ela é considerada uma via essencial para a inserção do sujeito em sua cultura, por um lado porque todo o legado histórico tem seu registro garantido na língua escrita, e por outro porque se refere sobretudo à cultura ocidental, que condiciona a possibilidade de evolução na escala de valores sociais ao ingresso no mundo alfabetizado e sua decorrência nos estudos.

É interessante destacar que um dos requisitos para obter a naturalização no Brasil define-se no seu último momento em demonstrar, perante o Juiz de Direito e na presença de testemunhas, que se tem domínio do português tanto da forma falada quanto na forma escrita junto a testemunhas. Esse momento comporta um ato extremamente simbólico, pois, nesse instante se abdica da nacionalidade de origem sob juramento.

No contexto da entrevista aqui apresentada há um elemento que instiga, e que surge freqüentemente nessa entrevista, que é a presença de um: *não é?!.* Esta questão exclamativa, que assinala um pedido de aprovação em meio dessa construção enunciativa, é dirigida em português, sendo que a entrevista está relatada em espanhol, dessa forma parece uma formulação bifurcada, que embora provoque uma ruptura com o universo lingüístico brasileiro, expressando desgosto, solicita uma sustentabilidade nesse próprio universo, da sua enunciação. Vemos então, por esta outra perspectiva, também uma forma de resistência, assinalando a polêmica entre estas duas construções simbólicas presentes nesse sujeito-imigrante hispano-americano.

### 2.3.2 Aproximação e Distanciamento nas Formas de Tratamento

G. imigrante paraguaia diz o seguinte:

*“...y en fin... com relación a la lengua yo me esfuerzo mucho, me fijo....y yo me fijo en el desarrollo y veo no, no puede ser! ... que me olvido!, ... tu foi?..., lo que me crea un conflicto, porque yo de hecho he aprendido desde un principio debido a la televisión, no?! Que el você siempre se usa pero quando hay que usar los posesivos queda extraño, no?! Por ejemplo mi esposo que lo trato de usted digo você, que digo seus... suas calças, que no sé,... suena muy extraño, son as tuas calças, no sé es más afectivo, más íntimo, y ai surge la controversia entre o você por un lado y el tu, los posesivos principalmente, tu pai, tua mãe, por outro lado ..., no quisiera uniformizar pero no puedo decir por ejemplo tu fostes, tu foste? Pero tampoco consigo decir naturalmente la forma del tu, no sé, me suena muy raro, artificial, o sea tu foi, tal vez lo use sin darme cuenta pero en general no lo uso, ahora quando voy a usar el tu y me acuerdo de la conjugación correcta del verbo, ai yo dije,.. no voy a usar el você, asi lo que tu hablas suena más afectivo.”*

Nesse trecho há uma sensibilidade forte na relação das duas línguas presentes no sujeito imigrante. Ela inicia dizendo “com relacion a la lengua yo me esfuerzo mucho”, o que a leva a destacar o trabalho permanente que ela trama diariamente para a apropriação do português, lidando com a tentativa de reproduzir uma língua sem tropeços, como a da televisão. Um português polido, sem muitas marcas regionais, que a linguagem televisiva tenta compor. Contudo, vemos que esse esforço fica em xeque quando entra a forma lingüística que indica a apropriação dos objetos. Os pronomes possessivos são justamente as unidades lingüísticas que definem a aproximação ou o distanciamento dos objetos com relação aos sujeitos em questão eu, tu, ele, e a seus correlatos no plural. No caso específico da nossa imigrante, a problemática circunscreve-se ao EU-TU.

Primeiro, ela distingue no trato com o esposo a indefinição de tratá-lo como *você* ou como *tu*. E ela diz “el usted” o trato como “você”, ou seja, faz uma correlação entre a língua materna e a segunda língua de maneira um tanto simétrica; entretanto, isso se torna possível porque, no Paraguai, a forma do “Usted” também adquire inflexões mais informais em alguns casos, como acontece no português. Especificamos esse fato porque a forma espanhola marca uma distância maior da forma “Usted”, estabelecendo uma relação formal entre locutores, um distanciamento entre eles. Já o “tu” torna-se muito mais próximo e informal. Então, essa afetividade que a entrevistada procura representar, de alguma forma, uma sensibilidade e uma proximidade que lhe permitam entender a relação de distância entre o eu e o tu, a distância entre o eu e a cultura diferente que medeia a relação entre os sujeitos a partir dessa marca lingüística. resta a pergunta: que distância tomar entre os interlocutores em português?

### 2.3.3 *Entre o Som e o Gênero*

A fonética na língua portuguesa representa um obstáculo bastante representativo para o imigrante hispano-americano, principalmente na pronúncia do “b” ou “v” que no espanhol não tem distinção na língua falada, somente na escrita. Isso sem falar em outras distinções, tais como as de “ss”, “s”, “c” e “z” que se tornam sutilezas incômodas. Verificamos um pouco dessa resistência na entrevista de H., imigrante argentino, em que ele trata da sua relação profissional com a maneira de se comunicar ou de se expressar:

*“...cuando las personas me buscan, o saben donde buscarme, de alguna forma esperan un profesional que sepa algo que ellos no saben, ...y dentro de eso, de buscar algo que ellos no saben, entra la cuestión de como comunicarse, como explicar o como transmitir algo que ellos están interesados en saber..., entonces es una cuestión que aparece.... supongo*

*que eso sea un exagero, no?! , porque es mescla de lo que entiendo por responsabilidad ..., de lo que los otros esperan de mi como un profesional, pero... que yo creo, que sí..., porque muchas veces tengo que hablar de los familiares..., com un niño o com un adulto, y...me surge el abuelo o abuela,...cómo lo hago?, pregunto: la madre de la madre, el padre de la madre? ..., (ri) ...ahora me enseñaron una técnica que antes no funcionaba, porque antes yo pensaba un bastón y un sombrero ,... pero son cosas muy unisex... y si unisex, porque un sombrero lo usa tanto el hombre como la mujer y el bastón también... (ri)... y entonces...este..., pero hubo alguien que me dijo algo, que fue como si descubriera la pólvora... que ya estaba descubierta no?!...(ri)..., fijate que la abuela usa un gancho y el abuelo un sombrero,... si porque el abuelo no puede andar usando...esos, como se dice?...grampos, entonces eso me ayudó,...pero me tengo que acordar,...este y ai acordarse en esse momento..., es terrible y el acordarse no es una garantia de poder pronunciar bien!... (ri)... y si, que ya me pasó de equivocarme observar risos.... (ri), y se ve una aceleración del diálogo... y alejarse la palabra como si fuera un objeto...(ri e mostra as mãos).*

Dessa maneira, a pronúncia determina radicalmente o fio do discurso e, como o entrevistado o assinala, quando se está determinando lugares sexuados, a palavra ganha contornos quase materiais. Podemos considerar que essa definição sexual marcada na palavra demarca no simbólico o sistema de trocas do parentesco, que estão definidos na estrutura social com uma série de nuances. Quando o imigrante marca através de sua pronúncia uma dificuldade a princípio de fonética, remete ao espaço da diferença que testemunha que ele não realizou uma apropriação total nesse sistema de trocas sociais, que fica algo que não se define da mesma forma. Digamos que se desmancha nesses tropeços a ilusão da evidência do sentido. “Avó” e “avô” estabelecem lugares de enunciação em uma linhagem singular para cada sujeito que, no momento em que se produz uma indistinção por parte do imigrante, provoca o sentido do absurdo e dos risos. É interessante que

para o imigrante essa distinção sexual não é desconhecida, e ele tenta procurar fórmulas que o ajudem a mostrar ao outro que realmente faz a diferenciação, porém a distinção na materialidade da língua – e aqui a fonética faz parte dessa materialidade – passa a ser *uma* das condições da sexuação. Como podemos ver, as resistências que se corporificam na passagem de um universo lingüístico para outro ganham particularidades, pois são universos atrelados a simbolismos em cada cultura. Significa que as formas da sexuação em cada país estão vinculadas a uma série de rituais que legitimam esses lugares, e as palavras são o vínculo entre esses rituais e os sujeitos assim reconhecidos. As ideologias pedem sua confirmação na materialidade da palavra. E, como já vimos, não há sujeito sem ideologia. Nesse sentido, as ideologias movimentam-se como portos seguros: quando se sai delas, há uma correnteza que leva a outros cais ou, na pior das hipóteses, a mar aberto. O imigrante depara-se constantemente com essa condição: a palavra “escapa” entre os dedos, perde-se o fio do discurso, ocorre uma desarticulação dos sentidos.

#### 2.3.4 *O portunhol*

C., imigrante uruguaia, diz o seguinte em entrevista,:

*“antigamente eu sentia mais a diferença, ficava pensando mais , como falar correto o português,...agora já não, falo como vem, um portunhol (ri), já não presto mais atenção... Alguns falam que sotaque é um charme,...coisa nenhuma, acho que sotaque aqui soa mais como propaganda enganosa, tipo: la garantia soy yo.”*

Aqui temos a reflexão de quem apresenta a resistência na língua como algo assimilado. Se em um primeiro momento havia, espaço para estabelecer uma relação com o correto da língua brasileira; em um momento posterior

entende que isso está fora das possibilidades reais, pois o espanhol impõe-se apesar do esforço. Há também um componente irônico nessa resistência quando a imigrante identifica que, em relação ao sotaque espanhol, há um imaginário no universo brasileiro que lhe designa uma ruptura com a verdade. Quando se refere ao enunciado “la garantía soy yo”, ela percebe que sua palavra está posta enquanto garantia falsa, pois essa palavra sustenta sua troca somente na condição circunscrita ao próprio sujeito hispânico, não condicionando seu saber a nenhuma outra instância de saber legitimado. Como consequência, esse certo *nonsense* faz com que haja um recuo à legitimidade da língua materna espanhola que lhe garante a sua condição de verdade. Utiliza-se, com isso, o português de maneira rudimentar para garantir a legibilidade do dizer, o que prevalece é o propósito de se fazer entender, e não de se desenvolver na língua portuguesa. Assim, parece haver um acordo na construção de uma língua intermediária, o portunhol.

Podemos pensar que a língua materna não se subordina ao esquecimento e nem admite propriamente tradução. Ela se expõe ao outro registro de língua, deixando essa margem à ambivalência do *quase*. É quase português e também é quase espanhol: ela deixa prevalecer as consequências do estranhamento e do equívoco. É interessante observar que nessa entrevista o português está aparentemente bem organizado, contudo o sotaque é bastante acentuado, contrastando o que aparece no registro escrito com o registro fônico. Quando isso ocorre, a garantia buscada na enunciação permanece cindida para o próprio sujeito imigrante, que fica exposto à heterogeneidade significativa a cada vez, por esses dois registros de língua.

## **Retomada**

Conforme acompanhamos até aqui através desses quatro exemplos de resistência, podemos pensar tais manifestações como maneiras produtivas por meio das quais o imigrante hispano-americano estabelece um diálogo com o universo brasileiro marcado em língua portuguesa. Embora apareça

nesse diálogo um embate entre as autonomias de cada registro de língua (o espanhol e o português), provocando uma certa instabilidade com relação ao lugar de enunciação, ocorre a produção de novos sentidos que enriquecem os enunciados. Esses sentidos construirão um lugar de enunciação fundado sob a forma de uma organização de língua reconstruída com bases nesse diálogo.

Nesse capítulo, também pudemos verificar o trânsito complexo pelo qual esse imigrante passa ao deparar-se com a natureza de uma língua que registra sua inscrição de sujeito – a materna (nesse caso, o espanhol) – e a natureza de uma língua nacional que o chama a participar do espaço social, conduzindo-o pelas contradições específicas que se delineiam através do ideal encenado na estrutura social. Posto isso em pauta, essa distinção recupera-se no lugar de imigração, observando os sinais mostrados pela língua portuguesa a respeito de um sujeito brasileiro. O imigrante, ao reconhecer essas instâncias no contexto brasileiro, cria vias de acesso de inserção para sua enunciação.

Chegando nesse ponto, apontamos para uma nova direção, que diz respeito à forma como esse sujeito mostra-se no social. Para tal propósito, veremos no próximo capítulo as maneiras como o sujeito hispano-americano inscreve-se em um processo discursivo que lhe outorga a possibilidade de identidade no plano social brasileiro.

### 3 OS SENTIDOS DE IDENTIDADE ENTRE OS DESLIZES DA HISTÓRIA E OS DESLIZES DO SUJEITO

No capítulo anterior, nós nos detivemos na dimensão que a língua representa para o imigrante. Além disso, observamos algumas das formas em que se produzem resistências, enquanto efeitos provocados pelo encontro de dois universos simbólicos inscritos na materialidade das respectivas línguas, ou seja, o espanhol e o português.

Entretanto, quando deslizamos pelos atributos da língua marcada ou língua-corpo, viva, ficou em suspenso a dimensão do *sujeito* que se representa como sujeito imigrante hispano-americano em solo brasileiro. É esse ponto que pretendemos desenvolver aqui. Para isso, observaremos a articulação relacionada à emergência dos sentidos que se impõem no discurso desse imigrante. Através dessa via, acompanhamos o que Pêcheux (1988, p. 153-154) manifesta ao considerar que:

(...) a questão da constituição do sentido junta-se à constituição do sujeito, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos “rituais” ideológicos da leitura e da escritura) mas no interior da própria “tese central”, na figura da interpelação.

Dessa maneira, tanto o sujeito quanto os sentidos manifestam-se a partir de tipos determinados de interpelação, isto é, o sujeito responde a tipos

de vínculos que façam sentido para ele. Assim, sujeito e sentido manifestam-se em um mesmo movimento.

Partindo dessa premissa, interessa-nos compreender os gestos que identificam esse sujeito imigrante hispano-americano, o qual produz uma organização de sentidos próprios. Quando tocamos nessa questão, estamos particularizando o sujeito e o tipo de identificação em que ele se inscreve.

Sabemos que há várias maneiras de abordar a relação entre sujeito e identidade; nas ciências humanas, especialmente, a psicologia e a sociologia refletem a esse respeito. Entretanto, mais uma vez destacamos que a ótica aqui adotada é a de observar como esses processos instauram-se a partir da materialidade discursiva, compreendidos no dispositivo teórico da AD, que reflete o sujeito e o acontecimento histórico de forma integrada. Fala-se de um sujeito que não é subjetivo e de um fato histórico que não é propriamente cronológico. Como ficou caracterizado anteriormente, trata-se da representação de lugares no discurso, em um tempo relativo ao próprio processo discursivo.

Então, conceber o sujeito imigrante que aqui nos preocupa significa aprofundar as conseqüências desse processo migratório que imprime um recorte de sentidos inerentes à própria experiência migratória, que ressignifica tanto os sentidos quanto o sujeito em questão. O fato histórico também ganha novas proporções uma vez que esse imigrante abre novas possibilidades para a historicidade, reconhecendo uma nova ordem de contradições que se movimentam nessa outra cultura, na cultura brasileira.

É por isso que nos preocupa trilhar o caminho por onde se produz efeitos de identificação, pois eles se referem a esses lugares de constituição dos sentidos que nos permitirão acompanhar o tipo de participação que o imigrante representa na orquestração do movimento em contradições. Por esse motivo a problemática da identificação representará um eixo importante em nossa reflexão.

De início, podemos dizer que a identidade do sujeito no discurso aparece, então, por essa organização complexa, que não tem um formato

acabado, mas que se mostra cada vez que se apresenta o evento da enunciação.

Para encontrar as marcas desse movimento no discurso do imigrante hispano-americano, a seguir nos deteremos na discussão sobre o conceito de identidade. Inicialmente situaremos a identidade-sujeito no processo discursivo e, posteriormente, a partir da pesquisa realizada, indicaremos alguns pontos nos quais podemos observar esse movimento enquanto construção de traços de identidade dentro do espaço simbólico brasileiro.

### **3.1 Introdução à problemática da identidade**

Falar em *identidade* leva-nos a uma interrogação relativa às *representações* que caracterizam alguém ou algo. Para que isso ocorra, observamos que há necessariamente vários elementos em jogo. Por um lado, temos o agente que suporta a identidade; por outro, temos o contexto que produz um *reconhecimento* desse lugar, isto é, os outros agentes que juntamente constroem essa representação. Assim, entendemos que as identidades compreendem representações que transitam no espaço social mais amplo, e é ali onde elas se tornam significativas. Essa forma de considerar a identidade, a princípio, fazendo uma primeira consideração, não desconhece a discussão travada no campo da psicologia, que reconhece o processo de identificação enquanto processo de *individuação*, ao qual responde à constituição do EU, unidade imaginária do sujeito. A partir dessa unidade imaginária configura-se a organização que suporta o *sujeito de discurso*, ponto a partir do qual se vinculam as produções imaginárias com a realidade exterior ou evento exterior. Portanto, fica subentendido que esse funcionamento que a unidade imaginária constitui está incluído nas propriedades do efeito-sujeito tratado pela AD e abordado por nós mais adiante com maior cuidado.

Mas para melhor conduzir o fio da nossa questão, e voltando ao ponto com o qual nos deparamos inicialmente, temos que as representações que assinalam formas de identidade, levadas para um plano mais diversificado, como seria o contexto das identidades na América Latina, tornam a relação mais complexa ainda. Entram em cena representações que estão marcadas a partir de um espaço histórico e lingüístico de cada país.

Ao tratarmos da identidade do imigrante hispano-americano no Brasil, estamos mobilizando identidades tanto do sujeito brasileiro quanto do sujeito hispânico, como já expusemos antes, o que implica notadamente considerar significantes que indicam *pertença de lugar*. Esta pede, pela própria construção que a acomete um reconhecimento. Por quais lugares esse reconhecimento transita? Este é um ponto que a problemática da identificação tentará elucidar.

Por outro lado, cabe destacar que falar em identidade no início do século XXI representa uma tarefa um tanto na contramão nas condições da história atual, porque hoje a grande proposta de globalização demanda uma homogeneização de lugares em vários níveis dos processos sociais, como bem o destaca Ana Pizarro (in Indusrky e Campos, 2000, p. 39-40):

las transformaciones en el terreno tecnológico significaron por su parte un enorme impacto en nuestras sociedades y en la construcción de los imaginarios dentro de los procesos globalizadores que apuntan, como señala Daniel Mato “a interconectar organizaciones sociales geográficamente distantes entre sí y/o intensificar interconexiones existentes” es evidente la existencia de una corriente hegemónica que implica la preeminencia de mensajes desde los centros de poder a nivel internacional - es el caso de los Estados Unidos y Europa – y que implican en lengua, patrones de consumo, representaciones y valores que afectan la construcción de las identidades nacionales de los otros países.

Contudo, acreditamos que a tentativa de globalização que parte da proposta de um modelo econômico tentando criar um mercado único, e para tal se utiliza de vários setores de telecomunicações para facilitação desse projeto, trabalha em direção ao apagamento das diferenças e, portanto, avança na tentativa da construção de um sentido único, que leva à imobilidade da própria natureza humana e social. Assim, corre-se o risco de cair em um autoritarismo sub-reptício, que encontra subsídios em uma falsa ideologia de “igualdade de condições”. Isso é da ordem da *denegação*. Denega-se aqui a construção do outro, do diferente. Ali onde se sabe que é justamente à medida que se permite esse recorte entre o eu e outro que a possibilidade de diálogo e sentidos é estabelecida. É necessário que o *eu* se particularize com relação a um outro para que a palavra seja tomada para si e dirigida a um outro.

Se essa operação entre o *eu* e o *outro* não for devidamente admitida, pode-se cair em um *não-sentido*, pois não se instituem, nem lugares, nem reconhecimentos, caracterizando, assim, uma situação totalizante, sem forma, ou ainda com uma forma “única”. Com isso, deparamo-nos com uma situação sem fronteiras, ou melhor, sem derivas para significar.

Ao tratarmos essa distinção do EU e o outro, sem dúvida estamos enfatizando as relações imaginárias que se estabelecem, bem como os processos discursivos que se constroem junto à possibilidade de produção de sentidos em uma relação com o múltiplo e o heterogêneo na formulação de identidades.

Levando essa problemática para o plano teórico que aqui adotamos, a Análise de Discurso de linha francesa, julgamos ser primordial discutir alguns pressupostos teóricos que se desenham para dar continuidade à elucidação da *identidade*. Para tanto, cabe aprofundar o tipo de identidade no discurso que se perfila nesse referencial. Isso corresponde a configurar o tipo de sujeito que estamos convocando, o qual não se trata de um sujeito “nem individual nem universal”; trata-se de um sujeito do discurso que se formula

a partir de uma formação discursiva e de uma configuração ideológica que o coloca em situação de enunciação.

Para esclarecer essa dinâmica, faremos um percurso de base sobre o conceito de efeito-sujeito que reúne os conceitos de identidade, espaço social e historicidade para, em um momento posterior, retomar tais conceitos *dentro dos processos discursivos*, e assim tratarmos dos efeitos de identidade no discurso do imigrante hispano-americano.

### **3.2 O efeito-sujeito entre o interdiscurso e o intradiscurso**

Quando abordamos o conceito de sujeito no capítulo anterior, nós o recortamos segundo os efeitos do real da língua. Agora, interessa-nos destacar o sujeito defrontado com os efeitos do *real da história*, o que determina seu engajamento no espaço social pelo qual o sujeito encontra formas de manifestação.

O real da história, como já vimos acima, caracteriza-se por comportar “um todo complexo contraditório”, o qual reflete um movimento constante entre sujeito e história no qual várias formas de manifestação podem acontecer, dependendo das circunstâncias histórico-ideológicas e enunciativas. Isto determina que o real da história não acontece por um movimento de simples oposição, nas proporções “ou isto ou aquilo”, na tentativa de resultado, mas é a contradição como um caleidoscópio de possibilidades e impasses que criam as condições de diversos tipos de representações no discurso.

Quando falamos aqui em formas de manifestação, assinalamos uma via heterogênea de manifestação, já que não há via única de inscrição deste sujeito, pois ele vai povoando suas representações ao dialogar no espaço social através de seus recursos coordenados junto às possibilidades na linguagem. Esses recursos estão amparados na linguagem pela possibilidade tanto do parafrástico, que se manifesta pela repetição (a tentativa do mesmo),

quanto do recurso ao polissêmico, que aponta para a possibilidade do múltiplo, da ruptura com o mesmo. Assim, as representações vão sendo determinadas entre o mesmo e o diferente. Podemos dizer que é através desse movimento que as formas da linguagem veiculam as formas da contradição no fato histórico. Destacamos que, ao tratar do fato histórico no discurso, cria-se a perspectiva de colocar em funcionamento os diversos pontos de vista que os *sujeitos* tentarão apreender.

Atendo-nos a isso, chegamos à conclusão de que o sujeito não constitui um ente estático, mas ele se expressa enquanto *efeito* na enunciação, trata-se do efeito-sujeito do qual AD vai tratar. O efeito-sujeito que aqui abordaremos estará relacionado, então, a essa realização junto ao fato histórico discursivizado<sup>22</sup> que não cessa de incitar uma manifestação e uma ação no mundo pela contradição.

Compreender a inscrição desse sujeito na dimensão histórica em que um real específico acomete-lhe permite-nos relacionar o espaço das produções de enunciados conflagrados no espaço *interdiscursivo*. Deriva-se, assim, um sujeito que se manifesta quando lineariza tais enunciados no diálogo com os outros sujeitos e com o fato exterior que demanda representação. Desenvolveremos essa dinâmica a seguir.

Para tratar dessa conjugação na qual o sujeito é representado, Pêcheux (1988) traça a maneira pela qual o sujeito é compreendido desde sempre como um sujeito interpelado, conforme adesão ao pensamento althussereano em que “*a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*”. Resgatam-se com isso duas máximas que entendem as ideologias não como pura inspiração de pensamento, mas como práticas, e assim destaca que (Pêcheux, 1988, p. 149):

1. só há práticas através de e sob uma ideologia;
2. só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

---

<sup>22</sup> Estamos, assim, diferenciando o fato histórico discursivizado do fato empírico.

Assim, o autor entende que há, desde sempre, ideologias e sujeitos. Com essa proposta, a ideologia passa a comportar um lugar principal no eixo sujeito-representação, pois o sujeito estaria ali determinado por práticas ideológicas que o projetariam na cena social; estaria ali representando um lugar destinado a uma tomada de posição. Contudo, abordando propriamente esse conceito, especifica-se que a ideologia não é tratada aqui como ideologia sem exterior, mas sim como ideologia que contempla seu espaço de reformulação e sua exterioridade. Nessa perspectiva ideológica, observa-se a incidência que ela exerce sobre as FDs. Serão as FIs que darão a esse sujeito o efeito de evidência na enunciação, pois a partir delas se definirá no discurso “o que pode e deve ser dito”. Isso significa que os enunciados, organizados a partir de uma formação ideológica, propiciam o agrupamento de sujeitos que encontrarão ali sentidos comuns. Nesse contexto, os enunciados serão compartilhados como sendo os mesmos para todos. Entretanto, esse consenso não passa de mecanismo que a própria ideologia exerce sobre os sujeitos para eles não se saberem assujeitados, pois consideram-se donos do seu dizer e com escolha plena das posições ocupadas nesse espaço social.

Resulta, então, que as FIs passam a organizar os enunciados em uma coerência interna que permite esse efeito de evidência do qual, contudo, esse sujeito não tem plena consciência. Isso se processa enquanto funcionamento pré-consciente.

No entanto, a relação entre FIs e FDs não é totalmente resolvida, pois entre elas não há uma passagem de pura equivalência nem de distribuições de funções, como especifica Pêcheux em *Semântica e Discurso* (nota 26, p. 182), onde ele reconhece uma “intrincação” das formações discursivas nas formações ideológicas, cujo princípio está justamente na “interpelação” (Pêcheux. 1988, p.182).

É nessa *intrincação*, realizada pela interpelação, que se põe em funcionamento pelas formas do *interdiscurso* a representação do sujeito ou

do efeito-sujeito. Pêcheux vai definir o interdiscurso como: “O todo complexo com dominante das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que (...), caracteriza o complexo das formações ideológicas.” (Pêcheux, 1988, p. 162).

O interdiscurso compreenderá, então, dois pontos sensíveis na sua constituição o *pré-construído* e a *articulação*. Assim entendido, o *pré-construído* constitui-se nos “já ditos”, ou ainda, seguindo a própria abordagem que Henry encaminha e da qual Pêcheux escolhe para falar desse ponto, o pré-construído serve para “designar o que remete para uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (Pêcheux, 1988, p. 99).

Por outro lado, a *articulação* corresponde ao “construído” pela enunciação, ou seja, ao que se insere em uma linearização. E é essa articulação que: “Constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”. Como podemos acompanhar, a articulação significa a maneira em que se materializa no sujeito a sua relação com o espaço simbólico e, por conseguinte, sua relação com as representações que o situarão no espaço discursivo. Esse efeito é chamado de *intradiscurso*.

É interessante comprovar como a identidade do sujeito trama-se nesse vaivém constante entre os efeitos de evidências coordenados no interdiscurso e a sua prefiguração no intradiscurso. Quando nos apoiamos nesse referencial, cabe voltar às questões que situam o sujeito imigrante na relação com a evidência e a representação, pois ele trará consigo do seu lugar de origem efeitos de evidências e, portanto, sentidos diferentes aos que encontrará no Brasil. Podemos pensar, a partir disso, que o trabalho que ele encontrará para a formulação de sua identidade nessa outra terra passará também por observar a não-evidência.

Deixando em suspenso por enquanto essas reflexões, seguiremos nossa discussão teórica pensando, conforme o exposto, o que podemos entender como *identidade no processo discursivo*.

### 3.3 Identidade no processo discursivo

Como vimos, na AD, o trabalho de representações, indicando traços de identidade, define-se pela relação que se estabelece no *discurso*, entre as FDs, o sujeito e o contexto sócio-histórico que se apresenta no momento em que emerge uma enunciação. Falamos também da relação que se estabelece entre o interdiscurso e o intradiscurso. Isso implica que todos esses elementos (FD, sujeito e contexto sócio-histórico) em jogo organizam-se a partir do discurso, sendo nomeados a partir de uma organização discursiva. Já que Pêcheux define o próprio conceito de **discurso** como “efeito de sentido entre interlocutores”, ele convoca uma materialização do enunciado a partir de algo diferenciado em algum ponto. Em decorrência disso, há uma identidade que se representa nesse movimento. Essa identidade, então, é posta e materializada pela linguagem, ou seja, o que importa é o sentido produzido entre interlocutores, que equivale a dizer que não há *um* interlocutor que possua o domínio do sentido. O sentido vem como efeito.

Só é possível para os sujeitos que produzem os enunciados saberem do seu lugar de enunciação a partir do momento em que ela se materializa, em que é posta em discurso. É nesse movimento que o sujeito pode construir tanto a representação de si quanto a dos outros. Assim, entendemos que considerar a dinâmica das representações, enquanto identidades construídas a partir do jogo enunciativo no discurso, é de grande valor.

Essa identidade que emerge no processo discursivo é tocada pelas relações imaginárias, que dão as cores no jogo de lugares que se constituem conforme as regras de projeção “que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessa

situação)” (Pêcheux, 1997, p 82). É por essa via que Pêcheux define tal quadro, conforme “teatro da consciência” em que se cria a ilusão de que cada integrante tem o domínio de seu dizer, acreditando na clareza da situação e da posição que ocupa na cena. Desconhecem-se, assim, as determinantes inconscientes que se articulam tanto nas FIs quanto nas manifestações do desejo no sujeito que o leva a enredar-se nos tecidos sociais.

Pousando novamente o olhar no imigrante que aqui tratamos, vemos o constante trabalho que ele estabelece nessa dinâmica entre jogo enunciativo e identidade, pois, para ele, essa conjugação passa a significar um compromisso a ser sempre restabelecido com relação ao outro. Isso ocorre porque, no momento de se dirigir a um outro, ele se vê como estrangeiro, estranho, e por esse motivo tenta *conduzir* a construção do sentido das palavras, pois sabe que o outro não conhece necessariamente do lugar a partir do qual está falando. Observamos um exemplo disso quando apresentamos no capítulo anterior o depoimento de um imigrante argentino que nos diz:

*“lo que yo siento siempre es una revisión constante, es como si estuviera escribiendo todos los dias y a veces impulsado por la idea de la denuncia del esxtrangero, o sea siempre voy a ser extrangero, no quiero convencerme de eso... pero siempre alguien me dice eso.”*

Esse escrever constante dá a idéia da construção permanente do texto em que ele esteja incluído, e, como é bom lembrar, um texto tem sempre no horizonte o seu leitor, que aqui o identificamos como esse outro, também sempre em construção. Escrever esse roteiro parece, ainda, uma tentativa de se desfazer da estrangeiridade, contudo; é inegavelmente sempre lembrada.

Ele se reconhece enquanto sujeito descentrado. Isso implica que a ilusão de ser a fonte do sentido e ter o domínio do dizer nas retomadas da palavra, ou no fio do discurso, ficam questionadas quando o imigrante sente

que se mobiliza em outro universo simbólico e ainda com o suporte de outra organização de língua, como já vimos antes. Disso decorre também uma certa desilusão em não conseguir o resultado “desejado”. Desejo de encontrar uma simbolização “evidente”, isto é, um engajamento convincente dentro das FDs que indiquem o campo ideológico que são do domínio desse outro. Sendo assim, o imigrante sempre se depara com um “já dito” que ainda não tem registro, ou que ainda não ecoa totalmente em suas representações. Fazemos aí recurso a uma concepção de temporalidade que se estabelece na enunciação e que Orlandi (1990, p.125) convida-nos a pensar da seguinte maneira:

(...) diríamos que há, por outro lado, uma temporalidade própria a certos termos que transcende às circunstâncias, sendo a-histórica, não organizada pelo tempo mas com o poder e a capacidade simbólica desses objetos de memória”

Esse domínio do a-histórico, que remete aos efeitos de memória na cultura brasileira, o imigrante ainda não o codifica claramente, de forma que a temporalidade marcada sobretudo no tempo *presente* torna-se uma condição premente no seu tatear em busca das condições de enunciação. O domínio da temporalidade como um todo encontra-se ainda desarticulado em alguns pontos no jogo enunciativo com esse outro.

Assim acompanhando o descompasso que o imigrante encontra, podemos dizer que essa falta que se interpõe, que se estabelece como *um real específico* para esse sujeito, interfere no processo de identificação que ele produz no espaço discursivo.

Por outro lado, é importante destacar que todo processo de identificação comporta uma falta, como também Orlandi nos assinala na seguinte passagem: “Todo processo identitário é constituído por uma falta ( o diferente) e pelo desejo da completude ( o mesmo). É esse movimento das identidades. Está aí o movimento das formações discursivas” (Orlandi, 1990, p. 122).

Entretanto, o que aqui destacamos é a falta que se manifesta para o imigrante hispano-americano, que passa a ter as características de uma *falta de memória* nesse tempo simbólico. A falta não é jogada em uma falta de condições que sustentem um ideal de completude puro, que impulsiona no sentido de se aprimorar, mas a falta que vai no sentido de responder a isso que *já deveria se saber*. Ao afirmar isso, não estamos negando a falta na constituição das identidades à qual se refere Orlandi, pois ela também existe para o sujeito imigrante. Contudo, aqui acrescentamos que esse outro tipo de falta também opera na construção identitária desse sujeito imigrante no outro país e outra realidade lingüística e histórica.

Essa fenda impulsiona o imigrante a construir uma crítica das diferenças na estrutura social, pois ele se torna um ponto de partida do que é diferente nessa terra. Essa é uma situação sempre a ser resolvida. Tal crítica toma proporções muitas vezes negativa para o imigrante hispano-americano, porque ele é assinalado nessa falta na forma menos qualificada do imigrante, por exemplo, se o compararmos ao imigrante europeu que, embora se o instigue também em uma falta, ele é “portador” do saber das tecnologias vindas do seu país de origem; assim, o imigrante europeu reconforta essa estranheza com algo que a ele é *demandado* acrescentar à cultura brasileira. Já o imigrante hispano-americano não é reconhecido como alguém que vai acrescentar, e sim como alguém que vai tirar. Observemos isso em duas seqüências de entrevistas que a seguir expomos:

### **1ª seqüência:**

*“...não, eu acho, que tinha que mudar esta visão abusada, que até a mídia utiliza naturalmente, que até propaganda enganosa é feita em portunhol, quando tu vê na TV..., é muito forte, pega forte. El que habla castellano es un **trambiquero**, entendió, ...eu nunca tive problemas sérios se alguém me chama de castelhana, agora se alguém me chama de castelhana trambiquera eu volto...” ( C. imigrante uruguaia, grifo nosso)*

## 2ª seqüência:

*“solo una vez tuve problema com uno de los moradores de la casa, que el tipo me dijo: tu viniste de outro país, estas ocupando un espacio; bueno yo soy un ser humano, le dije yo (...) Me tocó que alguien me haya hechado en cara este tipo de cosa (...) el hecho que me hayan dicho que yo era una intrusa que venia a quitarle el lugar a alguien...” (S. imigrante chilena, grifo nosso)*

Aqui tanto o *trambiqueiro* quanto o *intruso* surgem como uma questão obscura para essas imigrantes, pois ambas se encontravam em plena atividade e desenvolvimento profissional, o que as mantinha inseridas no contexto. Ao serem apontadas essas falhas, o *trambiqueiro* que está enganando o outro e o *intruso*, o que ocupa o lugar de um outro, instituem lugares para esse imigrante que o deixam fora de contexto. Assim, a estrangeiridade retorna sobre o imigrante, de modo a deixá-lo com uma resposta precária, pois para a constituição de uma resposta teria que haver um “saber” com sustentação em um universo simbólico melhor configurado, que esse imigrante não encontra facilmente, já que se trata de uma imigração recente. Fazendo tal passagem, novamente realizamos a comparação à imigração européia, em que esses recursos simbólicos encontram-se mais articulados, pois o peso do Velho Mundo já está inserido na cultura brasileira, oferecendo aqui o suporte para contestar a chamada da estrangeiridade por uma via mais acabada.

Conferimos, por outro lado, que aqui também há ressonância ao processo histórico em que a América do Sul foi construída, havendo um lado espanhol e outro português a definir. E aí certamente a problemática em forma de acusação retorna quando encontramos as interrogações: você está ocupando o lugar de um outro? Afinal, de que lado você está? Como é que fica o lugar de fronteiras?

Deslocando-nos um pouco, vale a pena realizar aqui uma distinção importante para levar adiante nossa discussão. Essa distinção diz respeito à diferenciação que se estabelece entre *identificação* e *identidade*, resultando a primeira em *processo* e a segunda em *efeito*, como bem o especifica Elisabeth Dorneles em sua tese (Dorneles, 1998, p.80).

Essa diferenciação, a princípio, já está destacada na etimologia da língua latina, na qual *identificação* está definida como: ação de tornar idêntico. *Assimilatio*. Reconhecimento, agnitio, cognitio. E *identidade* implica qualidade de idêntico, *aequalitas*. Igualdade, aequitas (Caro, Herbert. Dicionário Português–latino. 1961). Fazendo essa distinção, observa-se que a identificação passa por uma forma que está *em curso*, que não está acabada, de maneira ela representa o movimento pelo qual algo apresenta-se enquanto construindo-se. Sem dúvida, nesse processo há algumas paradas, alguns pontos de *ancoragem*, e talvez seja nesses pontos de ancoragem que podemos pensar a *identidade* como momento de equilíbrio de uma representação, como chegada a um ponto ou algum tipo de resultado, mesmo que posteriormente volte a ocorrer uma modificação. Estamos indicando com isso que a identidade realiza-se pela ilusão de *unidade* ou do fechamento de uma condição, como, por exemplo, quando se qualifica alguém de ser pontual, gordo, magro, etc. sendo essa descrição que dá conta do todo por um instante.

Aqui podemos reportar-nos a uma elaboração posterior que Pêcheux oferece a respeito de “estrutura e acontecimento” e fazer uma correlação desses conceitos com identidade e identificação. O autor propõe a relação necessária desses dois mecanismos discursivos, ( a estrutura e o acontecimento). Cria-se entre eles uma “necessidade de fronteiras” que “coincide com a construção de laços de dependência face a múltiplas coisas-a-saber” (Pêcheux, 1997, p. 35). Esses laços de dependências colocam a estrutura como uma unidade lógica a partir da qual o mundo e seus objetos encontram uma organização. Essa tentativa de organização está marcada em uma ação global do homem para a apropriação dos objetos do mundo e sua

relação com as idéias; em última instância, aponta-se para a tentativa de recobrimento de um real que se impõe como um *não designável*. Todo o movimento é conduzido de modo a produzir uma “falsa aparência de homogeneidade lógica”.

Em contraponto a esse “logicamente estável”, encontra-se a perspectiva de um outro tipo de real, *um tipo de real* que se reanima no *acontecimento* e que Pêcheux formula de uma forma particular. Trata-se de um real que indica um saber, que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber”, mas que se diferencia enquanto um “saber que não se transmite, não se aprende e não se ensina”, e apesar disso provoca *efeitos*. Considera-se dessa maneira também a dimensão do inconsciente na produção humana, que significa suportar a ferida narcísica de que há sempre algo que escapa à nossa consciência e à nossa tentativa de fechar uma lógica; é considerar que tanto as palavras como os silêncios relacionam-se, assim como o saber e o não saber. E é esse movimento que, projetado no espaço simbólico, dá abertura a novas formas de representação e interpretação.

Em tal perspectiva consideramos o movimento que se realiza no processo de imigração. A imigração passa a constituir um acontecimento maior à medida que ele se apresenta enquanto *fundador*, a partir do qual se realizarão esforços para construir identidades. Lembremos aqui que a dimensão do acontecimento fundador passa pela identificação de enunciados que marcarão essa passagem, contudo não serão quaisquer enunciados, e ainda não serão os empiricamente produzidos, mas sim “uma versão que ficou”, e que fica para produzir sentidos. Orlandi compreende-os como “imagens enunciativas” (Orlandi, 1993, p. 12). Também se observa que o enunciado que emerge nessas condições afeta a realidade discursiva de tal maneira a produzir uma nova ordem de filiação, reformulando os enunciados em uma dimensão temporal, tanto os enunciados tradicionais quanto os que se projetarão no futuro. Dessa forma, acontece uma desorganização, em que os sentidos podem ficar sem-sentidos e os sem-sentidos podem adquirir sentidos. A propósito disso, Orlandi (1993, p.13) nos propõe o seguinte:

(...) nessa passagem do sem-sentido para o sentido, produzida nesses lugares, não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam. Não é a cultura ou a história factuais, mas a das lendas, dos mitos, da relação da linguagem com os sentidos. É a memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela filiação (não aprendizagem). Aquela na qual ao significar, nos significamos. Assim nessa perspectiva, são outros os sentidos do histórico, do cultural e do social.

Apontando nessa direção, propõe-se entender a instauração de uma nova filiação, na perspectiva de uma abertura no universo simbólico que se compreende como nova possibilidade na construção de uma “*identidade histórica*”.

A abertura nessa nova filiação não acontece de uma maneira tranqüila nem será linear, pois essa tentativa estará constantemente desestabilizada pelas formas de interrogação que a história e a língua propiciarão no contexto brasileiro. Lembramos aqui o assinalado acima a respeito da apropriação do simbólico que o imigrante tende a produzir em um certo descompasso. Contando com a desestabilização, pode-se pensar no *trabalho de identificação* através de uma *falta específica* que o imigrante encontra e a partir da qual integra os novos acontecimentos que assomam no seu cotidiano. O que surge como resultado não se reconhece simplesmente por um saber ou um não saber, e sim por um efeito de identificação resultante do entrecruzamento de dois universos simbólicos: de um lado, o marcado nas condições do lugar de origem e pela língua materna e, do outro lado, o simbólico que recorta a cultura brasileira pela língua portuguesa.

Conforme o traçado teórico até aqui exposto, tentaremos a seguir definir a expressão do processo de identidade-identificação, posto em cena

pela articulação da enunciação no processo discursivo. Observaremos alguns elementos que se particularizam no discurso do imigrante hispano-americano, levando em conta características que se referem a um real específico nesse discurso. Vamos atrás de um movimento, em uma extensão maior, desenvolvendo alguns pontos que nos pareceram significativos enquanto emergência de um efeito-sujeito imigrante e que apresentamos a seguir.

### **3.4 O Imigrante hispano-americano e as formas da identidade**

A questão da identidade para o imigrante sempre aparece em uma relação complexa, porque o acontecimento da imigração induz justamente a construir uma balança imaginária, na qual todos os elementos do lugar de origem são postos em um prato, e os elementos do novo país são postos no outro prato da balança. Assim se estabelecem constantes medidas de valores, reguladas por uma comparação incessante. É essa manifestação de constante comparação que nos dá algum sinal da falta específica do imigrante, a partir da qual estará organizado o contraditório nesse processo discursivo. Como consequência, aparece o estranhamento com diversos elementos da cultura que se adota, e os matizes do etnocentrismo manifestam-se, já que tudo que é de lá ( da terra natal) tem mais sabor, é mais inteligente, é mais afetivo, e muitas vezes este *lá* aparece numa certa indefinição entre o lá e o cá. Acreditamos, contudo, que esse procedimento insere-se em forma de nomeação a partir da qual o sujeito permite-se nomear os traços que o particularizam para um Outro, ou seja, mostra-se para esse novo lugar onde chega e mostra-se aparentemente em uma relação de oposição, isto é, dizendo que ele é o que aqui não é.

Por outro lado, esse Outro que se veste com olhar da cultura na qual se introduz, e que interpela os sujeitos de uma forma específica, vai

introduzir um *efeito de desestabilização* nesse sujeito imigrante, pois o diálogo que ele pode estabelecer passa pelas formas reconhecidas nessa cultura e responde por rituais específicos. A isso se agregam as versões que se mobilizarão sobre as diversas formas como o estrangeiro é assimilado à cultura. Cabe dizer que essa leitura do imigrante dependerá das condições de interpretação do lugar de brasilidade, porque pensar o sujeito brasileiro significa relacioná-lo tanto às suas propriedades inerentes, enquanto características locais que o descrevem, quanto às propriedades externas, que seria maneira como esse sujeito brasileiro lida com a alteridade.

É a partir dessa situação de diálogo com o lugar de brasilidade que o sujeito imigrante se permitirá construir um lugar de enunciação. Os elementos dicotomizados nessa balança, com o passar do tempo, vão misturando-se e adquirindo outros valores na situação de imigração. Nesse sentido, o sujeito imigrante é o reflexo de uma apropriação de novos valores e já não é mais simplesmente estrangeiro; o imigrante é aquele que realiza uma escolha de diálogo com um Outro, de certa forma personificado pelas diferenças que encontrará na experiência de se encontrar em um lugar desconhecido. L., uma imigrante chilena, relata-nos a sua chegada ao Brasil:

*“..no, nunca habia salido de casa,...nunca habia salido a ningún lugar,...quando yo me vi en contacto com el idioma, ahí no entendia nada, ahí me dí cuenta que estava sola, que no tenia papá, no tenia mamá, no tenia hermano, no tenia nada, no tenia nadié, no conocia nada.”*

E, na vivência dessa experiência, conta:

*“lo que yo hacia,...salia al centro. Donde voy a aprender?...lo que hacia era caminar, salir, ver las vitrinas, no tenia otra alternativa, ...ahí vi una escuela que hacia clases de culinária y como yo no sabia cocinar..., yo no sé como me entendieron, (...) entré, y las alumnas (...) ellas me enseñaron*

*mucho, mucho me enseñaron ahí aprendí, me enseñaron a hablar el portugues.”*

O relato mostra esse estranhamento que instiga e que, ao mesmo tempo, representa o motor da procura de alguma coisa que não está ainda bem definido, não saber o idioma, não saber da cozinha, há algo que não se sabe e que se particulariza no momento de imigração. Há um vazio que se inaugura nesse não saber, e o fato de não saber o idioma estar na mesma linha do não saber da cozinha parece demarcar uma problemática ao nível da “assimilação”, uma assimilação entre os objetos da cultura e o lugar de enunciação. De toda maneira, essa é uma problemática que tem a possibilidade de ser nomeada a partir da experiência migratória.

De alguma forma, encontramos os imigrantes entrevistados falando a partir da sua escolha pela migração, a opção de se encontrar com uma cultura diferente e a assimilação de uma relação com o mundo, e isso muitas vezes modo inconsciente, em que essa ação impõe-se nessa tentativa.

Detendo-nos um pouco na balança que estamos figurando, em que estão postos, por um lado, os elementos da cultura da qual se saiu e, por outro lado, os elementos da cultura que se está conhecendo, surge uma série de questões relativas à natureza dessa comparação. Alguma dessas questões passa por se perguntar: Que elementos ou valores são estes? Esses elementos são coisas, são costumes, são histórias?

Pensamos que esses elementos estão organizados na linguagem de cada lugar e somos levados a pensar na convivência dessas duas organizações dos elementos. A princípio, começamos a observar que, na própria situação de assimilação dessa outra realidade, trava-se o trabalho de relativizar nessa realidade híbrida os elementos de lá e de cá que se superpõem. Por esse motivo, é difícil definir rapidamente tal relação; logo, não será necessariamente nessa dicotomização em que nos deteremos, mas observaremos o que falar nessa dicotomização implica uma procura que se trilha nos dizeres de imigrante hispano-americano. A procura diz respeito à

procura de uma *identidade* que faça sentido, que o represente. Quando isso ocorre, a identidade é tomada como um ponto de referência e também como aquilo que indica esse limite dos elementos, entre o conhecido e desconhecido, entre o igual e o diferente.

Dessa maneira, encontramos nessa trilha que o imigrante hispano-americano percorre, à procura das representações que o signifiquem, algumas formas de manifestação na materialidade do processo discursivo. Particularmente na pesquisa que aqui apresentamos, identificamos três momentos em que essa identidade de imigrante particulariza-se no espaço das produções discursivas, ou seja, distinguimos o efeito-sujeito que esse imigrante produz. Configuramos os momentos da seguinte forma:

1. o discurso do imigrante hispano-americano pela via do alhures, reencontrando as rupturas e os sentidos;
2. o discurso do imigrante hispano-americano em contato com o sujeito nacional brasileiro e algumas versões da lei;
3. o discurso do imigrante hispano-americano fundamentado e dissipado a partir da organização político religiosa.

Com essa distinção, passaremos a desenvolver cada uma delas para posteriormente tecer os comentários finais.

### 3.4.1 O discurso hispano-americano pela via do alhures, reencontrando as rupturas e os sentidos

O acontecimento da imigração para o imigrante hispano-americano traz no seu bojo uma relação com o mundo de certa forma exaurida e desgastada com aquele lugar de origem. Pode-se falar também no país de origem, mas aqui preferimos “lugar”, pois indica o lugar que esse sujeito vai discursivizar e, como já temos ferramentas para compreender, pelas

características que assinalamos quando tratamos da língua materna, o que se põe em questão são as inscrições em que o sujeito se reconhece. Sendo que para cada sujeito as inscrições têm matizes específicos, então falamos de “lugares de inscrição”. Por sua vez, entendemos que esses lugares de inscrição comportam um sentido mais abrangente, que demarca *formas de relações* que, por sua vez, não desconhecem o espaço territorial do país que convoca o sujeito jurídico junto às leis que o governam, assim como também das leis informais que representam a cultura em um sentido mais amplo. Pensando esse lugar de inscrição, podemos dizer que a imigração resulta em uma certa saída dessa relação com o lugar natal, a partir do qual se aposta em uma nova forma de realização da inscrição. Observamos isso ao analisar os seguintes relatos:

**Primeiro recorte:**

“ yo soy E. S. , de 31 años de edad. Crucé la frontera entre Brasil y Argentina el día 23-12-97, totalmente destruída, sin esperanzas de que pudiera existir un mañana. **Pero este pueblo brasileño me dió la segunda oportunidad y me mostró que la vida no es fácil y para eso hay que luchar.** Gracias a la fuerza de voluntad de mujer luchadora, que es así como me siento, conseguí superar los obstáculos. Comencé a trabajar de niñera (...) com una familia maravillosa (...) quien fueron mis primeros amigos del alma. El dolor más grande para mí era haber dejado mi pequeña hija (...) y mi hijo (...) com mis padres. **Pero más grande era mi deseo de vivir** para así algún día poder estar junto a ellos nuevamente.” (Informativo CIBAI-Migrações n.º 4, Junho/1999, grifo nosso)

**Segundo recorte:**

“Soy C. de nacionalidad peruana, vivo en Brasil hace 8 años. Vine com la ajuda de mi hermano (...) **a empezar una nueva vida y asi dar mis primeros pasos.** No fué tan fácil, pero com el tiempo aprendí el idioma y

nuevos costumbres brasileiras y conocí a amigos que me apoyaron.”  
(Informativo CIBAI-Migrações nº 06, agosto/1999, grifo nosso)

**Terceiro recorte:**

“Soy M.C. de nacionalidad uruguaya, vine a Brasil aún niña, tenía 13 años, era muy sencilla. En mi país estaba en alberge, por esto decidí venir a Porto Alegre junto a una señora que fué mi patrona. **Mi sueño de ser alguien en la vida era muy grande.**” (Informativo do CIBAI-Migrações, nº 07, setembro/1999, grifo nosso)

**Quarto recorte:**

“Somos una joven pareja y nos llamamos J. e G. De nacionalidad uruguaya, tomamos la decisión de migrar y en este país llegamos, con **muchas esperanzas y sueños a realizar y con un único objetivo: poder vivir mejor.**” (Informativo do CIBAI-Migrações nº 05, junho/99, grifo nosso)

**Quinto recorte:**

“ Soy J. de nacionalidad paraguaya, desde muy chica salí de mi país, junto a mi familia, **llena de esperanza y en busca de mejores condiciones de vida**, también porque el sistema de gobierno en aquel entonces, nos hacia sufrir mucho. “ ( Informativo do CIBAI-Migrações nº 08 Outubro/99, grifo nosso)

**Sexto recorte:**

“A través del BOLETIN INFORMATIVO (...) tengo la oportunidad de expresar mi experiencia como MADRE IMIGRANTE. Comenzó cuando conocí Brasil como turista, me conquistó con su exuberante belleza y la amabilidad de su pueblo; fué allí que despertó en mí , el deseo de venir a vivir aquí, **luego con la mentalidad de todo joven ambicioso, con deseos**

**de grandes cambios en el trabajo y posición, creí que aquí podía triunfar”** (Informativo do CIBAI-Migrações nº 03, 1992, grifo nosso)

Daqui recolhemos uma amostra considerável da situação de sujeito que vê a possibilidade de mudança de vida ao atravessar a fronteira. Ao mesmo tempo, toda essa situação tem as características de uma grande aposta, pois não há nada que indique, de fato, tal mudança de vida para melhor, como é posto em discurso pela maioria deles. O trabalho com a ilusão, com o sonho, é muito presente.

Contudo, esse trabalho com a ilusão não apaga uma menção explícita às condições econômicas e políticas desfavoráveis do país de origem. Vemos, assim uma ressonância das condições histórico-sociais que determinaram essa imigração, como vimos nas condições de produção aparecendo as políticas praticadas durante as ditaduras militares. Referimo-nos principalmente ao ambiente hostil e restrito para a invenção do cotidiano. Talvez possamos pensar que esse sonhar encontra um novo horizonte quando reflete um “fora” ou exterior ao contexto de cada país da América Latina, que eram marcados pelo autoritarismo da época.

A organização do sujeito procura respaldo nesse “outro lugar”, pois nesse lugar de origem está introjetado o silêncio enquanto censura e, como diz Orlandi, “a censura, vista aqui por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história”(Orlandi, 1997, p. 13).

Em decorrência, a censura é a condição de não falar, porque as circunstâncias históricas assim o impõem, e conseqüentemente também há restrições para explorar outros sentidos que não a àqueles da versão proposta nesse acontecer histórico. As formações discursivas estão enredadas nos interditos que tentam manter o lugar de supremacia de uma ordem política. Podemos pensar que, dentro de tais características, o gesto de imigração ocorre na tentativa de resgatar essa liberdade coagida, assinalando em ação um resgate do espaço metafórico.

A partir de dois mundos que se defrontam por essa possibilidade de atravessar uma fronteira – o mundo que se deixa e o mundo que se espera – podemos pensar no desenvolvimento que Pêcheux realiza a respeito do discurso das revoluções, tratado no texto *“Delimitações, inversões, deslocamentos”* (Pêcheux, 1990), que aqui transferiremos para pensar essa organização discursiva para um efeito não macrorrevolucionário, como acontece nas grandes revoluções das quais esse autor vai tratar, mas microrrevolucionário, em que se faz uma aposta particularizada, enquanto aposta de imigração.

Quando fazemos essa distinção, tocamos também em uma diferença substancial quando se observa, a partir desse texto, que as revoluções históricas apóiam-se em algum suporte com estatuto mais definido. Por exemplo, na Revolução Francesa, o apoio era encontrado em uma concepção de sujeito de direito, baseado na posterior revelada ordem burguesa, sob a égide de igualdade; também a revolução marxista da Rússia sustenta-se no patrimônio teórico de Marx, e assim outras revoluções. Já nessa microrrevolução que aqui tentamos acompanhar, não existe outro sustento do que encontrar alguma chave ao atravessar a fronteira; dessa forma, vemos aqui uma nova significação para o efeito-fronteira. É a fronteira como significante privilegiado que sustenta essa mudança na vida do sujeito, principalmente se ela significa o fim de um trajeto e o início de outro.

Confrontar-se com essa experiência de imigração é também encontrar o espaço de questionamento e de encontro com o universo histórico em que se esteve inserido. Por esse motivo, significa um olhar sobre a trama das contradições que indicam esse real da história, que o sujeito deixou naquele *lá*. Podemos observar isso em um trecho da entrevista de G., uma imigrante paraguaia:

*“yo acabo defendiendo mucho más este... el pais, ...digamos lo bueno que tiene el pais, cuando escucho a alguien que está reclamando.... no! (mexe as mão fazendo sinal negativo que não gostou).....,yo creo que es por*

*el hecho de no estar en mi país,... si eso se debe mucho al distanciamiento que uno acaba observando,... por ejemplo salir de mi país me há dado condiciones de evaluar..., y de la misma forma también comienzo un proceso bien brasileño, la visión de que vivimos en un lugar bien caluroso<sup>23</sup>, integras todo lo nuevo. Al mismo tiempo que mi país está cada vez más lejos....antes en el Paraguay, yo...claro era más joven,... yo no tenía esa preocupación, no le daba valor no evaluaba la cultura propia, a la cultura típica, a lo folklórico...., y eso yo aprendí a ver estando en Brasil, , cuando me puse a leer sobre mi país, tuve más, de alguna forma, la oportunidad de observar, yo tengo esa posibilidad de ir, volver y rescatar esas esencias....”*

Algo se deixa e algo se procura. Nessa procura, há uma nova forma da contradição. Essa imigrante mostra-nos justamente o novo olhar que se recria a partir da imigração, olhar que ela pode voltar para frente e para atrás resgatando *essências*, o que indica um restabelecimento das condições de significar os eventos. Lembramos, com isso, que os eventos ganham sua possibilidade de interpretação na medida em que eles são contemplados nos rituais organizados na estrutura social, e Pêcheux, por sua vez, acrescenta que é também pela ruptura desses rituais que os sentidos movimentam-se e arejam-se. Assim, ao propor que “não há rituais sem falha”, há uma referência ao desgaste em que esses rituais podem cair<sup>24</sup> e, sendo assim, é necessária a falha do ritual para que este ritual como tal se mantenha vigente. Nesse movimento entre a falha e não falha do ritual é que o imigrante vê-se impelido a decidir. No caso que aqui escolhemos para mostrar, o sujeito observa uma certa cegueira com relação aos rituais de seu lugar de origem, ou seja, ela não tinha visto os costumes, o folclórico, o típico, esse olhar só se torna possível ao sair desse espaço; então, a valorização dessas manifestações próprias do seu país ganham uma nova perspectiva ao sair dele.

---

<sup>23</sup> No sentido de aconchegante.

<sup>24</sup> Os rituais definem o tipo de laço social em que o sujeito se reconhece.

Assim, o tipo de interpelação que o sujeito encontra no seu lugar de origem mostra-se como a moeda gasta, que não produz efeitos: isso significa que não se estabelecem aqui efeitos de ruptura que revigorem o estabelecimento dos sentidos, para assim criar condições de articular o *efeito sujeito*, que segundo vimos é esse efeito-sujeito que demanda representação e condições de identificação. Assim, o efeito revigorante da *ruptura* torna-se necessário para o trânsito do sujeito enquanto processo, e não como uma identidade-unidade fechada que se encaminha para o apagamento do sujeito. Aqui se constata que as falhas do ritual tornam-se o “oxigênio” para a manutenção dos sentidos e do sujeito, que em alguns pontos precisa romper com a repetição, com o mesmo. Então, o imigrante é um sujeito à procura dessa ruptura com o mesmo que incomoda, ou que não suporta do lugar de origem. A imigração é a ruptura com o mesmo que não o deixa ver outras coisas no espelho<sup>25</sup>.

O acontecimento de atravessar uma fronteira produzindo rupturas cria um significante específico para esse sujeito que põe em cena a possibilidade de um espectro realizado alhures. Esse alhures manifesta-se no “sonhar” que antes mencionamos. Por intermédio desse recurso, o sujeito põe em ação a tentativa de tocar no espectro.

Ao considerar a presença desse *espectro*, retomamos Pêcheux, que ao tratar do discurso das revoluções, citando principalmente a Revolução Francesa, a Revolução Socialista e as revoluções do século XX, percebe as irradiações que tais revoluções projetam no campo social, insinuando: “ ‘a análise espectral’ das revoluções: a distribuição e a variação de suas colorações bordadas de radiações invisíveis; e as faixas, brilhantes ou obscuras, as “raias” que dividem o campo como fronteiras marcado nele o traço dos elementos que entram em sua misteriosa composição....” (Pêcheux, 1990, p. 8).

---

<sup>25</sup> observamos que, ao olhar nossa imagem no espelho, ela tem de ser absorvida em um contexto, ou seja, reconhecemos a nossa imagem em meio a outras imagens projetadas no espelho.

E ainda nos diz: “a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível com o não-visível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades do ausente” ( ibid, p. 8).

Através dessa perspectiva, vemos uma semelhança para a experiência migratória, porém contextualizada para o imigrante em questão, dentro de implicações micropolíticas, pois a revolução com a qual ele se depara tem uma dimensão menor, mas não menos significativa. A relação nessa micropolítica do *visível* com o *invisível* projeta-se na idéia de que pode acontecer uma mudança de mundo ao atravessar a fronteira para o Brasil. O espectro está jogado na possibilidade de *permutar significantes* que relacionam o sujeito ao lugar de origem por outros significantes que o relacionem a novas formas de conceber o mundo, a perspectiva de *lugar* se amplia nessa passagem.

Tal questão ganha mais consistência ainda quando Pêcheux manifesta que: “a existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas lingüísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um “desejo” ”(ibid, p. 8).

A idéia do Brasil como um lugar alegre e pacífico contribui para um imaginário favorável ao desejo de mudança. Sem dúvida, a figura do carnavalesco contribui para esse empreendimento quando aponta para o estereótipo que integra as diferenças. Desse modo, o sujeito disposto à mudança acredita que sua diferença terá lugar nesse heterogêneo. Frente a isso, o encontro inicial com o alhures, além de reorganizar essa capacidade de sonhar, de prefigurar essa relação ao inexistente; projeta uma certa promessa de liberdade e felicidade que paira no ar.

Outro imaginário manifesta-se nesse movimento projetivo que afeta esse imigrante e passa pelo fato do Brasil comportar um país grande e exuberante. É uma imensidão que pode acolher “todo mundo”. Isso significa

acolher as diversas possibilidades de etnias, religiões e costumes. Sabe-se que a América Espanhola já não tolera com muita calma esse sincretismo, pois o catolicismo nesses lugares é quase que uma religião exclusiva e é tomada numa expressão legitimada, tornando-se as outras manifestações religiosas periféricas. Por esse mesmo caminho, a leitura da moral também compreende uma linha mais restrita. Isso, contudo, faz parte de uma discussão de outra natureza, que aqui não temos como abordá-la em sua complexidade, somente a nomeamos para indicar que o Brasil ganha também um valor destacado diante da perspectiva do heterogêneo que seu imaginário produz, dando possibilidade às diversas manifestações do efeito-sujeito.

Um segundo tempo da relação *realizado-alhures* aparece quando esse alhures se põe à prova, e tal sucesso ocorre no instante em que o imigrante depara-se com a escolha de ser, de fato, *imigrante* e de se enunciar como sujeito imigrante. Isso mostra a esse sujeito o diálogo ser feito com o sujeito brasileiro e suas instituições. Observaremos esse ponto o no próximo tópico.

### 3.4.2 O encontro do imigrante hispano-americano com o sujeito nacional e algumas versões da lei

Um dos primeiros pontos que determinam a passagem entre o sonho e a realidade, que vai sustentar a condição de imigrante no Brasil para o imigrante hispano-americano, passa pela legalização da documentação, ou seja, ter a aceitação do Estado brasileiro. Para isso, há a observância de requisitos a serem preenchidos. Quando isso acontece, uma outra formação discursiva apresenta-se, a qual assinala a relação necessária a um *sujeito nacional*, que se pretende diferenciado, com seu sistema de língua próprio, com costumes próprios, com regras próprias. Estamos falando de um sujeito que tem um termo de compromisso com o Estado e a identificação ao

sistema de leis<sup>26</sup> que o circunscreve. Como vimos anteriormente, tal leitura torna-se problemática para o estrangeiro imigrado após a metade do século XX, época na qual está contextualizada a imigração hispano-americana, pois, pelo traço histórico que destacamos anteriormente, no Brasil o sujeito nacional, a partir do Estado Novo até a época da ditadura, vê-se compelido a um nacionalismo que o conduz em grande medida à exclusão da condição do estrangeiro.

Embora essa via do diálogo com o sujeito nacional do país que se escolhe para morar apareça para todo mundo em condição de estrangeiro, houve uma característica que se destacou nesse diálogo com o sujeito imigrante hispano-americano no Brasil. E aqui lembramos algumas questões tratadas no Capítulo I, quando mapeamos as condições determinadas pela ideologia sustentada no período da ditadura militar.

Como mencionamos nessa ocasião, houve uma radicalização da leitura a respeito do sujeito nacional, em que se o protegia de supostos ataques revolucionários que o desequilibrassem nas bases de sua identificação a uma ideologia de Estado. Assim, o sujeito imigrante hispano-americano, pelo fato de vir de países vizinhos, que também viviam essa preocupação política, inspirava cuidados, na medida em que a equação levava a crer que esses sujeitos optaram pela imigração por serem expulsos dos seus países ao estarem envolvidos em comportamentos subversivos, ou ainda que saíram antes de serem expulsos, o que não estava muito distante da realidade da época. Tratava-se de sujeitos em situação de refugiado político. Com isso, tornavam-se representantes do indesejado no sistema.

A materialização dessa ideologia apareceu com a *lei do estrangeiro* criada em 1969, especificamente ao referido enquanto *estatuto do refugiado*, que impedia asilo a imigrantes hispano-americanos. Por esse motivo, no período praticamente de duas décadas (70 e 80), houve a presença do estrangeiro em situação de clandestinidade.

---

<sup>26</sup> Aqui nos referimos ao sistema de leis no sentido amplo, falamos tanto das leis formais quanto das informais.

As conseqüências politico-históricas levam esse imigrante por caminhos incertos, e a relação com a projeção de realização toma outros contornos. A imagem inicial de novas possibilidades perde-se para uma conseqüência direta de conseguir a *documentação* adequada e, assim, obter um trânsito pelo menos livre e reconhecido no espaço social. A legalização da documentação expressa-se por portar algum tipo de carteira de identidade que lhe permita uma presença mais confiável<sup>27</sup>, trata-se principalmente do visto de permanência.

Quando esse passo é dado, acontece o estabelecimento, em primeiro lugar, de um diálogo com as instituições representantes e defensoras do sujeito nacional, tais como a Polícia Federal e os órgãos administrativos em Brasília, que como aparelho direto do Estado tramitam no sentido de imprimir as condições em que o discurso do sujeito nacional filtrará o pedido desse sujeito estrangeiro. Conforme as políticas restritivas desse período, o sujeito nacional volta-se para a tentativa de minimizar a expressão desse sujeito estrangeiro e os possíveis ímpetos que pudesse ter.

Como modo de resposta a essas políticas, os imigrantes hispano-americanos são impelidos a se reunir e formar assim uma comunidade que se empenhe em reverter essa leitura simplificadora de sua condição. Com tal objetivo, o agrupamento de imigrante começa a funcionar no local oferecido pela entidade religiosa Scalabriana da Igreja da Pompéia, que além do local para esses encontros, propicia assessoria jurídica no encaminhamento da documentação desses então indocumentados.

A articulação que a comunidade hispano-americana consegue frente a essa política de migração está registrada nos boletins dessa igreja, os quais foram justamente produzidos e promovidos por essa comunidade, sendo, inclusive, as primeiras edições escritas totalmente em espanhol.

---

<sup>27</sup> Muitas vezes, apesar da obtenção do visto de permanência, havia a dificuldade de que nele não constava o nome da pessoa, somente aparecia o número que a identificava nos protocolos da polícia federal. Com isso, esse mesmo documento extremamente depurado pelas instituições, no campo social tornava-se suspeito por não conter maiores informações.

Esse boletim começou a funcionar com agilidade na metade da década de 80. Acreditamos que o momento da sua edição também comporta uma mudança das condições históricas, em que se prenuncia o retorno do Estado democrático, bem como expressa uma tomada de posição por parte desses imigrantes com relação à nebulosa e estranha clandestinidade, porque, ao tornar público esse vínculo de comunicação agenciando as preocupações do grupo, desfaz-se o obscurantismo que recaía sobre ele e, ao mesmo tempo, põe-se à prova esse lugar de enunciação. Podemos pensar que este é um passo fundamental ao refletir sobre as propriedades discursivas desse sujeito.

Nasce um movimento que reúne os diversos imigrados da América Latina, em uma perspectiva de estabelecer um contraponto a esse lugar indefinido que não permite a passagem da situação de estrangeiridade para a situação de imigrado. Lembramos aqui que o efeito-sujeito imigrante produz um lugar onde uma identidade possível realizar-se-ia, já que se conta ali com um lugar simbolizado no espaço social brasileiro. Já o estrangeiro transita no limbo da simbolização.

A dimensão desse ponto fica melhor compreendido ao observar a seguinte passagem que recolhemos do boletim do CIBAI-Migrações de 1991, no espaço memória do imigrante:

*“hace nueve años que estoy en Brasil. Durante siete años, permanecí algunos meses com la visa al dia y el resto del tiempo ilegal. Trabajaba de un lado para outro, siendo muchas veces explotado. Pero también tuve suerte de hacer nuevas amistades, conocer otros lugares y culturas.(....). finalmente, en el final del 88, salió la tal AMNISTIA! Tuve una alegría inmensa! Conseguí mi Registro provisório, mi cartera de trabajo, CIC, cuenta bancária.....eso todo por estar documentado y poder trabajar legalmente.*

*Pasé dos años de tranquilidad, de trabajo y alegrías. Hoy, infelizmente, me encuentro nuevamente en la ilegalidad por haver dejado vencer mi Registro provisório. No quise dejar el trabajo para ir a la Policia Federal pensando que seria fácil conseguir renovación o la prorroga, pero ahora sé que ya no tengo derecho a nada. Animicamente me siento confuso: pienso que no soy un ladrón, un asesino, soy solamente un ser humano, un trabajador que quiere construir un futuro y contribuir para el crescimeinto y desarroyo de este país! Y Qué alternativas me quedan? Casarme com brasileira? Tener hijo brasileiro? Hacerlo solo por un documento, es indigno del ser humano! Permanecer ilegal? Volver a mi país? Yo sé que no soy el único en esta situación..... Me pasa por la mente lo que he perdido: años de trabajo, de sufrimiento, luchas.....y una vez más, volver a ser aquel que en la sociedad se siente sólo un número....*

*Un imigrante en busca de identidad.”*

Este é um depoimento que retrata muitos outros e dá indícios de como esse sujeito imigrante precisa desse atributo de sujeito inserido no espaço social, contando com a aceitação que o Estado, dentro de seu sistema de leis, propicia. Vemos aqui que, embora estejamos remetendo essa condição de identidade do imigrante à passagem pela estrutura burocrática requerida, entendemos que essa burocracia em questão representa uma formalidade frente a um trabalho mais complexo que lhe permita construir um modo de operar com a enunciação nesse contexto. Entendemos, assim, que apesar desse olhar estar definido radicalmente por esse procedimento burocrático, é através dele que o imigrante encontra amparo para se comunicar junto ao consentimento do sistema de leis vigente. Ou ainda no amparo da palavra empenhada.

Melhor definida essa instância da lei, uma lei que lhe possa acolher, ele terá como se orientar nesse novo universo. Por esse motivo o Estado aqui representa, antes de mais nada, o *sistema* que possibilita a sustentação de uma identidade ou não. Conseqüentemente, conseguir um documento de

identidade passa a conter um sentido mais amplo dentro das condições que levam ao imigrante pelas questões de identidade ou a formulação de uma tomada de posição.

Aqui nos permitimos a comparação com o próprio funcionamento das formações discursivas que recebem seu lugar e seu valor dependendo da relação que se estabelece a partir das *regras de formação*. Em analogia, esse imigrante também só consegue trabalhar em lugares representados estando em relação ao sistema de regras ou leis. No depoimento que aqui escolhemos, observamos essa situação nitidamente quando esse sujeito, ao perder seu *visto provisório*, que é o documento que permite sua inserção, sente-se sem identidade, sua imagem se perde nessa pequena grande diferença. O documento de identidade é metonímico, pois sua materialidade parcial dá conta de um todo mais amplo. É começando por esse ponto que o sujeito nacional é reivindicado na constituição do sujeito imigrante.

Vemos através dessa situação que o diálogo com o sujeito nacional brasileiro, aqui representado pela tramitação de um documento que ateste identidade e reconhecimento, é um ponto extremamente tenso, pois ele vai mais em direção do impasse do que em direção do contraditório.

Tomando outra perspectiva nessa reunião de imigrantes, observamos que é de dentro do próprio movimento que se projeta a *contradição*. Isso ocorre porque, embora haja um objetivo comum de contestar a imagem que é mostrada desse sujeito imigrante hispano-americano, por parte dos representantes institucionais do sujeito brasileiro, esse mesmo objetivo torna-se restritivo quando nele reúne um todo, que se compõe de diferenças, ou seja, quando ele reúne representantes de vários países em um só traço. Nessa iniciativa, realiza-se o apagamento das características que identificam o imigrante a seu lugar de origem, a seu país de origem. Podemos dizer que, na procura desse ponto de equilíbrio que uma identidade social permite, o processo de identificação perde seu vigor. Mas deixaremos isso em suspenso para tratar com mais propriedade no segundo ponto.

Deslocando um pouco o eixo identidade-documento, observamos um outro aspecto relativo à lei que aparece entre os imigrantes originários de países que fazem fronteira com o Sul do Brasil. Refere-se aos caminhos que a lei no Brasil apresenta quando indica aspectos culturais. Vejamos dois trechos que ilustram essa situação:

*“...meu avô, meus tios, não deixavam minha mãe e sua irmãs falar em português, não gostavam (...), elas falavam escondidas para contar-se coisa que não queriam que os demais ouvissem...(...) eles falavam da guerra, de uma guerra com o Brasil, que eu não me lembro, não me recordo bem..., mas diziam que os brasileiros eram bandidos, sem lei...”*

Ainda em outro momento da entrevista comenta:

*“...estando fora do país, sendo estrangeira, ...eu falo uma coisa que eu li, a gente pode exercer a capacidade da **ignorância**, ...a gente pode falar com mais liberdade, falar o que a gente acha, sem medo do que vão achar,...já no Uruguai se conhece todo mundo,...já sei as críticas que vão fazer, ...o que vão dizer....” (V., imigrante uruguaia, grifo nosso)*

Esta é uma imigrante uruguaia que manifesta esse jogo do dentro e fora da lei, na qual há uma oscilação sempre se resolvendo por esses dois pontos. Pelo discurso familiar, considera-se o brasileiro um fora da lei, implicando que o “brasileiro” não reconhece os interditos que dominam no Uruguai; assim, parece implícito que o brasileiro pode “transgredir”. Contudo, as mulheres trocam seus sentimentos em foro íntimo em português, ou seja, é em língua brasileira que as coisas que a elas importam podem ser ditas. Dessa maneira, os interditos no universo espanhol do Uruguai podem ser driblados nessa outra língua que diz de um outro lugar – de um lugar que se apropria da lei de uma maneira diferente.

A reedição dessa questão ocorre quando ela, já em situação de imigrante, sente-se com capacidade de exercer a *ignorância* de um não saber dos interditos, conforme a posição de quem não reconhece com clareza as marcas do interlocutor e, portanto, “tudo pode ser dito”. Todavia, o português parece convocar a falar do que interessa às mulheres e, sendo assim, a ignorância está mais vinculada à possibilidade de encontrar certa liberdade que lhe dê subsídios para um “querer”, subsídios para o exercício do desejo.

Uma outra entrevista que nos mostra a relação com questões relativas à lei e cultura é a seguinte:

*“bueno....cuando vivía en Ciudad del Este empecé a tener contacto com todo eso de aqui, .... antes de vivir en Ciudad del Este, vivia en un pueblo bastante lejano, no?!, com mis padres y yo no tenia la idea exacta del pais, sabia lo que veia en los libros de geografia y claro muchos estereótipos, no?!, en aquel tiempo, sobre....., siempre me recuerdo, siempre identificavamos.....el negro sacando la cartera.....robando.... una visión muy reducida, bien....y otra cosa sobre la mujer brasileña, que era muy liberal no?!, que permitia todo, se decia que eran más liberales, que habia más tolerancia. En que sentido? R: en el sentido de infidelidad, era tan comum, decian no?!, que era muy comum entre las brasileñas y que claro en esa época ya existia el divorcio, que era muy comum que se divorcieran.” (T., imigrante paraguaia)*

Nessa outra passagem observamos nas manifestações do preconceito uma curiosidade com relação às maneiras de conceber a lei. Se, por um lado, há o roubo que o negro pode praticar com certa agilidade, tirando algo de um outro, também há o amparo da lei que permite às mulheres através do divórcio consolidar o lugar de escolha no casamento. Novamente, temos a

oscilação entre duas pontas, assim como algo pode ser tirado, algo também pode ser reivindicado.

Chegando nessas considerações, entendemos que o exercício da cidadania apresenta-se nos impasses de perder e ganhar uma mobilidade diferente. Há uma especulação em torno a essas questões e, com isso, as versões da lei relativizam-se na perspectiva do imigrante.

Os depoimentos expostos, ao traçar essa problemática da lei, parecem encontrar ecos, mais uma vez, nas formações discursivas marcadas pela historicidade que demarca a relação de fronteira entre os universos espanhol e português em disputa, entre os quais a lei de um coloca em questão a lei do outro. Entendemos também que a lei, ao tratar dos interditos em cada cultura, assinala, nesses mesmos interditos, aquilo que interessa, ou seja, deseja-se o proibido. Disso decorre que a forma de interrogar os atributos da lei, seja a respeito da ordem institucional nacional, seja a respeito das leituras da lei dentro das características culturais marcadas pela historicidade de uma forma mais abrangente, assinalam questões relativas à organização do desejo. Procuram-se as condições do desejo e, por conseguinte, uma forma de relação com o simbólico.

### 3.4.3 A organização político-religiosa no discurso do imigrante hispano-americano

A comunidade hispano-americana organizou-se notadamente em torno da instituição religiosa católica, trazendo assim influências decisivas na organização desse discurso. Isso passa a constituir uma marca acentuada na construção do discurso do imigrante hispano-americano. Uma das considerações que estão em pauta é o fato de que essa instituição religiosa já tem um direcionamento à problemática do imigrante, existindo uma leitura a respeito dos impasses que essa condição comporta, pois a congregação Scalabriana nasce junto às preocupações da imigração italiana Pós-Segunda

Guerra. Quando a imigração italiana acontece, nesse contexto migratório, ela apresenta as marcas de uma imigração traumática. Da mesma forma, quando a imigração hispano-americana surge, também assume características similares, o que leva a sedimentar um tipo de acolhida específica do acontecer traumático da imigração. Apreciamos isso na seguinte passagem:

*“También la Iglesia de la Pompéia, conjuntamente com el CIBAI-Migrações reaviva su história y enfrenta los nuevos desafíos. Esta parroquia nació exactamente para atender una finalidad: LOS IMIGRANTES. Evidentemente los italianos de la pos-guerra (1945-1960), merecieron por primeros la atención de la iglesia y de la congregación Carlita. Asi como hace 100 años atrás en adelante por ser los más abandonados, tocaron el corazón de Scalabrini, que buscó una respuesta concreta en el seno de la Iglesia Universal.*

*Desde 1980 nuevos inmigrantes aparecen en la escena: son los HISPANO-AMERICANOS. Estos son los más necesitados de casi todos los inmigrantes. Merecen por lo tanto una atención particular en nuestro corazón “Scalabrino”, en la Iglesia de Porto Alegre y del Rio Grande do Sul.”( Boletim CIBAI-Migrações n° 1, enero, febrero y marzo de 1992)*

Apreciar ambas as imigrações significou principalmente dar consistência a um momento histórico marcado por tensões que induzem esse gesto migratório. Temos também uma perspectiva da igreja católica que se destaca nesse contexto e que tenta encontrar uma fórmula para efetivar uma relação possível entre igreja e imigrantes. Digamos que há uma tentativa de assimilar esses acontecimentos em um padrão que a igreja possa interpretar e assim tentar um tipo de ação. Vemos que esse tipo de relação se estrutura quando se abre nesse horizonte uma preocupação acentuada por *integrar* os imigrante ao meio. É nesse âmbito que se desenvolverá a convivência entre igreja e reunião de imigrantes hispano-americanos.

Constatamos, por sua vez, que essa relação, segundo consta no nosso material de arquivo, apresenta diversas fases, e se consolida, em meio a vários percalços, o amadurecimento de um discurso. Acompanhando o desenvolvimento desse vínculo, observamos, em um primeiro momento, que ele surge a partir da decisão da religiosa Rita e do Padre Joaquim, em 1º de junho de 1980, ao ver a grande quantidade de imigrantes hispano-americanos deslocados e fragmentados pela articulação das leis, que os deixavam fora de contexto e em situação precária. Essa tomada de decisão fez com que se olhasse para a falta de recursos que tal situação criava e que impossibilitava, como já vimos, a construção de identidades no processo discursivo do contexto brasileiro.

Observa-se uma falta de legitimidade do sujeito dentro do contexto das representações. No caso do imigrante que aqui tratamos, a representação ficara incompleta pela falta de documentação e, portanto, em estado de ilegalidade. Digamos que há nesse momento um sentido foracluído<sup>28</sup> da presença do imigrante hispano-americano.

A reunião de imigrantes que acaba organizando-se toma características de uma militância que principalmente os ajude a interpretar essa situação e, assim, poder observar uma possível identidade a ser construída. A trama de uma *consciência política* toma um lugar privilegiado ao observar as diretrizes a serem conduzidas nessa situação. Por sua vez, como vínhamos anunciando, tal militância, ao se ver organizada em um recinto religioso carlista, cria também um diálogo intenso com os paradigmas que coordenam o funcionamento cristão.

Julia Kristeva apresenta uma reflexão importante a esse respeito, quando aborda as considerações do apóstolo Paulo no pensamento cristão, determinando para esse âmbito um olhar sobre a estrangeiridade enquanto um dos fundamentos presentes no cristianismo. Paulo procede a uma

---

<sup>28</sup> Foraclusão é um termo desenvolvido por Lacan para tratar da relação do significante com a estrutura psíquica no qual se considera justamente o fato de uma articulação de palavra ser emitida, porém ela não é aderida de forma plena ao funcionamento do significante. É mais ou menos o caso de alguém num jogo de futebol que marca um gol e o árbitro invalida o gol, não o considera. O ato foi feito, mas não foi legitimado.

identificação do Cristo com a igreja, sendo que aqui se trata do Cristo ressuscitado, aquele que sofre uma passagem da morte para a vida. Integrase a essa leitura a concepção de eucaristia, participação do corpo de Cristo. Forma-se, assim, a equação Cristo-igreja-corpo, da qual Kristeva (1984, p. 86-87) comenta o seguinte:

Essa tripla equação entre o Corpo do Cristo ressuscitado, a igreja e a eucaristia não é somente uma sutileza teológica. Certamente ela tem o mérito de abordar o gnosticismo e de transpor a figura judaica de um Adão criado por Deus numa transcendência que faz do homem novo, não um ser criado, mas um “ser espiritual” já habitado pelo Outro. Mas para compreender o poderio da comunidade eclesial, é preciso meditar a unidade Igreja-Cristo ressuscitado –Eucaristia. Uma unidade dessas permite reconhecer, na transição do real ao simbólico (e vice-versa), uma lógica que engole e acalma a psicose do estrangeiro. Melhor que as soluções jurídicas, que se dirigem a sua neurose, ou que a imersão orientalista no seio da deusa –mãe, a igreja paulina leva em conta a divisão passional do estrangeiro, considerando a sua divisão entre dois países do que entre duas ordens psíquicas no interior de si mesmos, de um mesmo vagar entre carne e espírito, vida e morte. Ora, não é o que impõem à sua experiência pessoal a ressurreição do Cristo, a sua transfiguração e a nossa Eucaristia?

Entendemos que não significa pouco a resolução psíquica de integração que esse estrangeiro consegue significar a partir da formação discursiva católica. Acompanhamos isso com mais atenção quando constatamos que o eixo principal do discurso do imigrante hispano-americano gira notadamente em torno a esse significante *integração*. Significante que condensa a problemática desse sujeito de integrar seu corpo ao corpo social, sua história a uma história identificada, seus sem-sentidos aos sentidos. A estrutura ao redor desse significante tomará um ritmo próprio, que tentaremos acompanhar a seguir.

O material pelo qual nos orientamos para acompanhar esse deslizamento dos sentidos encontra-se no informativo CIBAI- Migrações<sup>29</sup>, que representa o meio de comunicação utilizado por esta comunidade de imigrantes para transmitir opiniões, experiências e andamento das políticas migratórias. Extraímos desse material dois pontos que chamaram nossa atenção. São eles principalmente duas versões que tentam abordar essa problemática da *integração* dentro da comunidade hispano-americana.

Em uma primeira abordagem, constatamos a formação discursiva católica, que acima comentamos, instaurando essa recomposição da unidade que o estrangeiro se vê compelido a materializar, pela própria angústia que produz a experiência do sentimento de divisão que ele tem. Observemos um pouco como isso aparece. Em 1990, no editorial de fevereiro /março do informativo CIBAI-Migrações apresenta a seguinte chamada:

*Lazo de Unión*

*“.....tu bien sabes que la familia de la pompeya no es solo un boletin...es mucho más. Es todo un pueblo formado por personas provenientes de todos los países de hispanoamérica com sus diferentes culturas que la **providencia**, a través del fenómenos de las migraciones trajo a vivir en Porto Alegre....el boletin es un LAZO DE UNIÓN entre los emigrantes”*

E posteriormente segue:

*“una de las consecuencias más dolorosas de la emigración es justamente la desintegración de la familia: algunos vienen ..., otros se quedan allá..., otros mas parten para otros rumbos... y la Pompeya quiere ser un poco esta familia en la cual los imigrantes sientan la presencia de*

---

<sup>29</sup> Estes boletins foram consultados no arquivo da própria instituição, encontrando material principalmente a partir de 1989 a 2002. Temos notícias dos anos anteriores através do próprio boletim ou ainda das pessoas da instituição.

*otros inmigrantes, que no por la sangre sino por la “aventura” del éxodo, los hace hermanos, los identifica como familia suya.”(grifos nossos)*

Assinala-se, assim, uma nova forma de *integração* que o imigrante pode encontrar. Ao formar uma outra família que se resolve pela experiência da imigração, “*unidos no por la sangre sino por la aventura del éxodo*”, vemos a passagem de uma organização familiar nuclear para uma organização familiar universal. É nessa providência divina que os lança na experiência do êxodo, que há a possibilidade de encontrar uma família maior. Define-se por essa via uma perda das particularidades que são demarcadas pela família nuclear, porque é na família nuclear que as marcas de uma filiação são discursivizadas dentro da tradição familiar, assim como cada elemento da família é parte de uma história particular. Encontrando uma nova forma de relação, a uma família universal, essas particularidades ficam em segundo plano, minimizadas pela relação a esse todo que defende a vinculação à noção de humanidade.

Modificam-se por essa operação as condições de um nova unidade, que representa a unidade imaginária essencial à estruturação da unidade egóica, responsável pelas condições de enunciação. Digamos que a unidade imaginária encontra uma nova via de expressão por onde organiza sua enunciação.

No contraponto a essa totalidade familiar, cria-se no mesmo proceder o estranhamento, pois deixar as marcas da origem é desconhecer-se. Dizer-se imigrante hispano-americano, em vez de uruguaio, argentino, chileno, peruano, paraguaio, boliviano, representa abdicar de elementos importantes da história das filiações em que cada sujeito foi gerado. Cria-se, com essa situação, um espaço contraditório. Estamos falando de uma contradição específica inaugurada nessa negociação com o discurso católico.

Avançando mais um pouco na construção desse discurso, encontramos uma outra maneira de se relacionar com essa articulação de

grupo e integração, como passamos a apreciar no boletim de agosto/setembro do mesmo ano de 1990:

*“mientras nuestros gobernantes discuten la integración a nivel político y firman acuerdos de carácter económico, **nosotros los emigrantes, vamos construyendo la integración desde abajo a nivel de las personas, intercambiado culturas, costumbres y todos los demás valores propios de cada pueblo.***

*Tenemos que avanzar en el sentido de una verdadera mentalidad latinoamericana (grifos nossos) que coloque al hombre en primer plano y no al capital o a una ideología como la há sido hasta ahora; asumir un nuevo espíritu no de desinterés o de yuxstaposición sino de diálogo entre razas y culturas que nos hará crecer a todos.*

*Bolívar , San Martín y otros próceres de nuestra historia ya pasaron, pero sus ideales de unificación de las Américas continúan vivos en el alma latina. Tenemos que despertar esta conciencia, reavivar esta llama y seguir luchando por una verdadera integración. Sin embargo, tenemos que superar muchas trabas y barreras; y esto, a veces , dentro de nosotros mismos.....tenemos que superar nuestros nacionalismos ultrapasados y abrirnos a horizontes más amplios. Assina Alejandro.”*

Aqui se manifesta outra posição a respeito do significante *integração*; *ela* pretende uma reflexão a respeito da identidade latino-americana, ou seja, a argumentação gira em torno de uma integração verdadeira entre países da América Latina. Nessa união é projetada a possibilidade de fazer frente à relação de força junto a países desenvolvidos. Deriva-se dessa chamada o apelativo de que “a união faz a força”, deixando transparecer alguns pressupostos de uma de esquerda política, que opera com a interpretação das relações de poder, assim como a abordagem de idéias libertárias. Ao levantar as bandeiras de Bolívar e San Martín, é disso que se trata, já que esses dois personagens são os ícones da luta anticolonial que ajudou na independência

de várias nações da América espanhola. Vale a pena lembrar que Bolívar aspirava também à Confederação dos estados da América do Sul.

Nessa trama, acompanhamos a manifestação da inserção das propriedades discursivas no discurso político, que esteve no marco dessa imigração, produzindo o semblante ameaçador que a condição do revolucionário comporta. Entretanto, conforme vamos constatando, essas idéias políticas estiveram sob os efeitos de um certo *recalque*, o que explica o fato de que o aparecimento desses discursos só venha a se afirmar com nitidez quando o processo democrático no Brasil encontra-se bem avançado. Isso resulta em uma impressão de anacronismo. Contudo, reconhecemos que, apesar da anacronia, há aqui um momento particular, pois acontece o *dizer*, em que se afirma no discurso aquilo que se sustentou por muito tempo de modo implícito.

Em nossa análise, há ainda outro registro, desenvolvendo essa linha política, que merece ser reproduzido do *boletim*. Em 1993, é organizada uma Romaria do Trabalhador, noticiada nesse informativo e trazendo o seguinte anúncio:

#### “ROMARIA DO TRABALHADOR

Dia 1.º de maio acontecerá na cidade de Pelotas a **4ª Romaria Estadual do Trabalhador**, promovida pelo regional Sul III da CNBB. Todos os trabalhadores do Rio Grande do Sul são convidados a participar. E os **Migrantes?...** Por que não marcar presenças com faixas, cartazes e símbolos, mostrando sua luta por “um lugar ao sol”?.” (Informativo CIBAI-Migrações, n.º 03, 1993)

Vemos nessa chamada duas considerações. Primeiro, temos uma convocação para participar da luta trabalhista dentro do processo histórico brasileiro, que significa refletir sobre as condições em que o trabalho é concebido e simbolizada no lugar. Por outro lado, temos a questão: *E os migrantes?...* Essa interrogação aparecendo com reticências torna-se significativa, à medida que deixa um espaço a questionar sobre a própria

inserção do imigrante, no qual aparece implicada ainda outra interrogação, que nós traduzimos da seguinte maneira: *além de imigrante, que outra coisa está em questão? O que se produz a partir desse lugar, que parece estar fora das reivindicações de um lugar ao sol? De um lugar à luz do que os outros podem ver?* . Dessa maneira impele-se a esse sujeito no próprio papel que ele tem a desenvolver, propondo não deixar em branco esse intervalo. Cremos que a chamada à identificação com a causa trabalhista é uma tentativa de preencher esse espaço em branco, pois imigrante sem alguma caracterização é o próprio espaço em branco, enigmático.

Quando essas considerações são expostas, aparece uma concepção que indica o agrupamento dos imigrantes hispano-americanos nos moldes de um movimento politizado. Falamos nas marcas de uma militância.

Entretanto, ao considerar essa FD, que aqui chamaremos *FD política*, cabe perguntar até que ponto ela não se distancia ou rompe com a FD católica que abordamos no primeiro momento. Cremos que não chega a se concretizar uma ruptura, pois nesse caso a FD católica e a FD política estão em sintonia, e ainda a FD católica pela sua organização acaba abrangendo essa orientação política. Fica mais claro quando nos deparamos com outras proposições que acabam definindo-se no discurso religioso, a respeito das políticas migratórias, as quais ampliam o objetivo estritamente evangelizador. Isso não significa que se perca a dimensão evangelizadora, mas ela é colocada entre outros eixos importantes que definem essa FD. Entre esses outros eixos, encontramos a promoção de ações concretas na esfera pública de políticas sociais. Acentua-se, assim, a convivência estreita entre estas duas posições discursivas, a católica e a política.

A ação dessa FD católica que acompanhou o processo das políticas migratórias, é vista durante parte da década de 80, toda a década de 90 e o começo de 2000, e da mesma forma, como fizemos anteriormente, recolhemos o material junto aos boletins produzidos na instituição. Destes escolheremos três momentos em que se reflete com mais nitidez essa investida. Observamos o primeiro momento no comunicado feito em 1993, a

partir do chamado *Documento de Santo Domingo*, que mostra as posições definidas a partir da reunião de Bispos. Acompanhemos aqui alguns trechos:

“Las culturas en el Documento de santo Domingo

Entre los valores que los obispos destacaron en la conferencia de Santo Domingo, aparece en primer plano el valor cultural.

En **la evangelización** es necesario tener en cuenta el modo próprio e histórico de ser y de actuar, o sea, las diversidades culturales. El bagaje que cada pueblo lleva consigo hace parte de su historia, encarnación, riqueza y también de los propios límites.

La cultura de un pueblo no es solo un vestido que se puede cambiar según la moda de los tiempos, porque cada cultura lleva consigo valores y tradiciones que tocan la identidad étnica.

La evangelización es llamada a considerar este factor importante. El evangelio entra en un pueblo a través de la encarnación y de la inserción en la cultura, como lo hizo Jesús.”

Posteriormente segue:

“Este discurso es importante cuando pensamos en la integración latino americana que los pueblos deste hemisferio son llamadoa a llevar adelante.

En este continente multiétnico y pluricultural (244) no podemos nivelar razas y culturas diferentes y tampoco defender la superioridad de una sobre la otra. Aquí conviven en general pueblos aborígenes, afroamericanos, mestizos y descendientes de europeos y asiáticos, cada cual com su propia cultura que los situa en su respectiva identidad social, de acuerdo com su cosmovisión de cada pueblo, pero buscan su unidad desde la identidad católica.

Com nuestros hermanos indígenas y afroamericanos, somos llamados a desarrollar la consciencia del “mestizaje” racial y cultural y a favorecer la promoción humana de las étnias com los propios valores: culturas pré-colombina, latino-americana, mestiza, occidental, sin hablar de la cultura moderna, rural y urbana...Qué variedad! Que desafío a nuestra fé!” ( Boletim CIBAI–Migrações, nº 05, 1993)

No documento, observamos que as políticas migratórias trazem para o discurso uma proliferação de vozes que remetem ao campo histórico e cultural que a América Latina expressa desde o seu surgimento. Parece que essa FD católica tenta fazer uma releitura dos fatos no qual ela teve uma participação importante se nos reportarmos à própria época da colonização, em que essa instituição definiu um destino subjugado através da evangelização. Lembremos que a evangelização avançou no desconhecimento das diferenças étnicas e culturais. Quem não se reconhecesse como católico não era considerado parte da humanidade. Por sua vez, esse primado da evangelização continua sendo proposto nesse documento ao oferecer uma *identidade católica* que integraria as diferenças, o que leva a pensar que se aceitam as diferenças desde que elas compartilhem de uma identidade única (católica). Contradição interna no discurso que remete à contradição histórica em torno das diferenças culturais dentro da própria constituição dos povos na América Latina, nos quais foram erguidas as igrejas católicas nas bases de outros templos.

Com esse universo de representações, a problemática da imigração latino-americana toca nas fendas históricas pouco resolvidas e, ao mesmo tempo, serve de apoio para a promoção de uma releitura do discurso católico frente à diversidade étnica e cultural do nosso continente. Trata-se de uma dívida histórica que se reintegra ao espaço social.

Outro aspecto em que as duas FDs a católica e a política reúnem-se aborda a promoção de intercâmbios comerciais dentro do continente. Existe aqui uma crítica à concepção de integração promovida somente no âmbito econômico, deixando de fora os aspectos culturais, acima mencionados. Juntamente, analisa-se a situação *do imigrante e refugiado* nesse contexto. Tais posições aparecem nas notícias divulgadas a respeito do *Primeiro Encontro Nacional de Assistência e Defensoria de Migrantes e Refugiados*, promovido pelo Centro Scalabrino de Estudos Migratórios de Brasília. Para

ele, foram convocados várias instâncias da vida pública como órgãos do governo e instituições ligadas aos direitos humanos. Dessa divulgação recolhemos as seguintes passagens:

“vivemos hoje uma situação complexa e contraditória no que se refere às migrações. Estamos num mundo cada vez mais globalizado, tanto na esfera política e econômica quanto cultural. Mercadorias circulam livremente pelos países. Ampla é a liberdade de circulação no que tange ao comércio e os valores financeiros. Enquanto isso, fecham-se cada vez mais as fronteiras para as pessoas, para os trabalhadores, para a mobilidade humana que a globalização provoca. (.....)

Cada vez mais os estados Nacionais tendem a intervir na problemática das migrações de forma impositiva, com legislações rígidas, violando direitos sagrados de ir e vir, bem como o de buscar alternativas de vida digna e de segurança, muitas vezes negados pelo próprio Estado que tem como dever precípua proteger e assegurar a vida e a dignidade de seus cidadãos.

Este procedimento repressivo, além de tirar das migrações aquele caráter de desenvolvimento econômico, cultural e social que historicamente possuem, dá margem a violações dos Direitos Humanos e ao surgimento de formas do neo-racismo, de comportamentos xenófobos, discriminações e preconceitos. Essa concepção arbitrária leva a ver e considerar o migrante, estrangeiro ou não como inimigo, como um concorrente perigoso.

(...) se por um lado, reconhecemos a necessidade de prevenir as migrações ilegais, necessário se faz também criar mecanismos duradouros e permanentes de cooperação internacional, de proteção, segurança e liberdade, que promovam a estabilidade política e superem o subdesenvolvimento, para favorecer a redução das causas que, no interior dos países, **são geradoras de refugiados e de migrações forçadas.(....)**

Vivemos no Brasil, um momento de democratização que também deve se refletir na questão dos migrantes e refugiados. Na medida em que o país reconhecer o direito dos estrangeiros que nele residem, teria mais força moral para exigir consideração para o elevado número de brasileiros que vivem no exterior.” (Informativo CIBAI-Migrações N.º 06, Porto Alegre, 1996)

A crítica às políticas migratórias aguça-se, aparecendo uma menção explícita sobre *os refugiados*, ou seja, aqueles que têm de sair em caráter forçado do seu país por impasses políticos. Ora, há uma dúvida que se depreende se considerarmos que, durante todo o período da edição desse boletim, há sempre registros muito sutis a esse respeito; ao explícito das políticas de expulsão aplicadas nesse continente durante os governos militares. É a imagem do imigrante hispano-americano empobrecido à procura de melhores condições de vida que é destacada. Não é o imigrante refugiado que aparece nessa realidade discursiva. Então, por que surge ele agora, explicitamente reivindicando espaço? O que acontece nesse momento já bem avançado da democracia no Brasil? Constatamos que há um fator que faz levantar o véu com relação a esse assunto: trata-se notadamente da preocupação que vem sendo abordada sobre a realidade no continente africano, especificamente relacionado aos massacres provocados em Ruanda, que levaram milhares de pessoas a uma fuga desesperada. Trata-se de um reflexo no espelho do acontecido com América Latina.

Tal preocupação com Ruanda pode ser vista em alguns comunicados a partir de 1994, em que se registra uma reunião acontecida no Rio de Janeiro de 23 a 25 de maio desse ano, que contava com sete representantes da América Latina e funcionários da ANCUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), para tratar das políticas internacionais sobre refugiados. Destaca-se, nesse momento, o genocídio em Ruanda que em dois meses registra 1,5 milhão de vítimas. Já essas estatísticas não são definidas com clareza para a América Latina.

Creemos, então, que esse destaque no discurso, em 1996, reflete as conseqüências que abarcam outra realidade, não tão próxima, que nos obrigue a falar das condições da própria política no Brasil. Dessa maneira, encontramos no explícito desse discurso um implícito que ainda está se resolvendo, situando o lugar que cabe a cada um na trama desse impasse histórico. Os efeitos de fronteira mais uma vez se fazem presentes, com seu contraditório específico. É à medida que a fronteira é separada por um

oceano, como acontece com Ruanda, que o “que pode ser dito” organiza-se melhor.

Vemos refletida, essa mesma relação de distância e proximidade relativas à realidade imigrante, quando consideramos outras migrações que vieram de outros continentes como o europeu e asiático. O estatuto do imigrante fica melhor resolvido porque a distância é maior. Já a proximidade das fronteiras com os imigrantes da hispano-américa muitas vezes não deixa o intervalo necessário para resolver essa questão. Talvez seja porque, ao atravessar a fronteira, pode-se voltar às origens?

O terceiro e último momento na construção do discurso do imigrante que aqui tratamos é identificado quando aparece uma organização específica iniciada por encontros regionais de imigrantes hispano-americanos a partir de 1987. Aqui se reúnem os imigrantes latinos para produzir discussões a respeito das políticas migratórias, tendo como eixo principalmente a modificação da *lei do estrangeiro*. A proporção do movimento amplia-se, chamando também para uma organização articulada entre vários Estados do Brasil.

A força desse movimento junto a outras instâncias engajadas na causa dos direitos humanos, é expressa na mudança do texto na Constituição Federal, em 1988, como bem o mostra Margherita Bonassi (2000), quando compara esse texto mais recente com um outro referente à lei do estrangeiro datado de 1980, que aqui reproduzimos.

Comparação entre o A) art. 2.º do Estatuto do estrangeiro (1980) e  
B) os artigos 1.º, 3.º e 4.º da Constituição (1988)

**A) ESTATUTO DO ESTRANGEIRO**

**Lei 6815, de 1980**

Título I

## **DA APLICAÇÃO**

**Art. 2.º** - Na aplicação desta lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional

## ***B) CONSTITUIÇÃO FEDERAL***

**De 1988**

**Título I**

### **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1.º – A república federativo do Brasil(...) tem como fundamentos; (...)

II –a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana; (...)

Art. 3.º ...objetivos fundamentais (...):

(...)

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4.º (...)rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II – prevalência dos direitos humanos (...).

Parágrafo único: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

O contraste entre esses dois textos demonstra a abertura que em 1988 começa, mostrando principalmente “mudança de postura do legislador” (Bonassi, p. 69), induzindo uma representação renovada a respeito do imigrante hispano-americano. Também outra relação de intercâmbio projeta-se nesse acontecimento. Com isso, estamos diante da mudança de paradigmas que regem as formações discursivas em torno do sujeito nacional e que afetam diretamente a representação do sujeito imigrante hispano-americano.

Com base nesse passo, consegue-se mais um ápice dessa organização quando no final de 1990, se faz o “1º Encontro Nacional de Imigrantes Latinos”. E, em 1992, cria-se uma carta de reivindicações que foi enviada ao Congresso Nacional. Alguns dos pontos abordados são os seguintes:

1. RNE DEFINITIVO: - Que o registro Nacional de Estrangeiros seja de fato definitivo.
2. PROTOCOLO- a) com o protocolo de Permanência definitiva, o imigrante tenha direito, pelo menos, à carteira de trabalho.  
b) No protocolo constem os dados de identificação do portador e não somente códigos(dificuldades em repartições públicas)  
c) Não exigir tradução de nenhum documento de língua latina para tramitar radicação no país, assim como nenhum documento de estudo.
3. RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS- Ao imigrante de carteira definitiva, sejam reconhecidos os diplomas do país de origem.
4. DIREITOS DO TRABALHADOR- No art. 24.V, seja dada a permanência de cinco anos também para o trabalhador.
5. DIREITO À ESCOLA- Que toda criança, segundo o estatuto da criança e do adolescente N.º 8069 de 13.7.90, tenha direito à escola independente da situação legal dos pais.
6. EM FAVOR DO FORMADO- Possibilitar a Identidade de Permanência Definitiva aos estudantes, com visto temporário, que se formam e optam por permanecer no Brasil.
7. NACIONALIDADE DE OPÇÃO- Para naturalização, não exigir no juramento a renúncia da nacionalidade de origem (violência à pessoa humana); sugerimos fórmula: “Além da minha nacionalidade de origem, assumo minha nacionalidade de opção”
8. DIREITO AO VOTO- Dar ao imigrante radicado no país, mesmo sem ser naturalizado, o direito de votar no município onde reside e paga impostos.
9. DA PRISÃO- a) conceder aos presos de outros países a imediata expulsão, com prejuízo da pena, logo que tenha direito à liberdade condicional. “todos somos iguais perante a lei”.

- b) Providenciar tudo o que se precisa para que a expulsão se proceda imediatamente no fim da pena, para evitar a prisão administrativa ( onerosa para o país e incômoda para a segurança e o apenado) .
10. DESCENTRALIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO- a) descentralizar em Regionais o Aparelho Administrativo com a participação de Entidades Cíveis no Conselho de Imigração, a fim de limitar ao máximo as práticas burocráticas
- b) Favorecer a acolhida humana especialmente nas fronteiras.
11. ADEQUAÇÃO À NOVA CONSTITUIÇÃO- Sugerimos como “Disposição transitória” aproveitar adequação da lei do Estrangeiros à Nova Constituição para regularizar a situação dos imigrantes indocumentados. (Passariam a ser tributários e o Brasil teria força moral para exigir igual tratamento para milhares de brasileiros que optam viver em outros países).  
(reprodução feita a partir do Boletim CIBAI- Migrações, nº 01, Janeiro/fevereiro/março, 1990)

Nessa pauta, são sintetizados os pontos de atrito entre as políticas migratórias e a trajetória desse movimento dos imigrantes hispano-americanos. É sintetizada também a construção de uma via de acesso ao discurso com o sujeito nacional brasileiro. Pede-se que se reconheçam os nomes, pois os registros eram feitos só com numeração. Pede-se que sejam aceitos os filhos no *curriculum* escolar. Pede-se que sejam reconhecidos o preparo profissional, assim como a atividade laboral de quem já está inserido no trabalho, e ainda se solicita o trânsito facilitado entre línguas latinas. Enfim, essas reivindicações nos dão o indicativo de uma história lavrada por esse movimento que começou completamente disperso.

Por sua vez, no amadurecimento disso, estão pautados os pontos de inserção no processo histórico brasileiro. É pela materialização desse suporte dentro do texto, e digamos aqui, texto enquanto discurso, que o imigrante capta a sua imagem nesse mapa e expressa os efeitos de identidade possíveis nesse real histórico.

Há um momento de efervescência em todo esse período, quando tais textos são editados, consolidando a posição desse imigrante; contudo, outra dinâmica começa a cobrar corpo dentro dessa organização. São as comunidades individualizando-se, ou seja, começam a se oficializar os agrupamentos enquanto nacionalidades, é criado o clube uruguaio, o argentino, o peruano e o chileno, entre os que mais se destacam, há uma retomada das particularidades. Não entraremos nas singularidades aqui, mas as nomeamos como efeitos de uma trajetória.

Com isso, observamos que o desenvolvimento desse discurso tem efeitos importantes, contando com três anistias para os imigrantes ilegais, uma em 1981, a outra em 1988 e a última em 1998, que concedeu a legalização de muitos indocumentados. Cabe referir, contudo, que após esse momento histórico, tal militância perdeu sua força. No final da década de 90, já aconteciam poucas reuniões no recinto da Igreja da Pompéia, havendo uma dispersão quase que completa.

O próprio boletim do qual retiramos toda a informação para nossa pesquisa perdeu sua força. Atualmente, trata somente de assuntos da igreja e atividades internas. Retira-se com isso, a sua consistência para a fundamentação do discurso que aqui nos interessa.

Assim, chegamos à conclusão de que esse discurso fez parte de um *acontecimento* durante o período que começou com as ditaduras militares e que declinou com a abertura das democracias na América Latina. Com isso, acompanhamos o funcionamento das formações discursivas que se realizam entre o processo que vai da dispersão para a unidade e da unidade para a dispersão, afetando profundamente o enlace do processo discursivo que tramita os efeitos de sentidos entre esses interlocutores<sup>30</sup>. Por esse motivo, os interlocutores também sofrem os efeitos de identidades possíveis, que vão modificando-se no jogo de lugares dentro das próprias FDs.

As formas de identidade do imigrante hispano-americano no século XXI ainda estão por se definir: O movimento continua.

---

<sup>30</sup> Os interlocutores em questão são o sujeito nacional brasileiro e o sujeito imigrante hispano-americano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho da conclusão de um estudo deixa-nos no compromisso de tentar produzir um fechamento, o fechamento de um percurso feito nas idéias e na escrita. Isso significa um trabalho árduo na medida em que o apego ao texto está integrado ao dia-a-dia, e concluir é um pouco um adeus. Por outro lado, concluir quando muitas interrogações permanecem, parecem-nos um efeito contraditório. Mas cremos que observar esse contraditório propõe nosso próprio lugar dentro dos efeitos de sentidos. Assim, somos levados a considerar a nossa presença nas condições discursivas e, desse ponto de vista, proporemos então uma noção das *conseqüências* do nosso trabalho enquanto efeitos de chegada e efeitos de partida.

Quando iniciamos nosso estudo, começamos com a preocupação do acontecimento de uma imigração ainda pouco discursivizada. Aparentemente, esse fato era devido às condições de proximidade do Brasil com os países limítrofes, dos quais eram provenientes esses imigrantes. Sendo assim, o sujeito imigrante hispano-americano era abordado como sujeito familiar ao espaço social brasileiro, pelo menos rio-grandense. Contudo, o efeito de “*evidência*” acabou sendo desfeito quando começamos a ver os não-ditos desse recorte migratório. Vimos ali as condições do silenciamento histórico na forma de censura que esse imigrante portava, devido às políticas decorrentes das ditaduras militares que assolaram toda a América Latina no período da década de 70.

Observamos, também, as maneiras pelas quais se desenhava o olhar do sujeito brasileiro a respeito da presença do imigrante, de acordo com as condições históricas presentes no universo simbólico no Brasil. Tomamos

essas representações na perspectiva dos modos de diálogo do sujeito brasileiro com o estranho, com o diferente, com o outro, presente no seu contexto. Apreciamos várias possibilidades de leitura dessa alteridade, estando em alguns momentos na própria constituição do sujeito brasileiro e, em outros momento, numa distância radical, principalmente após a política getulista da década de 30, que representou um marco para às políticas nacionalistas que se seguiram, exacerbando o lugar do sujeito nacional brasileiro. Essa posição aguçou-se muito mais quando a ditadura militar estava na direção do país.

Especificamos, por outro lado, o trato com o imigrante hispano-americano no Rio Grande do Sul, pautado pela relação litigiosa com o espanhol decorrente da própria fundação dessa região, principalmente se considerarmos os entraves entre espanhóis e portugueses desde o tratado de Tordesilhas.

Esse item pareceu-nos de suma importância, pois ele nos permitiu considerar os efeitos do imaginário que se punham em cena no diálogo do sujeito imigrante hispano-americano com o sujeito brasileiro. Como conseqüência desse recorte, pudemos constatar que o diálogo com esse imigrante tramou-se muito mais calcado nas premissas de uma exterioridade do que em uma relação integradora das diferenças.

Posteriormente nos deslocamos para a análise do funcionamento do imigrante hispano-americano junto à instância da língua, pois ela representa um aspecto essencial nesse quadro, ainda mais se considerarmos que o nó integrador da categoria de imigrante aqui exposta está exatamente no traço da língua comum (o espanhol). Na observância disso, vimos os aspectos em que a língua materna está representada pela articulação de uma língua não-toda, inscrita nas propriedades da língua que, para esse imigrante, está marcada em língua espanhola e, que quando do seu deslocamento para uma outra língua, nesse caso, o português, implica o esforço de produzir novas inscrições significantes e assim produzir em português uma apropriação da enunciação. Para que haja essa enunciação significativa, consideramos as

manifestações da resistência com essa segunda língua (o português), provocando um efeito de língua não-toda, deixando dessa maneira espaços novos a significar.

O custo dessa resistência vai derivar na constante negociação entre um lá e um cá, produzindo certa indefinição de lugar. Entretanto, vimos também que essa indefinição, que se preserva mais acentuada nesse imigrante pela proximidade com o seu país de origem, representa um real a partir do qual se avança em novas maneiras de enunciação, induzindo também novas maneiras de se significar enquanto sujeito.

Das propriedades da instância da língua na enunciação nos deslocamos até as conseqüências do *processo de identidade*, que acabou desenvolvendo-se na trajetória imigrante quando esses imigrantes hispano-americanos, em meados de 1981, reuniram-se em torno da Igreja da Pompéia, recinto católico, passando, assim, a funcionar como *movimento* que abraça sua causa. Aqui entendemos tal reunião enquanto *articulação político-religiosa* na medida em que os matizes que se manifestaram expressam-se por uma militância mais articulada com a tentativa de organizar críticas e respostas à *lei de do estrangeiro* criada em 1969, na qual se nega tanto o asilo político quanto o exercício da cidadania.

No desenvolvimento da trajetória desse grupo, destacamos algumas marcas que nos pareceram importantes para entender a dinâmica discursiva que acabara impondo-se. Mecanismos do imaginário estão presentes nessa dinâmica discursiva; identificamos um deles na relação com um *alhures*, enquanto relação a um irrealizado que se manifesta, projetando anseios através dos quais o sujeito vê-se tentando conquistar “algo” que não aconteceu na terra natal, uma realização de sujeito que tende a se manifestar. Vimos outro mecanismo no discurso da relação com a instância da lei que o imigrante manifesta, em que projeta uma zona de trocas mobilizando os interditos de cada cultura, relativizando o lugar de enunciação.

Finalmente nos deparamos com a forma de identidade dentro do movimento aqui designado *movimento político-religioso*, que produziu um

suporte para a construção de identidade desse imigrante no âmbito social, assinalando uma via de acesso junto às instâncias legitimadoras da sociedade brasileira. A partir desse movimento promoveu-se uma reformulação da condição desse imigrante perante as leis e a sociedade no sentido de produzir uma abertura nos paradigmas da condição *de sujeito* em território brasileiro.

Percorrendo esses três momentos de nossa análise – o contexto migratório, o sujeito hispano-americano afetado pela língua portuguesa e a construção de uma identidade de tal sujeito projetada no plano social –, vimo-nos diante uma avaliação complexa do nosso trabalho, pois cada item mereceria um trato mais aprofundado, ou seja, seriam necessárias três dissertações. Entretanto, a exigência das pistas que esta pesquisa impôs levou-nos para uma avaliação de conjunto, fazendo um tripé que sustentasse uma ótica cartográfica<sup>31</sup>. Fomos às cartografias que o imigrante hispano-americano acaba escrevendo da relação língua-história no Brasil, tendo que desenhar o mapa do seu lugar na enunciação.

Seguimos a curiosidade sobre essa referência no *exterior* que torna o sujeito totalmente descentrado; tivemos a curiosidade da ferida narcísica que nas lágrimas de seu encanto e desencanto rega novos frutos. E entendemos as dúvidas que nesse trabalho tomam forma como impulso para as próximas curiosidades.

---

<sup>31</sup> *Cartografia* significa arte de compor cartas geográficas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS E ARTIGOS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP. 1998.

BECKER, Ângela Lângaro. *Rio Grande de São Pedro: Pai de nome*. In: Imigrações e Fundações. Coleção Letra Psicanalítica. Editora Artes e Ofícios. 2000.

BONASSI, Margherita. *Canta América Sem Fronteiras: Imigrantes latino-americanos no Brasil*. Editora Loyola. São Paulo, SP. 2000.

CHEMAMA, Roland. *Interrogações sobre o Brasil e suas repercussões para a psicanálise*. In: Imigrações e fundações. Coleção Letra psicanalítica. Editora Artes e ofícios. Porto Alegre, RS. 2000.

CHOMSKY, Noam. *Diálogos com Mitsou Ronat*.. Editora Cultrix. São Paulo, SP.1977.

COMBLIN, Joseph. *Ideologia da Segurança Nacional*. 3.<sup>a</sup> Ed. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de janeiro, RJ. 1980.

COSTA, Ana Maria Medeiros da. *Exílio e memória*. In: CHEMAMA, Roland. Imigrações e Fundações. Porto Alagre: Artes & ofícios, 2000.

COURTINE, Jean Jaques. *O chapéu de Clémentis*. In: Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira (orgs.) *Os Múltiplos territórios da Análise de Discurso*. Editora Sagra Luzatto. Porto Alegre, RS. 1999.

DORNELES, Elizabeth. *Da germinação da semente à colheita do grão: análise do funcionamento das relações da identificação na forma discursiva dominante do assentado*. Porto Alegre, Instituto de Letras, PPG-Letras, UFRGS, 1998. Dissertação de mestrado.

DUCROSSE, Anne. *Um mito histórico, a língua materna*. In Verme, G. e Boutet, J. (orgs.) *Multilingüismo*. Editora UNICAMP. Campinas, SP.1989.

FERREIRA, Maria Cristina L. *Da ambigüidade ao equivoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Editora Universidade UFRGS. Porto Alegre, RS. 2000.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 6.<sup>a</sup> Edição, Editora Forence Universitária. Rio de Janeiro, RJ. 2000.

GADET F. e HAK T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.<sup>a</sup> Edição, Editora da UNICAMP. Campinas, SP. 1997.

GADET, F. La Double faille. In: *Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.

\_\_\_\_\_. *Saussure- une science de la langue*. Paris. PUF, 1987.

\_\_\_\_\_. Tricher la lanche. *Matérialités Discursives*, p. 117-26, 1981.

GADET, F. e PÊCHEUX, M. *La Lengua de nunca acabar*. Ed. Fondo de Cultura Económica. México. 1984.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Editora HUCITEC Ltda. São Paulo, SP. 1987.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Editora da UNICAMP. Campinas, SP. 1992.

\_\_\_\_\_. *Os fundamentos teóricos da 'análise automática do discurso' de Michel Pêcheux*. In Gadet F.; Hak. T. (Orgs.). *Por uma Análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Editora da UNICAMP, Campinas, SP. 1997.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiro para nós mesmos*. Ed. Rocco. Rio de Janeiro, RJ. 1994.

KELLER, Andrée Tauburet. *Questões relacionadas a uma psicologia clínica do bilingüismo*. In: Vermes, G. e Boutet, J. (Orgs.). *Multilingüismo*. Editora UNICAMP. Campinas. SP.1989.

LACAN, Jacques. *Escritos I*. 15.a edição. Editora Siglo veintiuno. 1989.

LEMOS, C. T. G. de. *Inter-relações enter a lingüística e outras ciências*. Boletim da ABRALIN, 22. Jun. 1998. p. 20-32.

LILLO, Gaston. *Tensões discursivas na América Latina dos anos 60: o exemplo de Glauber Rocha*. *Imprevisíveis Américas: questões de hibridação cultural nas Américas/ Zilá Bernd e Rita De Grandis (organizadoras)*. Porto Alegre, RS. Editora Sagra: DC Luzzatto. ABECON. 1995.

MEY, Jacob L. *Etnia, identidade e língua*. In: Singnorini (org.). *Língua(gem) e Identidade*. Editora MERCADO DE LETRAS e livraria Ltda. 2.<sup>a</sup> Edição. Campinas, SP. 2001.

MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une science du langage*. Paris. Seuil, 1989.

\_\_\_\_\_. *O amor na língua*. Ed. Artes Medicas. Porto Alegre, RS. 1987.

ORLANDI, Eni Pulcielli. *Análise de Discurso: Princípios & procedimentos*. Ed. Pontes. Campinas, SP. 1999.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Ed. VOZES. Petrópolis, RJ. 1996.

\_\_\_\_\_. *Discurso Fundador: a formação do país é a construção da identidade nacional*. Ed. Pontes. Campinas, SP. 1993.

\_\_\_\_\_. *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Ed. Cortez. Editora da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 1990.

PADRÓS, Enrique Serra. *Ditaduras Militares e Neoliberalismo*. Revista: *Ciência e Letras*. Porto Alegre. No. 16 (1996) . p. 67-92.

PAYER, Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP. 1999. Tese de doutorado.

PÊCHEUX, Michel. In GADET E HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3<sup>a</sup> ed.. Editora da UNICAMP, Campinas, SP. 1997.

\_\_\_\_\_. *O discurso; estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP. Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos, (19): 7-24, jul/dez. 1990.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da UNICAMP. Campinas, SP. 1988.

PIZARRO, Ana. In: INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo. (Orgs.). *Discurso, Memória, Identidade*. Editora Sagra LUZZATTO. Porto Alegre, RS. 2000. p. 37-48

POSSENTI, S. *Notas sobre as relações entre discurso e sintaxe*. In MARI. H. et al. Fundamentos e direções da AD. UFMG, FALE, 1999. P. 211-24.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. Editora. ALFA-OMEGA Ltda. São Paulo, SP. 1984.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. Editora Cultrix. São Paulo, SP. 1997.

INFANTE, Silvana Serrani. *Discurso e aquisição de segundas línguas: proposta AREDA de abordagem*. In INDURSKY e FERREIRA (Orgs.). Os Múltiplos territórios da Análise de Discurso. Ed. Sagra LUZZATTO. 1999.

\_\_\_\_\_, In: *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade*. Inés Signorini e M. Cavalcanti (Orgs.). Campinas, SP. Mercado das Letras. 1998.

SOUZA, P. de. *Anotações acerca da lingüística rarefeita na AD*. Cadernos da F. F. C. Marília, UNESP, 1987. P. 21-30.

TEIXEIRA, Silvia Carcuchinsky. *História de São Gabriel*. In *Psicanálise e cidades*. Correio da APPOA, n° 53, dezembro, p. 22-32, 1997.

### **DICIONÁRIOS**

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. 3ª Edição. 4ª impressão. Editora Nova Fronteira S. A. Rio de Janeiro. RJ. 1999.

SÉGUIER, Jaime de. *Dicionário Prático Ilustrado*. LELLO & IRMÃO editores. Porto. 1957.

CARO, H.; BOTTARI, M. e GOMES, F. (Orgs.) *Dicionário Escolar Português-latino*. 7ª impressão. Editora Globo. Porto Alegre, RS. 1944.